



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE - UFCG
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS - CCJS
MESTRADO PROFISSIONAL EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - PROFIAP

A SAÚDE MENTAL DOS PROFISSIONAIS QUE TRABALHAM COM
ADOLESCENTES EM CUMPRIMENTO DE MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS DE
INTERNAÇÃO NA FUNDAC/PB

ADRIANA CABRAL DANTAS

SOUSA/PB

2025

ADRIANA CABRAL DANTAS

**A SAÚDE MENTAL DOS PROFISSIONAIS QUE TRABALHAM COM
ADOLESCENTES EM CUMPRIMENTO DE MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS DE
INTERNAÇÃO NA FUNDAC/PB**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), como exigência do Programa de Mestrado Profissional em Administração Pública em Rede Nacional (PROFIAP), como requisito para obtenção do título de Mestre, na área de Administração Pública.

Orientador: Prof. Dr. Thales Fabricio da Costa e Silva

SOUSA/PB

2025

FICHA CATALOGRÁFICA

D192s

Dantas, Adriana Cabral.

A saúde mental dos profissionais que trabalham com adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas de internação na FUNDAC/PB / Adriana Cabral Dantas - Sousa, 2025.

120 p. :il. Col.

Dissertação (Mestrado Profissional em Administração Pública – PROFIAP) – Centro de Ciências Jurídicas e Sociais, Universidade Federal de Campina Grande, 2025.

Orientador: Prof. Dr. Thales Fabricio da Costa e Silva.

1. Saúde mental dos profissionais. 2. Fundação de desenvolvimento da criança e do adolescente. 3. Equipe multiprofissional. 4. Condições laborais. 5. Medidas socioeducativas. 6. Ressocialização. I. Silva, Thales Fabricio da Costa e. II. Título.

Biblioteca CCJS - UFCG

CDU 35:613.86(043.2)

Elaborada por MARLY FELIX DA SILVA – Bibliotecária-Documentalista CRB 15/855.

ADRIANA CABRAL DANTAS

**A SAÚDE MENTAL DOS PROFISSIONAIS QUE TRABALHAM COM
ADOLESCENTES EM CUMPRIMENTO DE MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS DE
INTERNAÇÃO NA FUNDAC/PB**

Trabalho de Conclusão Final (TCF) apresentado à Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), como exigência do Programa de Mestrado Profissional em Administração Pública em Rede Nacional (PROFIAP), como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, na área de Administração Pública.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Thales Fabricio da Costa e Silva
Orientador e Presidente da banca examinadora
PROFIAP/UFCG

Prof. Dr. Kevin Ferreira Corcino
Coorientador
PROFIAP/UFCG

Profa. Dra. Claudia Henschel de Lima
Examinadora interna
PROFIAP/UFF

Prof. Dr. Eduardo Gomes Onofre
Examinador externo
PROFEI/UEPB

Sousa/PB, 19 de setembro de 2025

AGRADECIMENTOS

Foram muitas as batalhas para chegar até aqui, portanto, é maravilhoso o momento de agradecer a todos que contribuíram, e que de uma certa forma me trouxeram até aqui e mantiveram firmes segurando minha mão.

Gratidão a Deus, aquele que me fortalece.

Aos meus pais e meus irmãos, pelo amor, cuidado e atenção, meu amor maior, o principal motivo de não me permitir desistir.

Ao meu namorado Gypson que aguentou com paciência todo meu estresse e que não me deixou desistir, sempre incentivando e acreditando que eu seria capaz.

À família laboral, Cataline, Carlos, Rivaldo, Ana Angélica e Andrea, grata pelo incentivo, companheirismo e compreensão.

Aos professores do PROFIAP, especialmente o professor e Orientador Thales por todo o zelo e paciência que conduziu o processo, pelos ensinamentos.

Aos colegas de turma e de artigos, Madson e Elias, gratidão pela pareceria e amizade.

À banca que se dispôs a contribuir para o enriquecimento desse trabalho.

A todos os servidores da FUNDAC, mesmo os que não participaram da entrevista, mas que me receberam com muito carinho e atenção.

RESUMO

Este estudo tem como objetivo analisar a relação entre trabalho e saúde mental na percepção dos servidores que compõem as equipes multiprofissionais dos centros de internação da Fundação de Desenvolvimento da Criança e do Adolescente (FUNDAC) no estado da Paraíba. O estudo justifica-se pela necessidade de compreender a relação entre trabalho e a saúde mental dos profissionais que lidam com menores infratores e, a partir dos resultados, fomentar o avanço do conhecimento sobre saúde/adoecimento no âmbito da Administração Pública. Trata-se de uma pesquisa exploratória com abordagem qualitativa, utilizando entrevistas semiestruturadas para coleta de dados. Participaram da pesquisa vinte e quatro servidores que compõem a equipe multiprofissional da FUNDAC. Os dados obtidos foram analisados de acordo com os princípios estabelecidos por Bardin (2016), que prevê a organização dos dados em categorias e subcategorias temáticas, permitindo uma compreensão mais profunda das percepções e experiências dos profissionais, visando captar as vivências subjetivas e as experiências individuais de cada participante. Fundamenta-se na teoria da Psicodinâmica do Trabalho, proposta por Dejours (2018), que estuda o sofrimento psíquico no ambiente de trabalho, enfatizando a relação entre as condições laborais e o adoecimento mental. Na análise dos resultados foram elencadas seis categorias temáticas: relação entre trabalho e saúde mental, segurança no ambiente de trabalho, estratégias de enfrentamento, impacto da saúde mental na qualidade do serviço prestado, estratégias de promoção da saúde mental e desafios relacionados à saúde mental. O estudo revelou que as condições de trabalho nos centros de internação da FUNDAC são, em muitos casos, caracterizadas pela sobrecarga de tarefas, superlotação dos centros e falta de recursos funcionais, o que gera um ambiente estressante para os profissionais. Além disso, o convívio constante com a violência, o medo e a tensão, devido ao comportamento dos adolescentes e à vulnerabilidade dos trabalhadores, contribuem significativamente para o desgaste emocional e psicológico dos servidores. A falta de apoio institucional, tanto no que diz respeito à capacitação quanto ao suporte psicológico, também é um fator que agrava o quadro de adoecimento mental. Os profissionais mencionaram uma série de estressores laborais, incluindo jornadas excessivas de trabalho, baixos salários e a pressão constante para obter resultados no processo de ressocialização dos adolescentes, o que os leva ao esgotamento físico e emocional. A pesquisa também identificou estratégias de enfrentamento utilizadas pelos profissionais para lidar com estresse. Essas estratégias incluem a busca por apoio psicológico, a prática de atividades físicas e, em alguns casos, o uso de recursos espirituais ou religiosos como forma de lidar com a pressão emocional do trabalho. O estudo conclui que as condições de trabalho nos centros de internação da FUNDAC têm um impacto negativo na saúde mental dos profissionais, o que, por sua vez, compromete a qualidade dos serviços prestados aos adolescentes no cumprimento de medidas socioeducativas. Ao identificar os fatores que interferem na saúde mental desses profissionais, a pesquisa contribui para a implementação de estratégias de prevenção e intervenção, promovendo ambientes de trabalho mais saudáveis, resilientes e propícios ao pleno desenvolvimento profissional e pessoal dos profissionais que trabalham com medidas socioeducativas de internação.

Palavras-chave: Saúde Mental; Saúde do Trabalhador; Ressocialização; Medidas Socioeducativas.

ABSTRACT

This study aims to analyze the relationship between work and mental health from the perspective of the professionals who make up the multidisciplinary teams of the Child and Adolescent Development Foundation (FUNDAC) detention centers in the state of Paraíba. The study is justified by the need to understand the relationship between work and the mental health of professionals who deal with juvenile offenders and, based on the results, to promote the advancement of knowledge about health/illness within the scope of Public Administration. This is exploratory research with a qualitative approach, using semi-structured interviews for data collection. Twenty-four professionals who are part of the FUNDAC multidisciplinary team participated in the research. The data obtained were analyzed according to the principles established by Bardin (2016), which provides for the organization of data into thematic categories and subcategories, allowing a deeper understanding of the professionals' perceptions and experiences, aiming to capture the subjective experiences and individual experiences of each participant. It is based on the theory of Work Psychodynamics, proposed by Dejours (2018), which studies psychological suffering in the work environment, emphasizing the relationship between working conditions and mental illness. In the analysis of the results, six thematic categories were listed: relationship between work and mental health, safety in the work environment, coping strategies, impact of mental health on the quality of service provided, strategies for promoting mental health, and challenges related to mental health. The study revealed that the working conditions in the FUNDAC detention centers are, in many cases, characterized by task overload, overcrowding of the centers, and lack of functional resources, which generates a highly stressful environment for professionals. Furthermore, the constant exposure to violence, fear, and tension, due to the behavior of adolescents and the vulnerability of workers, significantly contributes to the emotional and psychological wear and tear of professionals. The lack of institutional support, both in terms of training and psychological support, is also a factor that aggravates the mental illness situation. Professionals mentioned a series of work stressors, including excessive working hours, low wages, and the constant pressure to obtain results in the process of resocializing adolescents, which leads to physical and emotional exhaustion. The research also identified coping strategies used by professionals to deal with stress. The research also identified coping strategies used by professionals to deal with stress. These strategies include seeking psychological support, engaging in physical activities, and, in some cases, using spiritual or religious resources as a way to cope with the emotional pressure of work. The study concludes that the working conditions in the internment centers of FUNDAC have a negative impact on the mental health of professionals,

Keywords: Mental Health; Worker's Health; Resocialization; Socio-educational Measures.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CCJS	Centro de Ciências Jurídicas e Sociais
CEA	Centro Educacional do Adolescente
CEJ	Centro Educacional do Jovem
CEP	Comitê de Ética e Pesquisa
CSE	Centro Socioeducativo Edson Mota
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
FUNDAC	Fundação de Desenvolvimento da Criança e do Adolescente
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
MDHC	Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)
ONU	Organização das Nações Unidas
QVT	Qualidade de Vida no Trabalho
SINASE	Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UFCG	Universidade Federal de Campina Grande
WebQDA	Web Qualitative Data Analysis

LISTA DE QUADROS

Quadro 01: Levantamento de dissertações entre 2011 e 2023.....	28
Quadro 02: Levantamento de Artigos entre 2011 e 2023.....	34
Quadro 03: Desenho metodológico da pesquisa	40
Quadro 04: Categorias elencadas e as questões relacionadas	44
Quadro 05: Categorização.....	47

LISTA DE FIGURAS

Figura 01: Processo de categorização do webQDA	45
---	----

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	12
1.1 Problema de pesquisa	13
1.2 Objetivos da pesquisa	14
1.2.1 Objetivo geral	14
1.2.2 Objetivos específicos.....	14
1.2 Delimitação do estudo.....	14
1.3 Justificativa do trabalho	15
1.5 Contribuições da pesquisa.....	17
2 REFERENCIAL TEÓRICO	19
2.1 Relação entre o trabalho e a saúde mental: abordagens teóricas	19
2.2 Medidas socioeducativas de internação e possíveis fatores de estresse	23
2.3 Condições de trabalho e suas implicações na saúde mental dos trabalhadores	26
2.4 Estudos e pesquisas relacionadas	28
2.5 Proposições da pesquisa	37
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	39
3.1 Classificação metodológica	39
3.2 Participantes da pesquisa	40
3.2.1 Critérios de inclusão na pesquisa	41
3.2.2 Critérios de exclusão na pesquisa	41
3.3 Coleta de dados.....	41
3.4 Análise e interpretação dos dados	42
3.5 Cuidados éticos na condução da pesquisa.....	45
4 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS	47
4.1 Análise dos resultados	47
4.2 Interpretação dos resultados	47
4.2.1 Relação entre Trabalho e Saúde Mental.....	47
4.2.2 Segurança no Ambiente de Trabalho	61
4.2.4 Impacto da Saúde Mental na qualidade do serviço prestado.....	71
4.2.5 Estratégias para Promoção da Saúde Mental.....	75
4.2.6 Desafios Relacionados à Saúde Mental.....	81
4.3 Sugestões de melhorias na qualidade do trabalho e saúde mental dos profissionais	84

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	86
REFERÊNCIAS	91
APÊNDICE A – Roteiro de Entrevista	98
APÊNDICE B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).....	99
APÊNDICE C – Relatório Técnico	99
ANEXO A - Termo de Anuência	120

1 INTRODUÇÃO

A sociedade contemporânea enfrenta mudanças culturais, sociais, políticas, ambientais, econômicas e tecnológicas que impactam diversos setores e trazem desafios significativos, como o aumento da desigualdade social e da violência. Essa desigualdade afeta diretamente uma grande parcela da população infanto-juvenil que é vítima dos problemas sociais, como pobreza, violência, discriminação e exclusão (UNICEF, 2025).

Com base em relatório publicado em 2022 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Soares *et al.* (2023) alertam para o fato de que o número de jovens infratores com idades entre 12 e 18 anos aumentou significativamente na última década. Com o objetivo de compreender e analisar os fatores que aumentam a criminalidade e violência na juventude sobre a ótica social, os autores concluem que “não existe um único fator, nem mesmo um conjunto de fatores determinantes para a criminalidade, mas que o desajuste em alguns setores, como o social, familiar e educacional, podem levar o jovem a ter uma maior propensão ao crime” (Soares *et al.* 2023, p. 14).

O Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania (MDHC) publicou informações sobre adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas de restrição e privação de liberdade através do Levantamento Nacional de Dados do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE). Os dados são referentes ao primeiro semestre do ano de 2023 e apontam um total de 11.556 (onze mil quinhentos e cinquenta e seis) adolescentes inseridos no sistema socioeducativo do país (Brasil, 2023).

Nesse sentido, entende-se que a função mais relevante da medida socioeducativa é a preparação do jovem para o convívio social. Isso envolve o desenvolvimento de valores e atitudes positivas. Para alcançar a dimensão das medidas socioeducativas, os profissionais sociais envolvidos no processo devem estar aptos tanto em termos de qualificação quanto emocionalmente. Além disso, outro aspecto a ser levado em consideração no atendimento aos adolescentes que cumprem medidas socioeducativas diz respeito às condições de trabalho.

A relação entre as condições de trabalho e o desempenho dos profissionais é evidenciada por diversas correntes teóricas. A Teoria das Relações Humanas, desenvolvida por Elton Mayo na década de 1930, enfatiza a importância dos aspectos psicossociais no ambiente laboral. A satisfação do trabalhador, segundo Mayo (1972), é diretamente proporcional ao seu desempenho. Assim, a Administração Pública, ao considerar as condições de trabalho, deve atentar não apenas para os aspectos físicos, mas também para as necessidades psicológicas dos colaboradores, promovendo um ambiente que estimule a motivação e o comprometimento.

A relevância desse tema se destaca em um cenário onde o bem-estar dos profissionais que desempenham um papel vital na ressocialização de adolescentes em conflito com a lei não deve ser negligenciado, e estratégias de apoio à saúde mental desses profissionais se tornam imperativas para garantir um ambiente de trabalho saudável e eficaz.

A saúde mental dos profissionais é um aspecto fundamental para a eficiência e eficácia das organizações, sendo este um tema vastamente explorado no campo da Administração. No entanto, a especial atenção do contexto institucional ao atendimento da juventude em conflito com a lei outorga a esta pesquisa um matiz distintivo.

É nesse âmbito que surge a proposta de pesquisa, com o intuito de aprofundar a análise de fatores que podem afetar a saúde mental dos profissionais que trabalham na Fundação de Desenvolvimento da Criança e do Adolescente Alice de Almeida (FUNDAC). A intenção é analisar a relação entre trabalho e saúde mental na percepção dos servidores que compõem as equipes multiprofissionais dos centros de internação da FUNDAC no estado da Paraíba.

Esta dissertação segue a estrutura proposta pelo PROFIAP, sendo dividida em capítulos visando fornecer uma abordagem sistemática e abrangente do problema elencado, dos objetivos propostos e das respostas aos respectivos objetivos. Para tanto, optou-se por estruturá-la em cinco capítulos.

São apresentados no primeiro capítulo, a introdução ao tema com apresentação do problema da presente pesquisa, os objetivos, a delimitação do estudo, bem como a justificativa e as contribuições da presente pesquisa. No segundo capítulo é apresentado o referencial teórico utilizado para a fundamentação da pesquisa, incluindo as proposições da pesquisa. No capítulo três são descritos os procedimentos metodológicos que orientaram a condução da pesquisa. Inicialmente com classificação metodológica da pesquisa, seguido da descrição dos participantes, coleta de dados, descrição de como se deu a coleta de dados, dos procedimentos de análise e interpretação dos dados, seguido dos cuidados éticos na condução da pesquisa. No capítulo quatro segue a apresentação e análise dos resultados e por fim, o último capítulo com as considerações finais.

1.1 Problema de pesquisa

A complexidade e a dificuldade de operacionalização das instituições socioeducativas de internação revelam uma situação preocupante para os profissionais envolvidos.

O aumento acentuado da criminalidade entre os jovens resulta na superlotação dessas instituições, contribuindo para a precariedade nos serviços oferecidos, o que culmina na

sobrecarga laboral e na pressão psicológica dos profissionais responsáveis pela assistência e ressocialização da adolescente (Fundação Abrinq pelos Direitos da Criança e do Adolescente, 2013).

A partir do exposto, a questão de pesquisa que se coloca é: como os servidores que compõem as equipes multiprofissionais dos centros de internação da FUNDAC no Estado da PB percebem a relação entre trabalho e saúde mental?

1.2 Objetivos da pesquisa

1.2.1 Objetivo geral

Analisar a relação entre trabalho e saúde mental na percepção dos servidores que compõem as equipes multiprofissionais dos centros de internação da FUNDAC no estado da Paraíba.

1.2.2 Objetivos específicos

- Identificar os fatores do trabalho, que afetam a saúde mental dos servidores da FUNDAC;
- Descrever como a saúde mental do servidor afeta a prestação dos serviços na instituição;
- Identificar estratégias de enfrentamento utilizadas pelos servidores para amenizar os efeitos do trabalho sobre sua saúde mental.

1.2 Delimitação do estudo

A pesquisa delimita-se no contexto das instituições privativas de liberdade vinculadas à FUNDAC no Estado da Paraíba, com foco na análise da relação entre trabalho e saúde mental dos servidores que atendem adolescentes no cumprimento de medidas socioeducativas de internação.

A FUNDAC subdivide-se em três Regionais, sendo a Regional I em João Pessoa com Centro Socioeducativo Edson Mota – CSE, Centro Educacional do Adolescente - Internação

Provisória (CEA), Centro Educacional do Jovem (CEJ), Centro de Atendimento Socioeducativo Rita Gadelha, Semiliberdade e Padaria Escola Maria de Lourdes Dantas.

Na Regional II, em Lagoa Seca, tem o Complexo Lar do Garoto e Internação Provisória e a Regional III, localizada no município de Sousa com o Centro Educacional do Adolescente (CEA). Participaram da pesquisa apenas instituições que atendem adolescentes em privação de liberdade a saber: Centro Socioeducativo Edson Mota – CSE e Centro de Atendimento Socioeducativo Rita Gadelha no município de João Pessoa, Complexo Lar do Garoto em Lagoa Seca e Centro Educacional do Adolescente (CEA) em Sousa. A escolha por instituições que atende adolescentes em privação de liberdade se deu em função da experiência da pesquisadora na área de medidas socioeducativas de internação.

No que concerne às instituições que executam medida socioeducativa de internação, é essencial que cada unidade atenda a um máximo de até quarenta adolescentes. Para tanto, visando acolher estes adolescentes, o SINASE prevê uma equipe mínima a ser composta por: um diretor, um coordenador técnico, dois assistentes sociais, dois psicólogos, um pedagogo, um advogado e demais profissionais necessários para o desenvolvimento de saúde, escolarização, esporte, cultura, lazer, profissionalização e administração (Brasil, 2006).

Além dos citados profissionais, o SINASE cita ainda os socioeducadores (comumente chamados de agentes socioeducativos), para os quais uma das atribuições diz respeito à preservação da integridade física e psicológica dos adolescentes e funcionários.

É fundamental ressaltar que a pesquisa não abarcará a análise do atendimento aos adolescentes em si, tampouco a eficácia das medidas socioeducativas de internação. O escopo restringe-se à análise da saúde mental dos profissionais, suas percepções, o ambiente de trabalho e os fatores que a interferem, contribuem para a promoção do bem-estar desses profissionais e, conseqüentemente, para a eficiência do serviço prestado a essa população juvenil em situação de vulnerabilidade social.

1.3 Justificativa do trabalho

O trabalho com adolescentes que cumprem medidas socioeducativas de internação constitui um desafio diário e requer uma significativa capacidade emocional e psicológica por parte dos profissionais que lidam com estes adolescentes. Estes profissionais frequentemente enfrentam situações de tensão, pressão, estresse e desgaste emocional (Tessaro, 2019).

No entanto, Maia e Moraes (2023) enfatizam que, apesar da importância desses profissionais, a literatura produzida no cenário brasileiro é majoritariamente focada nos adolescentes em conflito com a lei.

A falta de estudos específicos sobre esta temática no contexto das instituições que atendem adolescentes em conflito com a lei representa uma lacuna que pode ser atenuada com a pesquisa proposta. Em sua dissertação apresentada em 2011, Greco já apontava para a lacuna existente na literatura que trata de adoecimento psíquico de agentes socioeducadores, o referido autor alega que, nas buscas realizadas em julho de 2010 nas bases de dados do LILACS e Scielo, encontrou apenas um estudo com a referida população.

Outros autores também relatam a carência desses estudos, Kersting (2016) argumenta que poucos estudos foram realizados com populações de trabalhadores com medidas socioeducativas nas instituições brasileiras. Soares (2013) alega a falta de estudos e dados quanto à situação dos referidos profissionais. Tavares (2019) alerta para “a necessidade de mais pesquisas sobre novos tipos de doenças que vêm sendo produzidas em decorrência do trabalho” (p. 64).

Isso reforça a necessidade de avançar em mais pesquisas com os profissionais que trabalham com medidas socioeducativas. Assim, esta pesquisa se torna fundamental para preencher essas lacunas e fornecer subsídios para a gestão promover intervenções mais eficazes, almejando um impacto significativo na promoção do bem-estar dos profissionais que trabalham com menores infratores e na qualidade dos serviços por eles prestados.

A escolha do tema sobre a saúde mental dos profissionais que trabalham com medidas socioeducativas de internação se fundamenta na necessidade de compreender e dar visibilidade aos impactos psicológicos vivenciados por esses trabalhadores no exercício de suas funções.

A motivação para este estudo está diretamente relacionada à trajetória profissional da pesquisadora, que atuou por dois anos como pedagoga em uma instituição que atende adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas de internação.

Durante esse período, foi possível vivenciar situações de extrema tensão, medo e insegurança, como ameaças de rebelião e intimidações indiretas.

Um dos episódios mais impactantes foi o assassinato de um adolescente dentro da unidade por outros internos, fato que gerou um abalo significativo na equipe profissional e reforçou a necessidade de se discutir as condições psicológicas e emocionais dos trabalhadores que atuam nesse contexto.

A justificativa para essa pesquisa emerge na necessidade compreender melhor a relação entre trabalho e o adoecimento mental dos profissionais que lidam com menores infratores e, a

partir dos resultados, fomentar o avanço do conhecimento sobre saúde/adoecimento no âmbito da Administração Pública e enriquecer a literatura vigente.

1.5 Contribuições da pesquisa

A relevância da presente pesquisa, tanto do ponto de vista teórico, social e prático, apresenta-se como um chamado à compreensão e intervenção no cenário da saúde mental dos profissionais que atuam nas instituições socioeducativas de internação no Estado da Paraíba.

Em termos teóricos, esta investigação contribuirá para o avanço do conhecimento no campo da saúde mental no ambiente de trabalho, enriquecendo a literatura ao explorar a interface entre a qualidade de vida laboral e a saúde mental dos profissionais que lidam com uma demanda social complexa e desafiadora. Essa pesquisa se somará às produzidas por Maia e Moraes (2023), Greco *et al.* (2012), Robert *et al.* (2022), Soares (2013), Feijó (2015), Kersting (2016), Tessaro (2019), Soares (2019) e Tavares (2019) ampliando o conhecimento sobre o tema.

Do ponto de vista social, a pesquisa lança luz sobre o bem-estar psicológico dos servidores que dedicam suas vidas ao cuidado e reintegração de adolescentes em situação de vulnerabilidade socioeducativa. Esses profissionais enfrentam um cenário permeado por desafios, cujas implicações não se limitam a eles, mas se estendem à sociedade como um todo, influenciando diretamente na eficácia das políticas de reabilitação e na redução da reincidência desses jovens no ciclo da violência.

Sob uma ótica prática, esta pesquisa poderá fornecer subsídios críticos e direcionados para a elaboração de políticas e práticas institucionais voltadas ao cuidado e ao apoio aos profissionais, considerando os aspectos psicológicos inerentes ao seu trabalho diário. Ao identificar os fatores que interferem na saúde mental desses agentes, a pesquisa poderá contribuir para a implementação de estratégias de prevenção e intervenção, promovendo ambientes de trabalho mais saudáveis, resilientes e propícios ao pleno desenvolvimento profissional e pessoal desses profissionais.

No plano regional e local, a importância da pesquisa reside em sua capacidade de contribuir com informações que possam auxiliar na compreensão e aprimoramento das condições de trabalho dos profissionais da FUNDAC no Estado da Paraíba. Ao investigar a saúde mental dos servidores e suas relações com a qualidade de vida no ambiente de trabalho, a pesquisa oferece elementos que poderão ser considerados em futuras reflexões sobre políticas

públicas. O estudo tem o potencial de fomentar a discussão sobre estratégias preventivas e de intervenção que visem à criação de ambientes laborais mais saudáveis, o que poderia, por sua vez, refletir-se na qualidade do atendimento socioeducativo.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A presente seção inicia uma discussão teórica sobre a relação saúde mental e trabalho com foco nos profissionais que atuam em ambientes de privação de liberdade. Neste contexto, abordamos as principais teorias e estudos que sustentam essa relação, explorando como os fatores de risco presentes nesses ambientes podem impactar o bem-estar psicológico dos trabalhadores. A análise será estruturada a partir de conceitos-chave, como qualidade de vida no trabalho, burnout, estresse ocupacional, sendo abordado também a precarização no trabalho, estratégias de enfrentamento.

A presente pesquisa, alinha-se aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU), especialmente o ODS 3 - Saúde e Bem-Estar. Este ODS visa garantir uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, enfatizando a importância da saúde mental e do bem-estar e suas implicações nos indicadores de saúde (Brasil, 2015).

2.1 Relação entre o trabalho e a saúde mental: abordagens teóricas

O campo da saúde mental e trabalho tem se destacado nas discussões da psicologia social. Diferentes abordagens teóricas e metodológicas têm sido utilizadas para compreender as complexas relações entre trabalho e saúde mental.

As várias teorias agregam informações a partir de diferentes perspectivas e que são reconhecidas como relevantes para a melhor compreensão do assunto. Dentre essas teorias (Souza, 2019) destaca as Teorias sobre Estresse, a Psicodinâmica do Trabalho, o Modelo Epidemiológico/Diagnóstico e Subjetividade e Trabalho. Jacques (2003) também discorre sobre essas abordagens no âmbito da saúde/doença mental e trabalho dando ênfase aos “seus pressupostos teóricos e metodológicos, suas concordâncias e discordâncias com o objetivo de subsidiar a utilização desses aportes de forma crítica e reflexiva” (Jacques, 2003, p.112).

Estudos baseados na teoria do estresse têm investigado os efeitos da sobrecarga de trabalho e das demandas psicológicas no bem-estar dos trabalhadores (Seligmann-Silva *et al.*, 2010). Outra abordagem, fundamentada no referencial psicanalítico, explora as dinâmicas intrapsíquicas que podem levar ao esgotamento e à desmotivação no ambiente profissional. Além disso, pesquisas influenciadas pelo materialismo histórico destacam a importância das condições estruturais e sociais do trabalho, como jornadas extenuantes e falta de reconhecimento na saúde mental dos trabalhadores (Maffioletti, 2023).

Acrescenta-se ao panorama, a psicodinâmica do trabalho, como proposta por Dejours (2018), introduz uma nova perspectiva sobre a relação entre trabalho e saúde mental. Diferentemente das abordagens que enfatizam o estresse e os fatores cognitivos-comportamentais, a psicodinâmica do trabalho considera o trabalho como um elemento central na constituição do sujeito e na experiência do sofrimento no ambiente profissional.

A psicodinâmica do trabalho se concentra em identificar o "sofrimento psíquico" dos trabalhadores, uma vivência subjetiva intermediária entre a saúde mental e a doença. Esse sofrimento é resultado da interação entre as características do trabalho, a dinâmica da organização e as estratégias defensivas desenvolvidas pelos trabalhadores para lidar com as pressões laborais.

A abordagem de Dejours (2018) à saúde mental no contexto de trabalho enfatiza a importância de técnicas qualitativas, como a escuta ativa e a interpretação, para entender as complexidades da relação entre trabalho e saúde mental. Dejours preconiza a utilização da entrevista coletiva como método, afirmando que a abordagem individual destaca aspectos ligados ao passado do sujeito e à sua história familiar. Em suas palavras: "a abordagem individual ressalta 'aquilo que na ordem singular, está ligado, em parte, ao passado do sujeito e à sua história familiar'" (Dejours; Abdoucheli, 2009, p. 124).

Por fim, Dejours e Abdoucheli (2009) destacam a organização do trabalho como uma porta de entrada para o sofrimento e a doença mental, relacionando-a ao uso das características de personalidade dos trabalhadores. Ele também questiona se essas características de personalidade são inerentes ou construídas nas relações de trabalho. Essa abordagem sugere que o trabalho interage com uma constituição psíquica pré-existente, ao mesmo tempo que pode ser uma causa significativa de problemas psicopatológicos.

Entre as abordagens citadas em Jacques (2003), aquelas que se baseiam no conceito de estresse geralmente adotam uma perspectiva cognitivo-comportamental e preferem metodologias quantitativas. Elas compartilham com a psicodinâmica do trabalho a ideia de que o trabalho desempenha um papel fundamental na saúde mental. Por outro lado, a psicodinâmica do trabalho propõe abordagens qualitativas, inspiradas em métodos clínicos e fundamentos psicanalíticos.

A terceira abordagem discutida por Souza (2019) é o Modelo Epidemiológico/Diagnóstico, que se refere ao campo de conhecimento voltado para o entendimento da distribuição de eventos ou condições relacionadas à saúde em grupos específicos. A integração entre a teoria epidemiológica e o processo diagnóstico constitui um alicerce essencial para a compreensão dos desafios que envolvem a saúde mental no ambiente

de trabalho. Por meio da análise meticulosa dos padrões de distribuição e dos fatores determinantes das doenças, a teoria epidemiológica oferece uma visão detalhada dos fatores de risco e das influências ambientais que colaboram para o aparecimento de problemas psicológicos entre os trabalhadores.

Ao mesmo tempo, o processo diagnóstico, ao realizar uma avaliação individualizada das condições de saúde mental dos funcionários, exerce um papel determinante na identificação precisa e na caracterização das patologias psíquicas. Esse processo contribui diretamente para a elaboração de intervenções e estratégias que visam promover o bem-estar psicológico no ambiente de trabalho, fornecendo uma base sólida para o desenvolvimento de políticas de saúde mais eficazes (Souza, 2019).

Uma outra abordagem apresentada por Souza (2019) e Jacques (2003), é a Teoria da Subjetividade e Trabalho. Esta teoria, impulsionada por preceitos marxistas e aspectos da Psicanálise, busca entender o trabalhador considerando não apenas elementos econômicos e sociais, mas também subjetivos, como vivências, significados e experiências associadas à labor.

A teoria da Subjetividade e Trabalho enfatiza a importância de explorar as facetas individuais e coletivas do trabalho na construção da subjetividade do trabalhador, evidenciando aspectos como a vivência cotidiana do labor, os relacionamentos interpessoais e o contexto socioeconômico mais amplo. Esta abordagem de natureza qualitativa busca compreender as implicações psicológicas do emprego e suas ramificações no desenvolvimento pessoal e social dos trabalhadores (Jacques, 2003).

A relação entre saúde mental e qualidade de vida no trabalho (QVT) também tem sido amplamente estudada em diferentes áreas do conhecimento, especialmente nas ciências sociais e da saúde. No campo da saúde ocupacional, diversas teorias buscam compreender os fatores que influenciam a saúde mental dos trabalhadores, como a teoria do burnout e a teoria do bem-estar psicológico (QUACardoso 2015). Esses modelos teóricos, além de contribuírem para a compreensão dos processos psicossociais no ambiente laboral, fornecem subsídios para o desenvolvimento de políticas públicas externas para a promoção da saúde mental e para a melhoria da QVT.

A Teoria sobre Burnout, proposta inicialmente por Freudenberger em 1974 e posteriormente aprimorada por Maslach em 1982, explora os efeitos do estresse prolongado no ambiente de trabalho. Esta teoria identifica sintomas como exaustão emocional, despersonalização e redução do envolvimento pessoal no trabalho (Cunha *et al.*, 2016). A teoria do burnout descreve uma síndrome psicossocial resultante do estresse específico no trabalho, especialmente em profissões que envolvem intenso envolvimento emocional. Esses sintomas

são prevalentes em profissionais que atuam em contextos de alta demanda emocional, como é o caso dos trabalhadores das instituições privativas de liberdade.

Nesse sentido, pesquisas também têm incorporado questões sobre riscos psicossociais no trabalho, como evidenciado nos questionários de avaliação da qualidade de vida no trabalho (QVT), assim, Cardoso (2015) propõe fatores como:

- **Exigências no trabalho:** qualidade, pressão temporal e conciliação com a vida privada;
- **Exigência emocional:** contato com o público, medo no trabalho;
- **Autonomia e margem de manobra:** liberdade para definir como realizar o trabalho;
- **Relações sociais:** apoio social, reconhecimento e ausência de assédio;
- **Conflito de valores e insegurança:** estabilidade de emprego e coerência organizacional.

Para Cardoso (2015), inúmeras variáveis desempenham papéis essenciais para a saúde do trabalhador. Entre essas variáveis, incluem-se o tempo de trabalho, incluindo horas regulares e extraordinárias, a rotatividade de pessoal, as relações sociais que florescem dentro das organizações, os programas de formação disponíveis para trabalhadores e gestores, a política de remuneração, os planos de carreira e a configuração das tarefas. Esses fatores influenciam direta ou indiretamente a carga de trabalho imposta aos trabalhadores, afetando tanto seus aspectos físicos quanto emocionais. Além disso, servem como determinantes do estado de saúde, abrangendo dimensões tanto físicas quanto mentais.

Ao incorporar essas diferentes perspectivas teóricas, torna-se possível enriquecer a compreensão sobre subjetividade e trabalho, considerando não apenas suas dimensões objetivas, mas também suas manifestações subjetivas e interações complexas. A variedade de abordagens teóricas, apesar de distintas em suas ênfases e metodologias, proporciona um panorama mais abrangente das dinâmicas laborais e de seus impactos na saúde mental e no bem-estar dos trabalhadores. Assim, a pluralidade de teorias contribui para avanços significativos no campo da Saúde Mental no contexto brasileiro, ao oferecer diferentes abordagens para entender as complexidades da relação entre subjetividade e trabalho (Souza, 2019).

Diante dos estudos sobre saúde mental surge o conceito de *coping* que, embora não tenha tradução na língua portuguesa, tem sido utilizado por muitos autores com significado de enfrentamento. Estratégias de *coping*, portanto, referem-se a atitudes e ações conscientes desenvolvidas pelas pessoas para lidarem com o estresse percebido (Lisboa, 2001). “O conceito de coping tem sido descrito como o conjunto das estratégias utilizadas pelas pessoas para adaptarem-se a circunstâncias adversas ou estressantes” (Antoniazzi, Dell’Aglia e Bandeira,

1998, p. 273). Dessa forma, diante das situações estressoras, a pessoa vivencia uma sensação de desconforto emocional, no entanto, busca adotar estratégias que minimizem seu sofrimento.

Em face do exposto, convém abordar também uma questão relevante no que diz respeito à temática em questão, trata-se do conceito de Higiene Mental. A construção do conceito de higiene mental no Brasil durante o século XX foi profundamente influenciada pelos princípios higienistas prevalentes na sociedade da época. A partir da fundação da Liga Brasileira de Higiene Mental em 1923 por Gustavo Riedel, iniciativas surgiram com base na ideia de prevenção eugênica, com o intuito não só de preservar a saúde mental, mas também de erradicar traços hereditários considerados indesejáveis. Esse enfoque refletia a busca por um padrão psicológico ideal nas gerações futuras, destacando a interseção entre higiene mental, eugenismo e Psicologia como fundamentos científicos do movimento higienista no país (Mansanera e Silva, 2000).

Ao promover práticas e hábitos que visam a manutenção da saúde psíquica, a higiene mental contribui para a construção de uma base sólida para o bem-estar integral, permitindo que os sujeitos enfrentam os desafios da vida de forma adaptativa e resiliente. Além disso, a higiene mental desempenha um papel decisivo na promoção da qualidade de vida, na prevenção de transtornos mentais e no fortalecimento das habilidades socioemocionais, refletindo-se em benefícios individuais e coletivos que reverberam na sociedade como um todo (Mansanera e Silva, 2000).

Assim, a compreensão dos vínculos entre trabalho e saúde/doença mental oferece múltiplas interpretações nesse campo conceitual e empírico. A análise apresentada neste texto é apenas uma entre muitas possíveis, refletindo a complexidade e a riqueza das interações entre saúde/doença mental e trabalho na psicologia.

2.2 Medidas socioeducativas de internação e possíveis fatores de estresse

De acordo com o Art. 103 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), “considera-se ato infracional a conduta descrita como crime ou contravenção penal” (Brasil, 1990, p. 56). Para reparar esse ato, o adolescente infrator é submetido à medida socioeducativa a qual “deve ser uma reação punitiva da sociedade ao delito cometido pelo adolescente, e ao mesmo tempo, deve contribuir para seu desenvolvimento como pessoa e como cidadão” (Costa, 2006, p. 32). Assim, as entidades dirigidas aos socioeducandos devem prepará-lo para relacionar-se consigo mesmo e com os outros, sem quebrar as normas do convívio social.

Comprovada a prática de ato infracional, dentre as possibilidades estabelecidas pelo ECA e, em consonância com a gravidade do referido ato e por determinação da autoridade competente, o adolescente poderá ser submetido à internação em ambiente educacional. Nos termos do Art. 121 do ECA, “a internação constitui medida privativa da liberdade, sujeita aos princípios de brevidade, excepcionalidade e respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento” (Brasil, 1990, p. 61), envolve, portanto, o recolhimento do adolescente em uma instituição específica, muitas vezes chamada de unidade de internação, centro socioeducativo, instituições privativas de liberdade, entre outras denominações. O objetivo principal dessa medida é proporcionar um ambiente onde o adolescente possa receber acompanhamento educacional, assistência psicológica e participar de atividades que visam à sua reintegração à sociedade.

As medidas socioeducativas de internação têm um papel fundamental na reeducação e no processo de reinserção social de adolescentes em conflito com a lei. No entanto, o contexto institucional e as condições de trabalho impõem uma série de desafios aos profissionais envolvidos nesse processo. O ambiente das unidades de internação é frequentemente marcado por superlotação, falta de recursos e alta demanda emocional, fatores que podem constituir riscos significativos para a saúde mental dos servidores.

A natureza do trabalho em instituições que lidam com adolescentes envolvidos em situações de conflito com a lei, impõe uma carga emocional substancial aos profissionais. Eles se deparam com a exposição constante à violência, ao sofrimento dos jovens e às dificuldades inerentes à reabilitação. Além disso, as condições de trabalho, muitas vezes caracterizadas pela superlotação, falta de recursos adequados e desafios de segurança, podem contribuir para um ambiente de trabalho estressante (Maia; Morais, 2023). A compreensão desses fatores se torna crucial, considerando que os profissionais desempenham um papel vital na ressocialização desses jovens em conflito com a lei.

De acordo com Maia e Morais (2023), os profissionais que atuam em instituições privativas de liberdade estão sujeitos a níveis elevados de estresse, em grande parte devido ao contato diário com situações de violência, indisciplina e desrespeito, que são comuns entre os adolescentes. A precariedade das condições de trabalho e a insuficiência de políticas de apoio aos trabalhadores aumentam o risco de desenvolvimento de transtornos mentais, como ansiedade, depressão e burnout.

Os fatores de risco no ambiente de trabalho das unidades socioeducativas incluem a carga emocional associada ao contato com adolescentes em situação de vulnerabilidade social e emocional, bem como as pressões institucionais e sociais para a ressocialização dos jovens.

Segundo Greco *et al.* (2012), a exposição contínua a essas condições pode gerar um sentimento de impotência nos profissionais, exacerbando o estresse e contribuindo para o adoecimento mental.

Entretanto, também existem fatores de proteção que podem atenuar o impacto do estresse no trabalho. O suporte social, tanto de colegas quanto de superiores, tem sido identificado como um importante moderador do estresse ocupacional (Sampaio, 2023). Além disso, a capacitação contínua dos profissionais para lidar com situações de conflito e a promoção de espaços de escuta e apoio psicológico são estratégias que podem contribuir para a manutenção da saúde mental dos servidores.

As instituições privativas de liberdade desempenham um papel essencial na reintegração de jovens infratores na sociedade. Uma unidade de internação é um instrumento de alta complexidade, pois envolve um espaço que deve ser compreendido como um local de promoção da saúde, educação, lazer e segurança (Robert *et al.*, 2022). No entanto, o trabalho nesses centros é, frequentemente, desafiador, exigindo que os profissionais enfrentem uma ampla gama de questões relacionadas à saúde mental. Nesse sentido, Kersting (2016, p. 37), enfatiza que “não é possível a implementação de políticas públicas pensando apenas a saúde dos adolescentes sem estar comprometido, também, com aqueles que desenvolvem o trabalho socioeducativo”. Dessa forma, a preservação da saúde mental dos profissionais que atuam em centros de internação tornou-se uma preocupação emergente.

A importância da saúde mental dos trabalhadores nos Centros de Ressocialização Juvenil é de extrema relevância, dada a complexidade das condições, a estrutura organizacional, o processo de trabalho, bem como a dinâmica do relacionamento interpessoal e os aspectos relativos ao sofrimento e satisfação laboral (Tessaro, 2019).

Os riscos para a saúde mental são uma preocupação significativa, com jornadas de trabalho excessivas, sobrecarga emocional, bem como, a defasagem de recursos humanos, insalubridade, medo, tensão, baixo salário (Robert *et al.*, 2022, Greco *et al.*, 2012). Os trabalhadores das Instituições privativas de liberdade que envolvem adolescentes enfrentam o desafio da convivência com os menores infratores em situação de confrontos e de riscos como ameaças e violência física e psicológica (Kersting, 2016). A tensão psicológica resultante pode levar a transtornos mentais, como ansiedade, estresse e depressão (Maia; Morais, 2023).

Os impactos negativos do estresse em ambientes de alta demanda, como as instituições socioeducativas, são extremamente reconhecidos na literatura científica. Trabalhadores expostos a contextos de tensão emocional, violência e falta de recursos adequados apresentam

maior propensão ao desenvolvimento de transtornos mentais, como síndrome de burnout (Maslach; Schaufeli; Leiter, 2001) e transtornos de ansiedade.

Segundo Cardoso (2015), a sobrecarga emocional, quando aliada a jornadas de trabalho excessivas e falta de reconhecimento, resulta em uma flexibilidade progressiva da saúde mental dos trabalhadores. A insatisfação com o trabalho e a percepção de falta de controle sobre as condições laborais agravam os sintomas de estresse e podem levar à adoção de comportamentos de risco, como o uso de substâncias psicoativas ou a retração emocional no ambiente de trabalho.

Pesquisas recentes indicam que profissionais que atuam em ambientes de privação de liberdade enfrentam uma série de riscos psicossociais, incluindo a violência física e psicológica por parte dos adolescentes internos (Kersting, 2016). Além disso, a falta de apoio institucional e de políticas eficazes de saúde mental no trabalho contribui para o agravamento desses problemas. Nesse sentido, Greco *et al.* (2012) sugere que a ausência de mecanismos de enfrentamento institucional, como o acompanhamento psicológico contínuo, é um fator determinante para o adoecimento mental nesses contextos.

O impacto desses fatores na saúde mental dos profissionais não afeta apenas sua qualidade de vida, mas também influencia diretamente a qualidade dos serviços prestados aos adolescentes. Profissionais que lidam com estresse ocupacional podem apresentar maior dificuldade em estabelecer relações de confiança com os jovens, prejudicando o processo de ressocialização (Maia; Moraes, 2023).

2.3 Condições de trabalho e suas implicações na saúde mental dos trabalhadores

As condições de trabalho em instituições socioeducativas são marcadas por desafios organizacionais, alta demanda emocional e insuficiência de recursos. Essas condições, além de comprometerem a execução das atividades, impactam negativamente a saúde mental dos trabalhadores. A análise da precariedade laboral no contexto socioeducativo exige uma abordagem ampla, que considere os fatores estruturais e subjetivos envolvidos, com o objetivo de identificar as causas subjacentes e propor soluções organizacionais.

Codinhoto (2014) destaca a dicotomia entre o trabalho prescrito e o trabalho real, que exige dos trabalhadores adaptações constantes e gera insegurança e desamparo. As normas institucionais frequentemente não refletem a complexidade das situações práticas, exacerbando o sofrimento psíquico dos profissionais.

Greco *et al.* (2013) reforçam que a sobrecarga de trabalho é um fator predominante no estresse ocupacional dos agentes socioeducativos. A ausência de suporte gerencial e a insuficiência de recursos físicos são condições que ampliam o desgaste físico e emocional, criando um ambiente laboral que intensifica o sofrimento dos trabalhadores.

Segundo Feijó (2015) e Tessaro (2019), os profissionais enfrentam níveis elevados de demanda psicológica, associados a baixa autonomia e suporte organizacional limitado. Esses fatores contribuem para o aumento de sintomas de ansiedade, depressão e esgotamento físico.

Brasil, Almeida e Costa (2020) analisam as implicações da violência institucional na subjetividade dos trabalhadores. Os dilemas éticos enfrentados pelos profissionais, oscilando entre o cuidado e o controle, comprometem sua identidade profissional e intensificam o sofrimento psíquico, revelando a complexidade das relações interpessoais nesse contexto.

Tessaro (2019) aponta que a centralização excessiva e a rigidez disciplinar, características da gestão gerencialista, potencializam práticas de assédio moral. Essa abordagem não apenas limita o diálogo hierárquico, mas também amplia os riscos psicossociais e compromete o bem-estar dos trabalhadores.

Greco (2012) identifica que a imprevisibilidade das demandas e a sobrecarga de tarefas levam ao estresse crônico dos agentes socioeducativos, aumentando a prevalência de distúrbios psíquicos menores e afastamentos por motivos de saúde. Esses fatores ressaltam a necessidade de intervenções organizacionais que promovam o equilíbrio entre as demandas laborais e a saúde dos profissionais.

Tavares (2019) destaca que a qualidade de vida no trabalho é diretamente influenciada por variáveis como suporte social e condições físicas adequadas. As relações interpessoais são identificadas como um fator central para o enfrentamento das adversidades cotidianas, sugerindo que o fortalecimento das interações entre os profissionais pode mitigar os impactos negativos do ambiente laboral.

Os estudos analisados convergem para a identificação de uma precariedade estrutural nas condições de trabalho em instituições socioeducativas, refletida na sobrecarga de demandas, ausência de suporte organizacional e violência institucional. Essas condições criam um ambiente que favorece o adoecimento psíquico dos profissionais, comprometendo tanto sua saúde quanto a eficácia das políticas socioeducativas.

A dualidade entre as funções de cuidado e controle evidencia a complexidade do trabalho socioeducativo, que exige dos profissionais habilidades emocionais e técnicas para lidar com demandas contraditórias. Segundo Kersting (2016), a capacitação contínua e o

fortalecimento de práticas participativas podem minimizar os efeitos deletérios desse contexto laboral.

Além disso, Soares (2013) enfatiza a importância de programas institucionais que promovam o enfrentamento coletivo das adversidades. Espaços de diálogo e cooperação entre os pares são apontados como estratégias promissoras para a construção de práticas laborais resilientes, fortalecendo o engajamento e reduzindo os impactos do desgaste emocional.

A precariedade das condições de trabalho em instituições socioeducativas está diretamente associada à vulnerabilidade psicossocial dos profissionais. A sobrecarga de demandas, aliada à falta de suporte organizacional, compromete a saúde mental dos trabalhadores e a eficácia das ações institucionais.

A implementação de políticas públicas que priorizem a valorização profissional, a capacitação contínua e o fortalecimento das redes de suporte institucional é essencial para mitigar os impactos negativos identificados. Programas de saúde ocupacional, adaptados às especificidades do contexto socioeducativo, podem contribuir para a criação de ambientes laborais mais saudáveis e produtivos.

2.4 Estudos e pesquisas relacionadas

Estudos sobre a saúde mental de profissionais que trabalham com medidas socioeducativas são escassos no Brasil, embora algumas pesquisas tenham se destacado nos últimos anos. Um levantamento realizado nas bases de dados: Pubmed, Scopus, Google Acadêmico, BDTD, Scielo e LILACS referente às publicações no período entre 2011 e 2023 revelou essa escassez. Os descritores utilizados foram: saúde mental e trabalho, agentes socioeducativos, socioeducadores, medidas socioeducativas, ato infracional, privação de liberdade. Na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), foram encontradas apenas doze pesquisas sobre o tema. No Scielo encontramos apenas cinco artigos que tratam da temática. Nas demais bases pesquisadas não encontramos trabalhos com a temática em foco. Segue o Quadro 01 com o levantamento das pesquisas.

Quadro 01: Levantamento de dissertações entre 2011 e 2023

Autor/ano da publicação	Tipo de trabalho/Título	Objetivo Geral
Greco (2011)	Dissertação: Distúrbios psíquicos menores em agentes socioeducadores dos centros de	Investigar as dimensões psicossociais demandas psicológicas e controle do trabalho e sua associação com a ocorrência de DPM em agentes socioeducadores dos CASÉ/RS.

Autor/ano da publicação	Tipo de trabalho/Título	Objetivo Geral
	atendimento socioeducativo do Rio Grande do Sul.	
Soares (2013)	Dissertação: Trabalho e estresse: um estudo com agentes socioeducativos.	Identificar a existência de estresse entre Agentes Socioeducativos de uma instituição de acolhimento de adolescentes em conflito com a lei do Distrito Federal, utilizando o Inventário de Sintomas de Estresse para Adultos de Lipp – ISSL (Lipp, 2000)
Codinhoto (2014)	Dissertação: Cortinas de Ferro: o trabalho real de socioeducadores de uma unidade socioeducativa de Internação do Estado de Rondônia	Identificar as vivências subjetivas de prazer/sofrimento no trabalho dos socioeducadores de uma Unidade Socioeducativa do Estado de Rondônia
Feijó (2015)	Dissertação: Saúde mental e qualidade de vida em trabalhadores da fundação de atendimento socioeducativo do Estado do Rio Grande do Sul.	Investigar a prevalência de estresse laboral, sintomas de ansiedade e depressão e os níveis de qualidade de vida em uma amostra de trabalhadores da FASE-RS, comparando os índices encontrados entre as diferentes funções, ambientes de trabalho e tipo de exposição ocupacional.
Feitoza (2016)	Dissertação: Entre a prescrição e o sofrimento: o trabalho de Técnicos de centros socioeducativos em Manaus.	Compreender a organização do trabalho dos técnicos de nível superior de centros socioeducativos na cidade de Manaus, seu desdobramento sobre as vivências de sofrimento e prazer bem como o sentido deste trabalho para os mesmos.
Maia (2018)	Dissertação: Profissionais do sistema socioeducativo: um estudo sobre engajamento e exaustão com o trabalho.	Caracterizar o nível de engajamento e exaustão de profissionais das medidas socioeducativas, verificando fatores a eles relacionados, assim como a percepção dos referidos profissionais acerca do seu nível de engajamento/exaustão.
Santos (2017)	Dissertação: Prazer e Sofrimento no Trabalho de Agentes de Segurança e Medidas Socioeducativas (ASSE) em Mato Grosso do Sul.	Compreender e analisar os fatores que geram prazer e sofrimento psíquico no trabalho realizado por agentes de segurança e medidas socioeducativas em Mato Grosso do Sul, buscando compreender e analisar a relação subjetiva dos sujeitos com seu trabalho.
Kersting (2016)	Dissertação: Equipamentos do século XIX, profissionais do século XX e problemas do século XXI: saúde mental dos trabalhadores da Fundação de Atendimento Socioeducativo do Rio Grande do Sul	Compreender a influência do trabalho na saúde mental dos servidores da Fundação de Atendimento Socioeducativo do Rio Grande do Sul- FASE/RS.
Soares (2019)	Dissertação: Burnout e a qualidade de vida dos gestores do sistema socioeducativo do Distrito Federal: uma análise estatística descritiva em saúde mental.	Identificar o perfil gestor do atendimento socioeducativo do Distrito Federal, verificar e descrever a frequência dos graus de burnout, além de identificar a ocorrência da síndrome na equipe gestora
Tavares (2019)	Dissertação: Aspectos da Qualidade de Vida de Agentes Socioeducadores de Instituições Privativas de Liberdade.	Estudar os Aspectos da Qualidade de Vida de Agentes Socioeducadores de Instituições Privativas de Liberdade”
Tessaro (2019)	Dissertação: Riscos psicossociais no trabalho de agentes socioeducadores no Rio Grande do Sul	Levantar fatores de risco psicossocial, incluindo a violência relacionada ao trabalho, e danos à saúde de agentes socioeducadores atuantes no Rio Grande do Sul.

Autor/ano da publicação	Tipo de trabalho/Título	Objetivo Geral
Bastos (2022)	Dissertação: Saúde do trabalhador: um estudo com servidores da socioeducação do Estado do Paraná	Analisar como o Estado faz a gestão de saúde do trabalhador da socioeducação, que ações voltadas à promoção de saúde do trabalhador da socioeducação existem, e que efeitos produzem

Fonte: elaborado pela autora (2024).

O conjunto de estudos desenvolvidos sobre as condições laborais e psicossociais dos agentes socioeducadores evidencia a complexidade inerente ao ambiente de trabalho desses profissionais e os impactos multifacetados sobre sua saúde mental e qualidade de vida. Cada trabalho, embora com abordagens particulares, constrói um mosaico que detalha as vulnerabilidades e desafios enfrentados por essa categoria.

Greco (2011) desenvolveu um estudo transversal para investigar a relação entre demandas psicológicas, controle no trabalho e a prevalência de distúrbios psíquicos menores (DPM) entre agentes socioeducadores do CASE/RS. A pesquisa utilizou o Self Report Questionnaire-SRQ-20 e a Job Stress Scale para avaliar os riscos psicossociais. Constatou-se que 50,1% dos trabalhadores apresentaram suspeita para DPM, com maior prevalência entre aqueles submetidos a altas exigências laborais e baixo controle sobre suas funções. Este estudo se baseou no entendimento da relação entre o ambiente de trabalho e o adoecimento mental, com implicações para intervenções institucionais.

Soares (2013), por meio de uma abordagem quantitativa, buscou identificar níveis de estresse em agentes socioeducativos do Distrito Federal, utilizando o Inventário de Sintomas de Estresse para Adultos (ISSL). O estudo apontou que o ambiente institucional contribui significativamente para o surgimento de sintomas de estresse, corroborando as observações de Greco (2011) sobre o impacto das demandas laborais. A análise também trouxe à tona as estratégias de enfrentamento adotadas pelos profissionais, revelando a resistência psicológica necessária para atuar em contextos socioeducativos.

Codinhoto (2014) enveredou por uma análise qualitativa, examinando as vivências de prazer e sofrimento em uma unidade socioeducativa de Rondônia. Utilizando entrevistas semiestruturadas e a análise de conteúdo de Bardin, a pesquisa destacou a tensão entre o trabalho prescrito e o trabalho real, com ênfase no sofrimento derivado da insegurança institucional e das condições adversárias. Apesar disso, a mobilização subjetiva dos agentes permitiu vivências de prazer no trabalho, articulando-se com a perspectiva de Feijó (2015) sobre a coexistência de dimensões positivas e negativas no ambiente laboral.

Feijó (2015) ampliou a análise das condições de trabalho ao investigar a saúde mental e a qualidade de vida dos trabalhadores da Fundação de Atendimento Socioeducativo do Rio Grande do Sul (FASE/RS). Uma pesquisa revelou taxas elevadas de estresse, ansiedade e depressão, principalmente entre trabalhadores de unidades de internação. Tais descobertas dialogam diretamente com os estudos de Greco (2011) e Codinhoto (2014), ao reafirmar a relação entre o critério laboral e o adoecimento psíquico.

Feitoza (2016) explorou a organização do trabalho de técnicos de nível superior em centros socioeducativos de Manaus, investigando as vivências de sofrimento e prazer e o sentido atribuído ao trabalho. A análise qualitativa revelou que, embora a organização laboral gere situações de sofrimento, os trabalhadores encontraram significado e realização nas suas funções. Essa visão complementar reforça a perspectiva de Codinhoto (2014) sobre a coexistência de dimensões positivas e negativas no ambiente laboral.

Maia (2018) realizou uma análise detalhada dos níveis de engajamento e exaustão emocional de profissionais das medidas socioeducativas, utilizando instrumentos de avaliação quantitativa. Os resultados destacaram o impacto das condições de trabalho na saúde mental e no desempenho dos agentes, ecoando os achados de Soares (2013) e Feijó (2015). O estudo também revelou a influência das relações laborais e do suporte institucional sobre os níveis de engajamento.

Santos (2017) focou nos fatores que geram prazer e sofrimento entre agentes de segurança de medidas socioeducativas em Mato Grosso do Sul. O estudo revelou a centralidade das relações subjetivas dos agentes com o trabalho, destacando a necessidade de intervenções voltadas para a melhoria das condições institucionais. A análise reforça as conclusões de Feitoza (2016) sobre o papel do significado do trabalho na mitigação do sofrimento psíquico.

Kersting (2016) aprofundou a análise da saúde mental dos trabalhadores da FASE/RS, destacando a influência das condições organizacionais e da precariedade estrutural. O estudo revelou que o déficit de pessoal e a sobrecarga laboral impactam negativamente a saúde mental, reiterando as observações de Feijó (2015) e Greco (2011). A pesquisa sugere que as intervenções organizacionais são essenciais para minimizar os danos à saúde dos trabalhadores.

Soares (2019) analisou a relação entre burnout e qualidade de vida entre gestores do sistema socioeducativo do Distrito Federal, utilizando análises estatísticas descritivas. A pesquisa envolveu cerca de 29% dos gestores com burnout, com impacto direto sobre a saúde mental e a satisfação profissional. Os resultados complementam os achados de Maia (2018) e Feijó (2015), ao explorar o esgotamento emocional em posições de gestão.

Tavares (2019) e Tessaro (2019) destacaram a qualidade de vida e os riscos psicossociais no trabalho de agentes socioeducadores. Enquanto Tavares (2019) se concentra nas condições de agentes de instituições privativas de liberdade, Tessaro (2019) explora a violência e os danos à saúde relacionados ao trabalho no Rio Grande do Sul. Ambos os estudos reafirmaram a necessidade de orientações específicas à redução dos fatores de risco.

Uma análise comparativa dos estudos revela uma abordagem multifacetada para compreender os desafios enfrentados pelos agentes socioeducadores. Os trabalhos se complementam à exploração de dimensões psicossociais, organizacionais e subjetivas que caracterizam as experiências laborais desses profissionais, bem como os impactos sobre sua saúde mental e qualidade de vida.

Greco (2011) ao investigar distúrbios psíquicos menores (DPM), destacou o papel das altas demandas psicológicas e do baixo controle no trabalho como fatores precipitantes. Esse achado encontra eco em Feijó (2015) que, embora tenha se concentrado em uma amostra mais ampla de trabalhadores da FASE/RS, confirmou a associação entre condições laborais adversárias e sintomas de ansiedade e depressão. Ambos os estudos apontam para um cenário de adoecimento psíquico vinculado às disfunções organizacionais, com ênfase em que intervenções estruturais poderiam mitigar tais efeitos.

Por outro lado, Soares (2013) e Maia (2018) avançaram na compreensão do estresse e do engajamento laboral em agentes socioeducativos. Soares (2013) previu a prevalência de sintomas de estresse em diferentes fases, enquanto Maia (2018) caracterizou os níveis de engajamento e exaustão emocional, destacando os fatores que prejudicam o desgaste psicológico. Esses resultados corroboram os achados de Greco (2011) e Feijó (2015), ao reafirmar que o ambiente institucional exerce uma influência central na saúde dos trabalhadores, mas introduzem uma análise mais detalhada sobre os processos de engajamento, abrindo espaço para intervenções específicas à promoção de suporte social e organizacional.

Codinhoto (2014) e Feitoza (2016) ampliaram o debate ao trazer a dimensão subjetiva das vivências laborais. Ambos identificaram contradições entre o trabalho prescrito e o trabalho real, ressaltando como essas tensões geram sofrimento psíquico, mas também permitem a mobilização de estratégias de prazer e resiliência. Codinhoto (2014), ao explorar o contexto de Rondônia, destacou a insegurança institucional como fator crítico, enquanto Feitoza (2016), ao estudar técnicos de nível superior em Manaus, revelou que o sentido atribuído ao trabalho pode mitigar os efeitos adversos do ambiente organizacional. Essas análises subjetivas dialogam com os achados mais quantitativos de Soares (2013) e Maia (2018), fornecendo uma visão mais ampla e humanizada das experiências laborais.

A precariedade estrutural emerge como tema central nos estudos de Kersting (2016) e Tessaro (2019). Ambos destacam a investigação de recursos humanos e materiais como fatores que amplificam o sofrimento e os riscos psicossociais. Kersting (2016) apontou o excesso de horas extras e a dependência salarial como agravantes, enquanto Tessaro (2019) trouxe à tona a violência laboral como uma das principais fontes de risco para a saúde dos agentes no Rio Grande do Sul. Essas descobertas, embora específicas em suas abordagens, corroboram os estudos de Greco (2011) e Feijó (2015), ao enfatizar que a organização do trabalho, mais do que fatores individuais, é um principal determinante dos problemas de saúde observados.

Santos (2017), ao explorar o prazer e o sofrimento no trabalho de agentes de segurança em Mato Grosso do Sul, conecta-se a Feitoza (2016) e Codinhoto (2014) ao destacar as relações subjetivas que mediam as experiências laborais. Santos acordos como o suporte interpessoal e o significado do trabalho podem atenuar os impactos das condições adversas, reforçando a importância de intervenções que promovam o bem-estar subjetivo.

Tavares (2019) e Soares (2019) ampliaram o debate ao abordar a qualidade de vida em diferentes perspectivas. Enquanto Tavares (2019) investigou agentes socioeducadores em instituições privativas de liberdade, destacando os impactos das condições institucionais sobre sua saúde física e mental, Soares (2019) explorou a síndrome de burnout em gestores do sistema socioeducativo. Ambos os estudos enfatizaram a necessidade de políticas públicas externas à saúde ocupacional e ao suporte institucional, convergindo com as considerações de Tessaro (2019) e Kersting (2016).

O estudo de Bastos (2022), realizado no estado do Paraná, se propôs a fazer uma análise de como o Estado faz a gestão de saúde do trabalhador da socioeducação, quais ações voltadas à promoção de saúde do trabalhador da socioeducação são desenvolvidas, e que efeitos produzem. Utilizando-se de análise de documentos, entrevistas e observação participante, o referido autor identificou que existem ações de gestão da saúde do trabalhador da socioeducação, e também, ações que visam à promoção da saúde do trabalhador. No entanto, Bastos (2022, p.119), alega que: “as ações realizadas pela instituição possuem um caráter pontual e paliativo, não produz mudanças e melhoras drásticas nas condições de saúde dos trabalhadores, não buscam identificar e modificar a realidade do sofrimento destes trabalhadores.”

Em síntese, os estudos convergem para evidenciar que o ambiente de trabalho é determinante para a saúde e o desempenho dos agentes socioeducadores. A precariedade estrutural, a violência institucional e a falta de suporte organizacional aparecem como fatores recorrentes de sofrimento psíquico e adoecimento, enquanto o significado ao trabalho e ao

engajamento são apresentados como elementos de resiliência. A comparação entre os estudos revela, ainda, que os impactos são amplificados por contextos de maior vulnerabilidade, como unidades de internação ou funções de gestão, onde as demandas são mais intensas e o suporte institucional é insuficiente. Dessa forma, a literatura comprovada sugere que intervenções estruturais e subjetivas são indispensáveis para mitigar os impactos negativos do trabalho socioeducativo, promovendo um ambiente mais saudável e sustentável para os profissionais envolvidos. O levantamento dos artigos publicados estão dispostos Quadro 02.

Quadro 02: Levantamento de Artigos entre 2011 e 2023

Autor/ano da publicação	Título	Objetivo Geral
Brasil <i>et al.</i> (2020)	Dispositivos de Escuta de Adolescentes Privados de Liberdade e de Agentes Socioeducativos.	Evidenciar um método de intervenção triangular na socioeducação como uma forma de identificar o lugar da violência nas relações institucionais.
Maia e Moraes (2023)	Engajamento com o Trabalho e Exaustão Emocional de Profissionais da Socioeducação.	Compreender a percepção dos profissionais das medidas socioeducativas de internação (equipe técnica e coordenadores de segurança) acerca do seu engajamento e de sua exaustão com o trabalho.
Greco <i>et al.</i> (2012)	Estresse psicossocial e distúrbios psíquicos menores em agentes socioeducadores	Verificar a associação entre estresse psicossocial e a ocorrência de distúrbios psíquicos menores em agentes socioeducadores.
Greco <i>et al.</i> (2013)	Estresse no Trabalho em agentes dos centros de atendimento socioeducativo no Rio Grande do Sul.	Verificar a associação entre estresse no trabalho, características sociodemográficas, laborais, hábitos e condições de saúde dos agentes socioeducadores do Rio Grande do Sul, Brasil.
Augusto; Freitas e Mendes (2014)	Vivências de prazer e sofrimento no trabalho de profissionais de uma fundação pública de pesquisa.	Investigar as vivências de prazer e sofrimento no trabalho de profissionais de uma fundação pública

Fonte: Pela autora, 2024.

Brasil *et al.* (2020), buscaram evidenciar o papel dos dispositivos de escuta em contextos socioeducativos, tanto para adolescentes privados de liberdade quanto para agentes socioeducativos. Por meio de uma abordagem qualitativa, três dispositivos metodológicos foram implementados: escuta individual em formato de plantão psicológico, grupo de fala com adolescentes e intervenção em psicodinâmica do trabalho com agentes. O estudo, realizado em uma unidade de internação, envolveu a violência como elemento central nas relações institucionais, afetando tanto adolescentes quanto agentes, e concluiu pela necessidade de ações integrativas que minimizem esses impactos.

Maia e Moraes (2023) investigaram a percepção de profissionais da socioeducação sobre engajamento e exaustão emocional em unidades de internação. O estudo qualitativo entrevistou membros da equipe técnica e coordenadores de segurança, explorando dimensões como rotina, mediação de conflitos e indicadores de esgotamento laboral. A análise, realizada com o software Iramuteq, incluiu fatores como insalubridade, baixo salário e fragilidade de vínculos empregados como agravantes para o adoecimento psicológico, enquanto a relevância social do trabalho e o apoio entre colegas atuaram como mecanismos protetores.

Greco (2012) examinou a associação entre demandas psicológicas, controle no trabalho e a prevalência de distúrbios psíquicos menores (DPM) em agentes socioeducadores do Rio Grande do Sul. O estudo quantitativo utilizou o Self Report Questionnaire (SRQ-20) e a Job Stress Scale, aplicados a 381 agentes. Os resultados indicaram que 50,1% apresentavam suspeita de DPM, com maior prevalência em contextos de alta exigência laboral e baixo controle sobre as tarefas. A pesquisa reforçou a necessidade de reestruturar o ambiente laboral para reduzir o adoecimento.

Greco *et al.* (2013) ampliaram uma análise do estresse laboral para verificar a relação entre características sociodemográficas, condições de saúde e estresse em agentes dos Centros de Atendimento Socioeducativo no Rio Grande do Sul. Utilizando a Job Stress Scale, o estudo de associações firmadas entre insatisfação no trabalho, falta de tempo para lazer e necessidade de afastamento por problemas de saúde, com o estresse laboral.

Augusto, Freitas e Mendes (2014) abordaram as vivências de prazer e sofrimento de profissionais de uma fundação pública de pesquisa, destacando como a organização do trabalho e as condições precárias impactam as qualidades nas relações socioprofissionais. A análise qualitativa utilizou entrevistas semiestruturadas e destacou que práticas organizacionais centralizadas e coercitivas aumentam o sofrimento, enquanto estratégias defensivas dos trabalhadores atenuam parcialmente os efeitos negativos.

Os estudos desenvolvidos apresentam contribuições significativas para a compreensão das dinâmicas laborais e seus impactos sobre a saúde mental e o desempenho de profissionais em contextos socioeducativos e institucionais. Embora cada trabalho adote uma abordagem metodológica distinta, juntos constroem um panorama abrangente que evidencia os desafios, os fatores de risco e as estratégias mitigadoras enfrentadas por esses trabalhadores.

Brasil *et al.* (2020) ao investigarem dispositivos de escuta em contextos socioeducativos, destaca a centralidade da violência nas relações institucionais. Uma análise qualitativa revelou como essa violência permeia não apenas as interações entre adolescentes e agentes, mas também entre pares e nos próprios ambientes institucionais. Esse diálogo ocorreu

diretamente com Greco *et al.* (2013), que identificaram o estresse no trabalho como consequência de condições laborais adversárias, incluindo sobrecarga de demandas e insatisfação com o local de trabalho. Ambos os estudos apontam para a necessidade de estratégias de mediação e reestruturação organizacional para minimizar os efeitos negativos.

Maia e Morais (2023) exploram as dimensões de engajamento e motivação emocional, enfatizando os impactos de fatores institucionais, como insalubridade e fragilidade de vínculos empregatícios. O estudo complementa as observações de Brasil *et al.* (2020) ao destacar que, apesar das adversidades, o engajamento pode ser sustentado por meio de apoio interpessoal e reconhecimento do valor social do trabalho. Ambos os trabalhos sugerem que a relevância social percebida pelos profissionais desempenha um papel protetor frente ao esgotamento emocional.

Greco (2012) e Greco *et al.* (2013) fornecem uma base quantitativa para a análise de fatores psicossociais, como demandas psicológicas e controle sobre o trabalho, associando-os à prevalência de distúrbios psíquicos menores e ao estresse laboral. Esses estudos corroboram as conclusões qualitativas de Maia e Morais (2023) ao identificar que o descompasso entre as exigências laborais e de recursos institucionais amplia o risco de adoecimento psíquico. Ao mesmo tempo, os achados de Greco *et al.* (2013) sobre a insatisfação com o local de trabalho e a falta de tempo para lazer se alinham com os relatos de violência institucional destacados pelo Brasil *et al.* (2020).

Augusto, Freitas e Mendes (2014) oferecem uma perspectiva complementar ao analisar as vivências de prazer e sofrimento em uma fundação pública de pesquisa. A pesquisa revela que práticas organizacionais de caráter coercitivo geram sofrimento psíquico, enquanto estratégias defensivas dos trabalhadores atenuam parcialmente esses efeitos. Esta análise encontra ressonância nos trabalhos de Greco (2012) e Greco *et al.* (2013), ao sugerir que a organização do trabalho, mais do que as relações interpessoais, é um determinante crucial para a saúde mental no ambiente laboral. Além disso, as estratégias defensivas observadas nesse estudo convergem com os mecanismos de resiliência relatados por Maia e Morais (2023), que os trabalhadores enfrentam formas de lidar com o sofrimento mesmo em condições adversas.

No âmbito das relações institucionais, Brasil *et al.* (2020) e Augusto, Freitas e Mendes (2014) destacam como a dinâmica de poder e controle interfere nas interações entre trabalhadores e na percepção de suas funções. Enquanto Brasil *et al.* (2020), analisa a violência como fator estruturante das relações institucionais, Augusto, Freitas e Mendes (2014) aprofundam a análise ao evidenciar que o medo do desemprego e a pressão hierárquica levam

os trabalhadores a aceitar condições de trabalho competitivas, contribuindo para a manutenção do status quo.

Por outro lado, a análise de Maia e Moraes (2023) amplia a discussão ao incluir o papel do suporte interpessoal como fator que contrabalança os efeitos negativos das condições institucionais. Esses resultados complementam os estudos de Greco (2012) e Greco *et al.* (2013), que se concentra na identificação dos fatores de risco, mas não explora em profundidade os mecanismos que poderiam mitigar o impacto do estresse e do adoecimento psíquico.

Os estudos convergem para identificar que as condições institucionais desempenham um papel determinante na saúde mental dos trabalhadores. As dimensões de sobrecarga, insatisfação, controle limitado e violência institucional são reiteradamente apontadas como fatores de risco para o estresse e o adoecimento psíquico. Por outro lado, os trabalhos salientam que o apoio interpessoal, o reconhecimento social e as estratégias defensivas podem atenuar os impactos negativos, embora não eliminem a necessidade de intervenções estruturais.

Os resultados sugerem que ações integrativas, como os dispositivos de escuta propostos pelo Brasil *et al.* (2020), e melhorias nas condições laborais, conforme indicadas por Greco (2012) e Greco *et al.* (2013), são fundamentais para promover ambientes de trabalho mais saudáveis e sustentáveis. Além disso, a valorização do papel social do trabalho, destacada por Maia e Moraes (2023), pode servir como ponto de partida para intervenções que não apenas mitigam os riscos, mas também fortalecem o engajamento e o bem-estar dos trabalhadores.

Os estudos desenvolvidos fornecem uma base sólida para o desenvolvimento de políticas públicas e práticas institucionais que priorizam a saúde e a qualidade de vida dos profissionais em contextos socioeducativos e outros ambientes organizacionais.

2.5 Proposições da pesquisa

Levando em consideração o problema da pesquisa, os objetivos e o aporte teórico, algumas proposições são pertinentes. Conforme proposto por Vergara (2000), tanto as hipóteses como as proposições são antecipações de resposta aos problemas. Ambas são testadas, de modo que possam ser confirmadas ou refutadas.

Nesse sentido, as proposições desta pesquisa são:

1. O déficit de pessoal e a carga de trabalho em instituições que executam medidas socioeducativas de internação gera um desgaste pelo excesso de trabalho e leva os profissionais ao adoecimento e a afastamentos do trabalho.

2. O convívio com a violência, medo e tensão em um contexto que ameaça à integridade física e emocional dos profissionais que atuam em instituições que executam medidas socioeducativas de internação leva ao adoecimento mental dos mesmos.
3. O adoecimento mental dos servidores afeta a qualidade dos serviços prestados pelos mesmos.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Nesse tópico foram apresentadas as perspectivas metodológicas empregadas no presente estudo, com o intuito de atender aos objetivos propostos e responder ao problema de pesquisa elencado.

3.1 Classificação metodológica

A metodologia adotada para a condução da pesquisa é delineada em conformidade com a natureza do estudo, abrangendo três vertentes distintas quanto à finalidade, ao delineamento metodológico e quanto à apresentação dos resultados.

Quanto à finalidade, trata-se de uma pesquisa com abordagem exploratória. Na concepção de Gil (2017, p.44), essa abordagem “tem como propósito proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito”. Segue uma proposta mais flexível levando em consideração as várias características relativas ao fato ou fenômeno estudado.

Quanto ao delineamento metodológico, trata-se de uma pesquisa de levantamento, também conhecida como pesquisa de campo, é um método de coleta bastante utilizado para coletar informações de um grupo de pessoas, a fim de obter insights sobre suas opiniões, atitudes, comportamentos ou características demográficas e sociais.

Tais pesquisas são realizadas por meio de questionários, entrevistas ou formulários, onde as pessoas que irão participar fornecem respostas a perguntas específicas. “Basicamente, procede-se à solicitação de informações a um grupo significativo de pessoas acerca do problema estudado para, em seguida, obterem-se as conclusões correspondentes aos dados coletados” (Gil, 2017, p.50).

Quanto à apresentação dos resultados, a pesquisa adotou uma abordagem qualitativa. Essa escolha permitirá a análise aprofundada dos dados, a identificação de padrões, tendências e nuances no comportamento das variáveis estudadas.

A pesquisa qualitativa permite a exploração detalhada das percepções, experiências e opiniões dos participantes, contribuindo para uma compreensão mais rica e contextualizada da temática em análise (Will, 2012).

O Quadro 03 contém o desenho metodológico da pesquisa.

Quadro 03: Desenho metodológico da pesquisa

Questão-problema: como os servidores que compõem as equipes multiprofissionais dos centros de internação da FUNDAC no Estado da PB percebem a relação entre trabalho e saúde mental?		
Objetivo Geral Analisar a percepção dos servidores que compõem a equipe multiprofissional dos centros de internação da FUNDAC sobre a relação entre trabalho e saúde mental.		
Proposições Listadas	Objetivos Específicos relacionados	Instrumento para coleta de dados
O déficit de pessoal e a carga de trabalho em instituições que executam medidas socioeducativas de internação gera um desgaste pelo excesso de trabalho e leva os profissionais ao adoecimento e afastamento do trabalho	Identificar os fatores do trabalho que afetam a saúde mental dos servidores da FUNDAC.	Entrevista semiestruturada
O convívio com a violência, medo e tensão em um contexto que ameaça à integridade física e emocional dos profissionais que atuam em instituições que executam medidas socioeducativas de internação leva ao adoecimento mental dos mesmos.	Identificar os fatores do trabalho que afetam a saúde mental dos servidores da FUNDAC.	
O adoecimento mental dos servidores afeta a qualidade dos serviços prestados pelos mesmos	Descrever como a saúde mental do servidor afeta a prestação dos serviços na instituição	
	Identificar estratégias de enfrentamento utilizadas pelos servidores para amenizar os efeitos do trabalho sobre sua saúde mental.	

Fonte: Pela autora, 2025.

3.2 Participantes da pesquisa

Esta pesquisa focou especificamente nos profissionais que compõem as equipes multiprofissionais que atuam em medidas socioeducativas de internação, considerando que esses contextos exigem uma interação e convívio mais intensos entre os adolescentes e os trabalhadores envolvidos. Na concepção de Peduzzi (1998), a equipe multiprofissional se refere a uma variedade de trabalhadores especializados que se interrelacionam entre si e nas suas ações. Diz respeito à integração de profissionais de diferentes áreas ou disciplinas que trabalham em conjunto para abordar questões complexas e fornecer soluções abrangentes. Essa abordagem é comumente utilizada em contextos como na área de educação, saúde, pesquisas, entre outros.

Participaram da pesquisa 24 servidores que compõem a equipe multiprofissional: 02 gestores, 02 psicólogos, 05 assistentes sociais, 02 pedagogos, 03 professores, 02 instrutores ocupacionais, 01 enfermeiro(a) e 07 agentes socioeducativos. Para garantir o sigilo dos participantes, eles serão identificados ao longo da apresentação dos resultados de forma

aleatória, com o uso do termo “Entrev” e um número sequencial para cada um deles, assim: “Entrev. 01”, “Entrev. 02” e assim sucessivamente.

3.2.1 Critérios de inclusão na pesquisa

Os critérios de inclusão adotados para o presente estudo foram: trabalhar em uma das unidades que atende adolescente em cumprimento de medida socioeducativa de internação; ser integrante da equipe multiprofissional (assistente social, gestores, psicólogo, pedagogo, instrutor ocupacional, profissionais vinculados às áreas de esporte, saúde, cultura e lazer) bem como, professores, agentes socioeducativos. Ter interesse e disponibilidade para participar da pesquisa e, deveria ter lido o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e assinado o mesmo.

3.2.2 Critérios de exclusão na pesquisa

Os critérios de exclusão para a participação na pesquisa foram os profissionais não integravam a equipe multiprofissional, os profissionais em férias e/ou afastados do trabalho no período da coleta dos dados, além dos que recusaram participar da pesquisa.

3.3 Coleta de dados

A coleta dos dados em um estudo acadêmico é um processo que requer cuidado e planejamento para garantir a qualidade e a validade dos resultados.

O acesso às instituições se deu, inicialmente, com a autorização prévia do presidente da FUNDAC. Para tanto, foi realizada uma visita ao setor administrativo para apresentar o projeto e obter autorização para realização da presente pesquisa.

Tendo a autorização da instituição, deu-se início às visitas na qual foi apresentada a pesquisa aos profissionais que foram convidados a participarem e assinar TCLE. As visitas se deram de acordo com a disponibilidade da pesquisadora e dos entrevistados. No período de 23 à 25 de setembro de 2024 foram feitas as entrevistas nos centros de João Pessoa: nos dias 23 e 24, no Centro Socioeducativo Edson Mota, sempre durante os períodos da manhã e tarde; no dia 25 foi realizada uma visita e entrevistas ao Centro de Atendimento Socioeducativo Rita Gadelha.

Em função da reforma ocorrida no Complexo Lar do Garoto, as visitas foram em dias alternados e sempre pela manhã, realizadas nos dias 01 e 09 de outubro de 2024 e 19 de novembro de 2024. No Centro Educacional do Adolescente, município de Sousa, as entrevistas foram realizadas no dia 30 de outubro de 2024.

Em todas as instituições foi reservada uma sala para as entrevistas, garantindo o sigilo da coleta dos dados, além de boa receptividade por parte de todas as pessoas com as quais a pesquisadora teve contato. O fato de conhecer a realidade dos profissionais talvez os tenha deixado mais à vontade durante as entrevistas.

O instrumento usado para a coleta de dados foi uma entrevista semiestruturada composta por onze questões (apêndice A). As entrevistas foram realizadas individualmente e audiogravadas para posterior transcrição e análise.

O roteiro de entrevistas foi elaborado com base na revisão da literatura, apoiando-se em contribuições de autores como Bardin (2016), que destaca a importância da entrevista semiestruturada para captar nuances das percepções dos participantes, e Triviños (1987), que defende a flexibilidade das perguntas abertas para explorar subjetividades.

As perguntas da entrevista foram desenhadas com base nos principais temas encontrados nas pesquisas que tratam de saúde mental, condições de trabalho em contextos de medidas socioeducativas a partir dos estudos de Codinhoto (2014), Feitoza (2016), Kersting (2016), Feijó (2015) e Soares (2019).

3.4 Análise e interpretação dos dados

A análise e interpretação dos dados em uma pesquisa acadêmica desempenham um papel essencial na extração de conhecimento e na construção de entendimento substancial.

O processo de análise de dados nesta pesquisa, pautada em uma abordagem qualitativa proveniente de entrevistas, se deu a partir da análise por categorias temáticas, conduzido de acordo com os princípios estabelecidos por Bardin (2016), que propõe três fases essenciais: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados, incluindo inferência e interpretação. Para embasar esse procedimento, é fundamental compreender a importância da análise de conteúdo temática por frequência na categorização dos dados.

Seguindo esses parâmetros, a primeira fase, a pré-análise, enquanto fase de organização do material a ser analisado, iniciou-se com escuta e posteriormente a transcrição das entrevistas utilizando o *Transcriptor*, uma ferramenta de transcrição automática de áudio com interface intuitiva, disponível para desktop e mobile. Seguindo esta etapa, foi realizada uma leitura

"flutuante" para familiarização com o conteúdo, já que, conforme preconizado por Bardin (2016), a pré-análise é essencial para identificar ideias-chave, temas recorrentes e padrões emergentes nos dados.

Posteriormente, na etapa de exploração do material, os dados foram analisados de forma sistemática e aprofundada. Nesta fase, foram definidas as categorias e sistemas de codificação que permitiram a organização dos dados em unidades significativas Mozzato e Grzybovski (2011).

A categorização foi realizada usando o processo que Bardin (2016) chama de “caixas”, referindo-se a um processo de categorização pré-determinado, ou seja, as categorias são estabelecidas antecipadamente, a partir da revisão de literatura ou bases teóricas. Nesse estudo, as categorias foram previamente estabelecidas com base na literatura apresentada, bem como, a partir das questões das entrevistas.

Para tanto, assim como na construção do roteiro de entrevistas, a construção das categorias se deu a partir dos trabalhos elencados na fundamentação teórica. No entanto, as subcategorias foram elencadas pelo processo inverso que Bardin (2016), chama de “acervo”, ou seja, emergiram de forma indutiva ao longo do processo de análise.

Nesse sentido, a organização do material ocorreu de maneira mais exploratória e flexível, permitindo que as subcategorias fossem construídas progressivamente com base nas unidades de sentido e de contexto que, conforme Bardin (2016), consideram a relação entre os elementos linguísticos e o significado global do discurso. Sua abordagem se baseia em identificar as estruturas de significado que emergem a partir do contexto e da interação dos elementos no texto. O Quadro 04 apresenta as categorias previamente elencadas e as questões da entrevista relacionadas a cada uma delas.

Na fase final de tratamento dos resultados, inferência e interpretação das falas dos entrevistados, a inferência desempenhou um papel essencial no processo analítico. É por meio da inferência que os pesquisadores podem extrair significados implícitos, formular hipóteses e elaborar conclusões fundamentadas nos dados. Nesta etapa, os dados foram constantemente confrontados com o referencial teórico da pesquisa e com os objetivos estabelecidos, garantindo uma análise crítica e reflexiva (Mozzato; Grzybovski, 2011).

A interpretação das entrevistas foi feita com embasamento elencado no referencial teórico com maior ênfase na Psicodinâmica do Trabalho proposta por Christophe Dejours (2018). Dejours investiga a relação entre o trabalho e a saúde mental dos trabalhadores, buscando compreender os impactos subjetivos da organização do trabalho e os mecanismos

psíquicos que os indivíduos utilizam para lidar com as exigências, pressões e sofrimentos no ambiente profissional.

Quadro 04: Categorias elencadas e as questões relacionadas

Questões da Entrevista	Categorias
01. Como você se sente no seu ambiente de trabalho? 02. Como você avalia as condições de trabalho no setor? 03. Você acredita que o ambiente de trabalho na instituição contribui para a sua sobrecarga emocional? 04. Na sua opinião, quais os principais fatores que afetam a sua saúde mental aqui na instituição? 06. Você já teve sintomas de esgotamento profissional devido ao seu trabalho na instituição? 07. Você já precisou se afastar do trabalho por motivos ligados à saúde mental?	Relação entre Trabalho e Saúde Mental
05: Você já sofreu ameaças vinda dos internos?	Segurança no Ambiente de Trabalho
08: Quais estratégias ou práticas você utiliza pessoalmente para lidar com o estresse no trabalho?	Estratégias de Enfrentamento
09. Como sua saúde mental pode afetar a qualidade do serviço prestado aos adolescentes em medidas socioeducativas?	Impacto da Saúde Mental na Qualidade do Serviço Prestado
10. Que sugestões você teria para melhorar a saúde mental dos profissionais da instituição?	Estratégias para Promoção da Saúde Mental
11. Qual é o principal desafio que você enfrenta em relação à saúde mental no seu trabalho?	Desafios Relacionados à Saúde Mental

Fonte: Autoria própria, 2025.

Para otimizar a análise e interpretação dos dados coletados neste estudo, foi utilizado o webQDA, que é “um *software* de análise qualitativa de dados, baseado na web, destinado a todos os investigadores e profissionais que realizam investigação qualitativa” (site webQDA, 2025), conforme Figura 01.

Figura 01: Processo de categorização do webQDA

The screenshot shows the webQDA interface for 'SAÚDE MENTAL E TRABALHO'. The left sidebar has a menu with 'Fontes', 'Códigos', 'Questionamento', and 'Gestão'. The main area displays a list of interview responses (13 to 23) with highlighted segments. On the right, a table shows the frequency of codes assigned to different categories.

NOME	REFS	FO...
Estratégias Psicológic...	24	1
Estratégias sociais e o...	8	1
Impacto da saúde ment...	0	0
Desempenho profissi...	20	1
Estratégias para a prom...	0	0
Apoio psicológico	16	1
Capacitação e desenv...	7	1
Melhoria das condiçõ...	6	1
Reconhecimento e Va...	13	1
Desafios Relacionados à...	0	0
Relações interpessoai...	20	1

Fonte: Software webQDA (2025).

A utilização do webQDA permitiu organizar e categorizar as informações de forma mais sistemática e visual. Após a transcrição das entrevistas, foi feita a importação dos textos para o software para utilização das ferramentas de codificação para marcar trechos relevantes de acordo com as categorias previamente definidas e aquelas que emergiram dos dados.

A interface visual facilitou a comparação entre participantes, permitindo identificar rapidamente padrões, repetições e discrepâncias nas falas. Além disso, o webQDA gerou mapas e nuvens de palavras, que auxiliaram na identificação de termos-chave e conceitos centrais.

Isso otimizou o processo porque evitou retrabalho de releitura desorganizada, acelerou a busca por trechos específicos já codificados, favoreceu a triangulação de dados, integrando comentários, memos e ligações entre categorias, e proporcionou uma visualização clara da relação entre as categorias e subcategorias.

3.5 Cuidados éticos na condução da pesquisa

Na condução de qualquer pesquisa, especialmente aquelas que envolvem seres humanos, é de fundamental importância considerar e respeitar rigorosos princípios éticos para garantir a integridade e o bem-estar dos participantes.

Em consonância com a Resolução do Conselho Nacional de Saúde (CNS) nº 466/2012, todos os participantes da pesquisa foram informados detalhadamente sobre os objetivos,

procedimentos, riscos e benefícios da pesquisa. Eles foram convidados a assinar o TCLE, indicando sua concordância voluntária em participar do estudo (CNS, 2012).

Foram adotadas medidas rigorosas para garantir a confidencialidade dos dados coletados. Os nomes e informações pessoais dos participantes serão mantidos em sigilo, e qualquer dado que possa identificar individualmente um participante não será divulgado nos resultados da pesquisa.

A pesquisa foi submetida ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) do Centro de Ciências Jurídicas e Sociais (CCJS) da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) de acordo com as diretrizes éticas e regulamentações vigentes. O Comitê avaliou e aprovou a pesquisa quanto à sua conformidade com as normas éticas e à proteção dos participantes, conforme parecer CEP/CCJS nº 7.031.849.

As entrevistas foram conduzidas em ambiente seguro e sigiloso, especialmente ao lidar com tópicos sensíveis.

Os resultados da pesquisa serão divulgados de maneira responsável e ética, protegendo a privacidade e a identidade dos participantes. Não serão compartilhadas informações que possam identificar qualquer indivíduo.

4 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS

4.1 Análise dos resultados

Por meio da análise qualitativa, realizada pelo método de Análise Categorical de Conteúdo de Bardin (2016), foram elencadas seis categorias a priori, definidas a partir da literatura usada na fundamentação teórica e, durante o processo de codificação através de unidades de registro e de contexto, surgiram as subcategorias apresentadas no Quadro 05.

Quadro 05: Categorização

CATEGORIAS	SUBCATEGORIAS
Relação entre Trabalho e Saúde Mental	Fatores de Risco Efeitos das condições laborais na saúde mental dos trabalhadores
Segurança no Ambiente de Trabalho	Violência e Ameaças
Estratégias de Enfrentamento	Autocuidado físico Estratégias Psicológicas e emocionais
Impacto da Saúde Mental na Qualidade do Serviço Prestado	Desempenho Profissional
Estratégias para Promoção da Saúde Mental	Apoio Psicológico Capacitação Melhoria das Condições de Trabalho Reconhecimento e Valorização
Desafios relacionados à Saúde Mental	Relações Interpessoais e Gestão de Conflitos

Fonte: Dados da pesquisa (2025).

4.2 Interpretação dos resultados

4.2.1 Relação entre Trabalho e Saúde Mental

Dentro dessa categoria foram elencadas duas subcategorias: a) fatores de risco; b) feitos das condições laborais na saúde mental dos trabalhadores. As subcategorias foram definidas a partir das respostas dos entrevistados, levando em consideração as unidades de sentido.

A partir da análise de conteúdo, segundo Bardin (2016), nota-se que as falas dos entrevistados revelam **elementos latentes** de sofrimento psíquico relacionados diretamente às condições trabalho. A escassez de recursos materiais e estruturais, relatada por diferentes profissionais, não apenas compromete a qualidade das intervenções socioeducativas, mas também acarreta impactos significativos na saúde mental dos trabalhadores.

Muitas vezes eu fiquei ansioso, porque como não vinha material, eu não tinha como trabalhar com os adolescentes. Muitas vezes tive que tirar do próprio bolso para não

ficar parado de tudo, fazer algumas atividades, principalmente em períodos festivos para comemoração de alguma coisa. (Entrev. 01)

A fala do entrevistado evidencia a ansiedade gerada pela falta de materiais básicos para a realização de atividades laborais do cotidiano com os adolescentes, a ponto de levar o participante do estudo em investir recursos próprios para manter as atividades educativas e não interromper completamente o trabalho com os menores. Esse tipo de atitude, embora revele um forte compromisso ético e afetivo com a prática, também indica uma **naturalização da precarização** e uma sobrecarga emocional não reconhecida institucionalmente.

Fatores de risco psicossociais no ambiente de trabalho são desafios importantes para a saúde e segurança ocupacional, podendo causar danos à saúde física e mental dos trabalhadores (Patrício *et al.*, 2023). Os estudos de Oliveira e Guimarães, 2023, identificaram riscos como critérios quantitativos, estresse, *burnout* e conflito trabalho-família. Outros fatores incluem espaço físico inadequado, estilo gerencial, desorganização, oportunidades desiguais e individualismo, falta de materiais, recurso para trabalhar (Fernandes; Passos, 2021).

Essas condições levam ao esgotamento mental e aos danos físicos relacionados ao trabalho (Fernandes; Passos, 2021). A prevenção desses riscos requer envolvimento ativo da organização e dos trabalhadores (Chagas, 2015). Estratégias sugeridas incluem capacitação, mudança na cultura organizacional, mapeamento de processos e competências, melhorias na infraestrutura e comunicação (Fernandes; Passos, 2021). A implementação dessas medidas pode promover ambientes de trabalho mais saudáveis e produtivos (Patrício *et al.*, 2023).

Por conta do ambiente mesmo, da falta de conforto, de uma melhor qualidade ao funcionário, de uma sala mais bem equipada, de um banheiro mais estrutural, contribui também, é impossível não contribuir, porque quando a gente lida com a socioeducação, são várias experiências, são vários casos e é impossível não interferir na sua saúde mental. (Entrev. 03)

Na entrevista 03, a questão estrutural emerge com ênfase: a falta de conforto no ambiente, a inexistência de espaços adequados para o exercício profissional e o cotidiano de lidar com histórias de vulnerabilidade dos adolescentes em conflito com a lei contribuem diretamente para o desgaste psíquico dos profissionais. Essa sobreposição entre o **ambiente físico deficitário** e o **conteúdo emocional das experiências vivenciadas** nos atendimentos constitui um fator de risco para o adoecimento mental. Como aponta Bardin (2016), a análise das falas permite identificar **núcleos de sentido**, que neste caso expressam não apenas o incômodo com a falta de insumos, mas um sofrimento mais profundo, vinculado à frustração por não conseguir oferecer um atendimento humanizado, pela ausência de suporte institucional.

Fernandes e Passos (2021), afirmam que se sentir confortável em um ambiente trabalho vai muito além de cuidar apenas de fatores como temperatura, iluminação ou ruídos sem deixar de falar nos aspectos físicos, emocionais de cada indivíduo, isso ajuda a proporcionar um local de trabalho mais saudável para todos os envolvidos.

A experiência compartilhada em relação à compra de materiais pedagógicos com recursos próprios ou por meio de cotizações entre colegas de equipe, revela uma lógica de **autossacrifício institucionalizado**, na qual o trabalhador assume o ônus do Estado em garantir as condições mínimas para o desenvolvimento de práticas educativas eficazes. Esse cenário, conforme Dejours (2018), reforça a importância da escuta qualificada e da sistematização das falas como vias de denúncia e resistência, dando visibilidade ao adoecimento silencioso de profissionais que atuam em contextos de alta complexidade social.

A gente não tem acesso a tudo que a gente precisa para desenvolver um bom trabalho. Materiais pedagógicos, a gente precisa ou comprar ou fazer uma cotinha assim na equipe quando a gente quer fazer uma intervenção diferenciada, porque o que a gente recebe é o básico, então às vezes os próprios materiais e insumos mesmo faltam, né, pra gente fazer uma atividade em grupo, enfim. Então, são insuficientes. (Entrev. 03)

Os fatores de risco que afetam a saúde mental dos profissionais entrevistados estão diretamente relacionados às condições do ambiente de trabalho, com destaque para a insuficiência de recursos materiais, a infraestrutura envolvida.

A deficiência de materiais é um fator de alto estresse, especialmente em funções que desativam alta responsabilidade emocional, como o trabalho com adolescentes em situação de vulnerabilidade.

Dejours e Abdoucheli (2009) argumentam que o trabalho se torna fonte de sofrimento psíquico quando as condições organizacionais não favorecem o uso das competências do trabalhador e quando o trabalho é organizado de forma a não respeitar as necessidades psíquicas do profissional. Para Santos (2017), esse sofrimento é amplificado em ambientes como as unidades de internação socioeducativa, onde as condições de trabalho e a pressão constante podem gerar uma sobrecarga emocional.

Inicialmente, a valorização e a formação da pessoa humana da pessoa humana, formação e valorização. E quando eu falo de valorização, eu falo também do financeiro. Estamos há 14 anos sem receber um aumento a mais e lutando por um PCCR há 13 anos. (Entrev. 04)

A análise das falas revela que, para além da precariedade estrutural e da escassez de recursos materiais, a falta de reconhecimento profissional desponta como um elemento central

de desgaste emocional entre os trabalhadores da socioeducação. As unidades de sentido extraídas evidenciam que a desvalorização ultrapassa o âmbito simbólico e afeta diretamente aspectos objetivos da vida laboral, como os salários congelados há mais de uma década e a ausência de um plano de carreira efetivo.

O entrevistado número 04 explicita esse sofrimento ao destacar a estagnação financeira e a negligência institucional no que diz respeito à progressão e ao reconhecimento da trajetória profissional. A repetição da expressão "valorização da pessoa humana" sinaliza a necessidade de uma escuta mais sensível por parte das instâncias gestoras, bem como um apelo por políticas que reconheçam não apenas a função desempenhada, mas a dignidade do trabalhador.

Já a fala do Entrevistado 23 amplia esse cenário ao citar fatores como a falta de capacitação contínua, a ausência de articulação com a rede de serviços e a convivência com estruturas organizacionais desarticuladas, compondo um quadro de abandono institucional que impacta diretamente a saúde mental dos profissionais.

Ambiente de trabalho, acomodação de outros profissionais, desvalorização salarial, falta de capacitação e reciclagem, falta de articulação com a rede de serviços. (Entrev. 23)

Ao sistematizar essas falas, observa-se a emergência de um núcleo de sentido que aponta para o esvaziamento do reconhecimento como uma forma de violência simbólica institucionalizada, que corrói o vínculo entre o sujeito e sua prática, favorecendo o adoecimento psíquico. Assim, a ausência de valorização, quando somada à precariedade das condições materiais e à sobrecarga emocional, configura-se como um potente fator de risco para o sofrimento no trabalho.

Essas falas indicam que a falta de reconhecimento profissional, tanto em termos de valorização do trabalho realizado quanto em questões salariais, é uma preocupação significativa para os profissionais e afeta sua saúde mental.

Estudos sobre educadores e profissionais de socioeducação revelam desafios significativos que afetam seu bem-estar emocional e seu comprometimento no trabalho. Profissionais de centros socioeducacionais enfrentam cansaço físico e psicológico devido a equipes pequenas, condições laborais inadequadas e remunerações baixas. Nesse sentido, os achados e resultados do presente estudo corroboram com os estudos de Maia e Moraes (2023) e Brüning *et al.* (2024).

Esses elementos levam ao sofrimento, enfermidades e consumo de medicamentos entre os trabalhadores (Brüning *et al.*, 2024). Apesar das dificuldades, vários profissionais continuam comprometidos em decorrência da importância social de suas atividades e das boas relações

com os pares (Maia, Morais, 2023). Para lidar com essas questões, Brüning *et al.* (2024) ressaltam a importância de melhores ambientes de trabalho, mais reconhecimento e apoio à saúde mental dos profissionais socioeducacionais.

Dejours e Abdoucheli (2009) argumentam que o sofrimento psíquico no trabalho é frequentemente causado pela falta de reconhecimento e apoio, especialmente quando as exigências do trabalho são altas, mas os trabalhadores não têm a valorização que merecem. Dejours (2018) destaca que a ausência de suporte institucional e de reconhecimento contribui diretamente para o aumento do estresse e do sofrimento psicológico, agravando os efeitos negativos do trabalho e levando ao desgaste emocional.

Atualmente há uma desmotivação muito grande, com vários motivos. Inicialmente, a infraestrutura da unidade, que não colabora com a proposta que a gente precisa trabalhar. O tempo de trabalho, o tempo de 16 anos, trouxeram muitas experiências, mas que não avançaram nem na formação do profissional, nem tampouco na questão salarial. O que avançou foi nas questões das cobranças. Isso avançou bem, mas sem reconhecimento profissional, pouco reconhecimento profissional. (Entrev. 04)

O entrevistado revela um quadro de desmotivação progressiva, relacionado à estagnação profissional, à infraestrutura inadequada e à ausência de reconhecimento institucional. Apesar da longa trajetória de trabalho, o mesmo expressa frustração com a falta de avanços na formação e na valorização salarial, enquanto destaca o aumento das cobranças como único ponto de progresso. Essa discrepância entre as exigências impostas e o reconhecimento recebido evidencia um contexto em que o sofrimento psíquico se torna parte da própria dinâmica institucional, no qual o esforço e a experiência acumulada não são traduzidos em retorno concreto. O núcleo de sentido aqui gira em torno da invisibilidade profissional e do sentimento de desgaste gerado pela injustiça organizacional.

Esse relato confirma a relevância de um equilíbrio entre esforço e recompensa, em que o reconhecimento e a valorização profissional são essenciais para evitar o desgaste emocional no trabalho. Nunes e Torres (2023) afirmam que os profissionais atuantes em Centros de Atenção Psicossocial enfrentam pressão excessiva decorrente da insuficiência de recursos humanos e materiais, somada à ausência de políticas de saúde mental voltadas especificamente para esses trabalhadores. As principais preocupações relacionadas à saúde mental incluem estresse, hostilidade e síndrome de burnout. Entre as propostas de melhoria, destacam-se a criação de ambientes de descontração e a implementação de iniciativas, em diferentes esferas governamentais, voltadas à otimização das condições de trabalho (Lima *et al.*, 2024).

Maslach (2011), ao discutir o *burnout*, também enfatiza o papel do reconhecimento no trabalho. Maslach sugere que, quando os trabalhadores não recebem recompensas adequadas ou reconhecimento pelo esforço dedicado, a síndrome de *burnout* se torna mais prevalente. A falta de reconhecimento contribui para o esgotamento emocional e para a perda de motivação intrínseca, o que prejudica não só a saúde mental dos trabalhadores, mas também a qualidade do serviço prestado.

Portanto, tanto Dejours (2018) quanto Maslach (2011) corroboram a ideia de que o reconhecimento e a valorização são fundamentais para a preservação da saúde mental dos profissionais, prevenindo o sofrimento psíquico e promovendo um ambiente de trabalho mais saudável e motivador.

A análise das falas revela um ambiente organizacional marcado pela instabilidade na gestão, desmotivação coletiva e práticas institucionais desestruturadas, que repercutem diretamente na saúde emocional dos profissionais.

A rotatividade de lideranças, muitas vezes por indicação e sem preparo adequado, gera ordens incoerentes e atribuições indevidas, criando um clima de pressão constante e insegurança funcional. O entrevistado 04 expressa de forma clara os efeitos desse contexto, ao relatar afastamentos e atestados médicos motivados por sofrimento psíquico.

Já a fala do entrevistado 19 reforça como as interferências hierárquicas mal planejadas comprometem a rotina e a autonomia profissional. As unidades de sentido extraídas apontam para um modelo de gestão autoritário e desorganizado, que contribui para o adoecimento dos trabalhadores, afetando a motivação, a produtividade e o equilíbrio emocional.

O ambiente de trabalho, as pessoas também muito desmotivadas, a questão da gestão, que entra gestão, sai gestão, por indicação, também despreparado, fazendo cobranças indevidas, colocando atribuições indevidas, tudo isso afetou e afeta bastante o meu emocional. É tanto que esse ano, eu coloquei em torno de dois afastamentos e cinco a seis atestados de longo prazo. (Entrev. 04)

E muitas vezes as ordens, os encaminhamentos que são ordens da chefe de imediato, acabam comprometendo um pouco a nossa dinâmica e o nosso dia a dia. (Entrev. 19)

Ainda dentro dos fatores de risco, a pressão administrativa também foi identificada como um ponto crítico. Esses trechos indicam que a pressão administrativa, seja por meio de cobranças excessivas, falta de preparo da gestão ou conflitos de demandas, é um fator significativo de estresse e pode afetar a saúde mental dos profissionais.

Percebemos assim que uma gestão ineficaz e desorganizada contribui para o estresse específico entre os trabalhadores, dificultando a adaptação e o desempenho adequado das tarefas. Essa pressão administrativa é um reflexo direto da má gestão das demandas e da falta

de suporte institucional, ambos fatores que agravam os riscos psíquicos no ambiente de trabalho.

A Psicodinâmica do Trabalho, conforme Dejours (2018), sustenta que quando o trabalho é organizado de forma a impor exigências emocionais e físicas excessivas aos trabalhadores, sem o devido suporte e a possibilidade de controle sobre as tarefas, isso pode resultar em um desequilíbrio psicológico significativo. O referido autor argumenta que essa falta de controle, associada a condições de trabalho adversas, pode gerar sofrimento psíquico e contribuir para o desenvolvimento de doenças mentais, como ansiedade e depressão. Muitos entrevistados relataram sentir-se sobrecarregados por um número excessivo de responsabilidades e tarefas, sem a possibilidade de aliviar essa carga, o que aumenta, assim, o risco de adoecimento mental e o desgaste emocional.

Então, hoje, depois desse tempo aqui, eu me sinto mais confiante. Se tornou um lugar que para mim é muito ambíguo, é muito prazeroso e desafiador, angustiante ao mesmo tempo. (Entrev. 03)

Esse relato revela a natureza ambígua da experiência profissional, em que a satisfação e o prazer de realizar o trabalho se misturam com a angústia e a insegurança geradas pelas condições de trabalho.

A fala expressa um sentimento ambivalente em relação ao trabalho, revelando núcleos de sentido contrastantes: por um lado, o prazer e a confiança adquiridos com o tempo; por outro, a presença constante do desafio e da angústia. Essa ambiguidade emocional reflete o impacto do ambiente laboral nas dimensões subjetivas do trabalhador, evidenciando que o vínculo com o trabalho é marcado por tensão entre realização pessoal e sofrimento psíquico, um traço recorrente nas práticas em contextos socioeducativos de alta complexidade.

Para os servidores da socioeducação, a satisfação resulta do reconhecimento, das interações interpessoais e da conexão com o trabalho, enquanto a dor provém de condições laborais impróprias, excesso de trabalho, gestão autoritária, ausência de reconhecimento e rotinas pouco estimulantes são fatores que impactam negativamente a saúde e o desempenho profissional. Em estudo semelhante, realizado com educadores em áreas rurais, Marinho *et al.* (2021) identificaram que, embora esses profissionais encontrem satisfação por meio de ações educativas e interações com estudantes, familiares e colegas de trabalho, enfrentam dificuldades decorrentes da carga horária elevada, da ausência de apoio, do difícil acesso à escola e de desavenças com coordenadores escolares. Essas pesquisas, baseadas na teoria da Psicodinâmica do Trabalho, ressaltam a intrincada relação entre elementos organizacionais e vivências pessoais de alegria e dor em diversos ambientes de trabalho.

Dejours e Abdoucheli (2009) destacam que a falta de reconhecimento e a ausência de políticas claras de apoio institucional também são fatores que intensificam o sofrimento psíquico, criando um ambiente de trabalho onde a insegurança emocional se torna um desafio constante.

Apesar dos desafios enfrentados no ambiente de trabalho, os entrevistados também relataram aspectos positivos para o seu bem-estar e satisfação profissional.

Eu me sinto bem. Assim, às vezes tem algumas intercorrências, né? Um pouquinho de estresse, de sobrecarga, mas, de modo geral, até que me sinto bem. (Entrev. 06)

De modo geral, eu faço o que gosto. Eu me sinto bem naquilo que eu escolhi fazer. (Entrev. 07)

Eu me sinto muito tranquila, muito confortável de trabalhar com adolescentes em conflito com a lei. Haja vista eu já ter decidido trabalhar com esses adolescentes, então pra mim é muito tranquilo. (Entrev. 14)

Ah, me sinto muito bem. A política de socioeducação vem avançando cada vez mais. A gente, de fato, vem concretizando essa articulação com as demais políticas. A gente vê o quanto a gente já evoluiu, o quanto progresso a gente vem obtendo com essa discussão, com o amadurecimento da Política de Sociedade e Educação. A gente realmente, hoje, não pode dizer que a gente está em outro patamar do tempo que eu aqui cheguei. (Entrev. 17)

As falas revelam um núcleo de sentido positivo, marcado por satisfação, pertencimento e realização profissional, apesar dos desafios cotidianos. Os entrevistados expressam que, mesmo diante de sobrecarga e estresse pontual, sentem-se confortáveis, realizados e identificados com a função que escolheram exercer. Destacam, ainda, avanços nas práticas socioeducativas e no fortalecimento das políticas públicas, o que contribui para uma percepção mais otimista e para o fortalecimento do vínculo com o trabalho.

O sofrimento predomina devido às condições de trabalho inadequadas, sobrecarga de trabalho, gestão autoritária, falta de reconhecimento e rotinas pouco desafiadoras. Esses estudos destacam a importância de abordar as condições de trabalho e a saúde mental para promover avanços nos contextos socioeducacionais e organizacionais (Maia; Morais, 2023).

Esses depoimentos sugerem que, apesar das dificuldades, ainda há um espaço de realização profissional e satisfação com a missão desempenhada, especialmente em um contexto em que os profissionais sentem que amadureceram em aspectos da Política de Sociedade e Educação.

A satisfação profissional, neste caso, é derivada da realização pessoal, mas é limitada pelas dificuldades de gestão. Pelos relatos, infere-se que o lidar com adolescente infrator é tranquilo, o lidar com os conflitos de gestão é que pode causar alguma insatisfação ou até adoecimento. Segundo Dejours e Abdoucheli (2009), o equilíbrio entre as exigências do

trabalho, a autonomia do trabalhador e o reconhecimento são fundamentais para preservar a saúde mental e a motivação no ambiente de trabalho.

As falas revelam que as boas relações interpessoais, os momentos de acolhimento e as ações voltadas ao cuidado com a saúde mental são percebidos como fundamentais para o bem-estar no ambiente de trabalho. A partir da análise, emergem núcleos de sentido ligados à valorização do coletivo, ao fortalecimento da equipe e à importância de espaços de escuta e autocuidado. A presença de ações e a criação de setores de apoio psicológico são vistas como iniciativas positivas, porém pontuais, que poderiam ser ampliadas para promover de forma contínua a qualidade de vida no trabalho, o fortalecimento dos vínculos e a prevenção do adoecimento.

Para os profissionais em medidas socioeducacionais, o envolvimento com a atividade é afetado por elementos como vínculos saudáveis com os pares e a importância social de seu trabalho, ainda que enfrente dificuldades como fadiga e condições laborais adversas. Em atenção à saúde mental, ações de acolhimento são essenciais para aprimorar a qualidade da escuta e reorganizar os processos laborais (Scheibel; Ferreira, 2012). Essas constatações ressaltam a relevância do suporte emocional e social na elevação da qualidade do trabalho socioeducacional e do bem-estar dos profissionais.

Também, você ter um ambiente onde as relações interpessoais entre os profissionais são boas, eu acho que melhora bastante. Então, a capacitação é fundamental nisso aí. Eu acho também que estar dentro da capacitação, ter mais momentos com os profissionais, momentos para trabalhar essa questão das relações interpessoais e descontração dos profissionais, precisa de mais momentos como esse. (Entrev. 01)
E eu sinto que uma intervenção bem feita de acolhimento da equipe, de trabalho com a equipe, faz com que a gente esteja mais unido em prol de um objetivo comum. Então, eu sinto que isso teria uma relevância bem importante aqui no nosso espaço. (Entrev. 03)

A instituição tem tido ações pontuais, né? Acho que o janeiro branco, quando a gente trabalha com a saúde mental, também ligada muito ao trabalhador, acho que foi uma iniciativa muito positiva. Onde a gente pôde fazer um momento, tanto com as internas, como com os servidores, sabe? Eu acho que essas iniciativas são muito importantes. A criação do setor de psicologia lá na Sede, né, também para atender esses profissionais, eu acho que foi outra iniciativa bem bacana, né? Eu acho que a gente poderia também ampliar isso, a gente já sugeriu, nesses momentos, né? Esses momentos de autocuidado durante todo o ano, né? Mas assim, essas ações, elas são essenciais para que a gente possa discutir que a gente precisa ter mais qualidade de vida no trabalho, né? E que nos dão, de certa forma, um apoio, um suporte. (Entrev. 16)

Essas falas ressaltam a importância do suporte entre os colegas, a necessidade de momentos de descontração e o valor de iniciativas institucionais que promovam o bem-estar emocional dos profissionais.

O trabalho em equipe que oferecem suporte emocional também contribui para o bem-estar psicológico. Souza (2019) argumenta que, quando as instituições oferecem estruturas de apoio, os trabalhadores se sentem mais capacitados para lidar com as pressões emocionais que o trabalho exige. A experiência de suporte institucional é fundamental para que os trabalhadores consigam manter um equilíbrio emocional, sem que as demandas do trabalho afetem profundamente sua saúde mental.

A segunda subcategoria identificada foram os efeitos das condições laborais na saúde mental dos trabalhadores, tais consequências, são frequentemente subestimadas, mas sua análise é essencial para compreender os efeitos das condições laborais dos trabalhadores. A teoria do *burnout*, de Maslach (2011), descreve as consequências psicológicas do trabalho excessivamente estressante e insustentável, resultando em exaustão emocional, despersonalização e redução do desempenho profissional.

Os efeitos das condições laborais na saúde mental dos trabalhadores podem ser observados nas entrevistas realizadas, nas quais os trabalhadores relataram sentir-se constantemente exaustos e emocionalmente sobrecarregados. O impacto do estresse nas unidades de internação socioeducativa, especialmente em ambientes de alta demanda emocional, pode levar os trabalhadores a um estado de desgaste mental e físico, dificultando o desempenho de suas funções.

As falas revelam núcleos de sentido fortemente associados ao sofrimento psíquico, marcado por relatos de ansiedade, depressão, síndrome do pânico e *burnout*, diretamente relacionados às condições de trabalho.

Tive que me afastar, inclusive por ter gerado problemas de ansiedade e depressão. Tive síndrome do pânico. (Entrev. 03)

Eu tive um afastamento por exaustão, inclusive fui diagnosticado com síndrome de Burnout. (Entrev. 12)

Recentemente, recentemente. Tem uns 15 dias que eu me afastei. Eu tive um afastamento por exaustão, inclusive fui diagnosticado com síndrome de burnout. (Entrev. 07)

Pânico pra vir trabalhar, não conseguir dormir na véspera de vir pro plantão. Dificuldade de concentração. (Entrev. 03)

A análise evidencia que a sobrecarga, a pressão constante e a falta de suporte institucional impactam de forma significativa a saúde mental dos profissionais. Os afastamentos recorrentes surgem como uma estratégia necessária para tentar preservar a saúde, diante de um ambiente laboral que gera adoecimento emocional, dificuldade de concentração e até medo de comparecer ao trabalho. Esses relatos tornam visível um processo de adoecimento silencioso,

que reflete não apenas fragilidades individuais, mas, sobretudo, um contexto organizacional adoecedor.

Maslach (2001), ao discutir a síndrome de burnout, enfatiza o impacto das condições de trabalho, como a violência e a falta de suporte na saúde mental dos trabalhadores. Afirma que o desgaste emocional provocado pela exposição constante ao estresse no ambiente de trabalho pode resultar em burnout, caracterizado pela exaustão emocional, despersonalização e uma sensação de baixa realização pessoal.

Foi perguntado aos entrevistados se tiveram sintomas de esgotamento mental devido ao trabalho na instituição, dos vinte e quatro entrevistados, treze responderam que sim e onze responderam que não.

De acordo com a psicodinâmica do trabalho, de Dejours (2018), o sofrimento psíquico no trabalho é uma consequência direta da organização do trabalho que não respeita as necessidades do trabalhador, seja na falta de autonomia ou na precarização das condições de trabalho. Quando a organização do trabalho não permite que os trabalhadores se apropriem de suas funções de maneira satisfatória, ou quando as demandas são excessivas, o sofrimento psíquico se intensifica.

As falas revelam um núcleo de sentido crítico em relação à gestão institucional, destacando que, embora haja satisfação com a função em si, os fatores administrativos e de liderança são fontes significativas de desgaste emocional. A rotatividade constante na gestão, a falta de preparo dos gestores, cobranças indevidas e ausência de diálogo geram sentimentos de desmotivação, frustração e sobrecarga emocional.

A análise evidencia que a gestão desestruturada impacta diretamente a qualidade do ambiente de trabalho, as relações interpessoais e o bem-estar dos profissionais, tornando-se um fator de risco para o adoecimento psíquico e para a desvalorização do trabalho coletivo.

Estudos mostram que a falta de controle no serviço e uma grande demanda, que pode afetar negativamente a saúde mental e a eficiência no trabalho (Oliveira *et al.*, 2022).

Além disso, o impacto da pressão administrativa e da gestão ineficaz também acarreta consequências emocionais, o que é uma recorrente nos depoimentos:

De modo geral, eu me sinto bem naquilo que eu faço. Fatores administrativos, de gestão, são complicados. (Entrev. 07)

Com certeza. O ambiente de trabalho, as pessoas também muito desmotivadas, a questão da gestão, que entra gestão, sai gestão, por indicação, também despreparado, fazendo cobranças indevidas, colocando atribuições indevidas, tudo isso afetou e afeta bastante o meu emocional. É um conjunto, né? A questão da infraestrutura, a questão salarial, a própria questão de respeito da equipe, da gestão, mas hoje eu acho que o principal fator é o trato com a gestão. (Entrev. 04)

É necessário fazer alguns ajustes nos cargos que são designados para a gestão de pessoas com a finalidade de melhorar a qualidade do serviço prestado e bem estar dos funcionários. (Entrev. 22)

A partir da análise das falas, emergem núcleos de sentido que evidenciam o impacto da gestão no bem-estar dos trabalhadores. Apesar de alguns profissionais relatarem satisfação com a função que exercem, como destaca a Entrevista 07, os aspectos relacionados à gestão surgem como um dos principais fatores de desgaste emocional.

As falas revelam que a instabilidade nas lideranças, a falta de preparo dos gestores e a ausência de uma gestão humanizada geram desmotivação, sobrecarga e sentimento de frustração. O constante entra e sai de gestores, muitas vezes nomeados por critérios políticos e sem a devida capacitação, resulta em cobranças incoerentes, falta de clareza nas atribuições e dificuldade no relacionamento interpessoal.

Além disso, as condições estruturais, a desvalorização salarial e, sobretudo, a fragilidade no trato humano por parte da gestão são apontados como fatores que afetam diretamente o equilíbrio emocional e a qualidade do ambiente de trabalho. Como reflete a fala da Entrevista 22, há uma percepção clara de que a melhoria da qualidade dos serviços e do bem-estar dos profissionais passa, necessariamente, por uma gestão mais qualificada, sensível e comprometida com o coletivo.

Nesse contexto, a análise permite compreender que o adoecimento não se dá apenas pela carga de trabalho, mas também pela forma como as relações de poder, cuidado e reconhecimento são construídas dentro da instituição.

Os estudos de Greco *et al.* (2012) sobre o estresse psicossocial e os distúrbios psíquicos menores descrevem como a má gestão das demandas e a falta de suporte institucional aumentam os níveis de estresse nos trabalhadores. Esse tipo de pressão administrativa, combinada com a falta de estrutura organizacional, é um fator essencial que agrava o sofrimento psíquico e contribui para a crescente insatisfação e desmotivação no ambiente de trabalho.

Dentre os efeitos das condições laborais na saúde mental dos trabalhadores apontados foi observado que as condições de trabalho, desempenham um papel fundamental no desenvolvimento de distúrbios psicológicos nos trabalhadores. A teoria de Dejours (2018) sobre a psicodinâmica do trabalho destaca que o sofrimento psíquico no ambiente laboral é resultado de uma organização de trabalho que não respeita as necessidades do trabalhador, seja pela falta de autonomia, pela sobrecarga de tarefas ou pela falta de reconhecimento e suporte.

As condições de trabalho sempre foram deixadas a desejar, pois faltam o básico e o necessário para que os funcionários trabalhem dignamente. (Entrev. 14)

O excerto evidencia de forma objetiva que a ausência do básico compromete a dignidade no exercício profissional.

Não temos como realizar visitas domiciliares por so termos um transporte na Unidade, o espaço físico não contribui para a realização das atividades internas, a rede de serviço não funciona adequadamente faltando uma parceria mais consistente. A falta de condições afeta o nosso emocional. (Entrev. 18)

Essa fala amplia essa percepção, demonstrando que a carência de transporte, o espaço físico inadequado e a fragilidade na articulação com a rede de serviços não só dificultam a prática, mas também repercutem diretamente no emocional dos trabalhadores.

Bom, eu avalio que tem muitas coisas ainda que possam melhorar. A gente tem passado por mudanças, né, que foram significativas, justamente nesses últimos anos que eu estou aqui, que melhoraram, mas que precisa melhorar. A questão da estrutura, a questão também da, porque a equipe é grande, do espaço, de ampliar o espaço para que comporte toda a equipe. (Entrev. 21)

Embora se reconheçam alguns avanços, como pontua o exceto acima, persiste a compreensão de que as melhorias ainda são insuficientes frente às demandas crescentes. Dessa forma, a análise das unidades de registro permite identificar um cenário onde a precarização das condições de trabalho é um fator estruturante de sofrimento, desmotivação e sobrecarga emocional, exigindo intervenções que contemplem não apenas melhorias físicas, mas também organizacionais e institucionais.

As falas analisadas revelam núcleos de sentido fortemente associados à precarização das condições de trabalho, que impactam diretamente tanto o desenvolvimento das atividades quanto a saúde mental dos profissionais. A recorrente falta de recursos materiais, estruturais e logísticos aparece como elemento central nos relatos.

Nas entrevistas, os trabalhadores mencionaram consistentemente a falta de recursos materiais, a sobrecarga de tarefas e a pressão administrativa como fatores que tornam o trabalho extremamente desgastante emocionalmente. A escassez de recursos materiais é identificada como uma das principais condições de trabalho adversas nas unidades de internação socioeducativa.

A precarização das condições de trabalho, identificada nas entrevistas, também tem um impacto direto na saúde mental dos trabalhadores. De acordo com a pesquisa de Almeida (2013), a instabilidade laboral e as condições precárias de trabalho criam um ambiente de incerteza constante, que gera estresse e afeta o bem-estar psicológico dos trabalhadores.

Essa precarização não apenas compromete a qualidade de vida no trabalho, mas também agrava os riscos à saúde mental, uma vez que os trabalhadores são forçados a desempenhar suas funções em um ambiente de escassez e desorganização.

A falta de recursos compromete a qualidade do trabalho realizado e aumenta a ansiedade dos trabalhadores, pois eles são constantemente confrontados com a incapacidade de atender às demandas dos jovens sob sua responsabilidade. De acordo com a pesquisa de Araújo e Moraes (2017), a precarização do trabalho e a falta de recursos são diretamente responsáveis pela sobrecarga emocional dos trabalhadores, que se veem impotentes diante das exigências do trabalho.

A organização do trabalho, segundo o estudo de Araújo e Moraes (2017), deve ser um processo que leva em consideração as necessidades psíquicas e emocionais dos trabalhadores. A falta de uma estrutura organizacional que permita a autonomia e a utilização plena das competências dos trabalhadores resulta em um ambiente de trabalho prejudicial à saúde mental. Em ambientes como as unidades de internação socioeducativa, onde as demandas são intensas e a sobrecarga de tarefas é constante, as condições de trabalho precárias tornam-se um terreno fértil para o desenvolvimento de doenças psíquicas, como o estresse e a ansiedade.

As condições precárias de trabalho nas instituições de internação também se alinham com a visão de Dejours (2018), que destaca a importância da organização do trabalho para o bem-estar psicológico dos trabalhadores. Dejours sublinha que o sofrimento no trabalho não é apenas uma consequência de condições externas, mas também de uma organização que não permite ao trabalhador exercer a sua função de forma digna e saudável.

Segundo Feitoza (2016), a falta de recursos, a sobrecarga de tarefas e a ausência de um suporte adequado são condições que geram estresse e ansiedade nos profissionais, comprometendo sua saúde mental e o desempenho nas atividades. Nesse sentido, a implementação de medidas que favoreçam um ambiente de trabalho mais estruturado e com melhor suporte material pode ser uma estratégia para minimizar os riscos à saúde mental dos trabalhadores.

As condições de trabalho nos centros de internação da FUNDAC, caracterizadas pela escassez de recursos e pela alta demanda de tarefas, são fatores determinantes no processo de adoecimento dos trabalhadores, principalmente no que diz respeito ao estresse e à ansiedade. Esses fatores corroboram com Dejours e Abdoucheli (2009), que argumentam que o sofrimento psíquico no trabalho é intensificado quando existem mais condições de trabalho, precarização e desvalorização dos profissionais.

A percepção de sobrecarga emocional também foi abordada:

Um ambiente de trabalho tem que ser adequado e harmonioso, quando há conflitos, desarmonia e desorganização, isso interfere nas relações interpessoais e o somatório de tudo isso vai sobrecarregando o emocional de cada trabalhador. (Entrev. 22)

E um outro ponto da questão da saúde mental é a... a própria complexidade da demanda, situações assim que a gente precisa contar com outros equipamentos da rede, não consegue, são vidas envolvidas, a gente trabalha com a empatia, então chega um ponto assim que gera uma sobrecarga emocional mesmo. (Entrev.03)

Este relato reforça a relação entre as condições de trabalho e o sofrimento psicológico, embora a desorganização do ambiente de trabalho contribua significativamente para a fragilidade emocional dos servidores. Greco (2011) destaca que a sobrecarga emocional é um dos principais fatores que contribuem para o adoecimento mental dos agentes socioeducadores. Dejours (2018) destaca que o trabalho pode ser uma fonte de sofrimento psíquico quando as condições de trabalho são precárias e desorganizadas, e que o bem-estar do trabalhador depende diretamente da gestão do ambiente de trabalho e do suporte oferecido pela instituição.

4.2.2 Segurança no Ambiente de Trabalho

Essa categoria refere-se às questões relacionadas à segurança física e emocional dentro e fora da instituição. Essa categoria trouxe como subcategoria: violência e ameaças.

A segurança no ambiente de trabalho é um fator determinante para a preservação da saúde mental e física dos profissionais, especialmente aqueles que atuam em contextos de alta vulnerabilidade emocional e física. Nas instituições que cumprem medidas socioeducativas de internação, onde os trabalhadores interagem com adolescentes em situações de risco e muitas vezes de comportamento agressivo, as questões de segurança física e emocional tornam-se ainda mais críticas.

Este tópico aborda as condições de segurança no ambiente de trabalho, com um foco específico nas questões relacionadas à violência e às ameaças enfrentadas pelos profissionais dentro e fora da instituição.

Foi perguntado aos entrevistados se já haviam recebido ameaças vindas dos internos, dentre as respostas, quatro entrevistados alegaram que sim, já sofriam ameaças, dezoito disseram que não e dois responderam que não receberam diretamente.

Sim, isso é completamente diário. Os adolescentes nos ameaçam, seja aqui dentro, interno ou ambiente externo. Seja acusações e ameaças de morte, de agressão física. (Entrev.08)

Já, eu já sofri cinco ameaças de morte ...foi difícil né? Eu nunca tinha passado por uma situação dessas né? (Entrev.17)

As falas dos entrevistados revelam, de forma contundente, que a insegurança faz parte da rotina desses profissionais, gerando medo, angústia e impacto emocional significativo. As ameaças de morte e agressões, tanto dentro como fora do ambiente de trabalho, não são fatos isolados, mas sim parte de uma realidade que adoce e fragiliza os trabalhadores.

Quando um profissional relata ter sofrido cinco ameaças de morte (Entrev. 17) e outro afirma que isso se tornou algo “completamente diário” (Entrev. 08), percebe-se não apenas um ambiente hostil, mas também a ausência de medidas efetivas de proteção e cuidado com quem está na linha de frente. Este cenário ultrapassa o risco físico, atingindo diretamente a saúde mental, o bem-estar e o sentimento de pertencimento desses trabalhadores.

A análise das falas aponta, portanto, que a falta de segurança não é apenas uma questão estrutural, mas também subjetiva, pois afeta diretamente a percepção que o trabalhador tem do seu espaço de atuação, que deveria ser de cuidado e proteção, mas se torna também um espaço de medo e vulnerabilidade.

A violência no ambiente de trabalho é uma das questões mais graves relacionadas à segurança física e emocional dos trabalhadores. No contexto das instituições de internação socioeducativa, a violência pode assumir diversas formas: desde a violência física direta, com agressões perpetradas pelos internos, até a violência psicológica, que pode envolver ameaças verbais, humilhações e desrespeito constante.

A violência no ambiente de trabalho constitui uma das questões mais críticas relacionadas à segurança física e emocional dos trabalhadores. No contexto das instituições de internação socioeducativa, essa violência pode manifestar-se de diferentes maneiras: desde a violência física direta, como agressões cometidas pelos internos, até a violência psicológica, que envolve ameaças verbais, humilhações e desrespeito constante. Ademais, a análise dos fragmentos de entrevista possibilita identificar indícios de violência institucional, caracterizada por práticas e dinâmicas organizacionais que, de forma explícita ou velada, perpetuam condições de trabalho opressivas, negligenciam as necessidades dos profissionais e limitam o acesso a recursos e apoio adequados.

O impacto da violência no trabalho não se limita às lesões físicas, mas se estende aos efeitos psicológicos, como o desenvolvimento de transtornos de ansiedade, síndrome de burnout, depressão e transtornos de estresse pós-traumático (TEPT). Esses efeitos psíquicos são amplamente discutidos na literatura, sendo que Dejours e Abdoucheli (2009), ao analisarem o

sofrimento psíquico no trabalho, destacam que a exposição a ambientes violentos gera um desgaste emocional significativo, afetando a saúde mental dos trabalhadores.

Pesquisas sobre trabalhadores do sistema socioeducacional e de assistência social revelam desafios significativos para a saúde mental. Os trabalhadores enfrentam diversas formas de violência, incluindo indireta e institucional, levando a sofrimento psicológico, medo e vulnerabilidade (Lancman *et al.*, 2009; Guimarães *et al.*, 2020). O ambiente de trabalho nesses sistemas frequentemente carece de estruturas de apoio adequadas, resultando em baixa motivação e relacionamentos ambíguos com os adolescentes que atendem (Brüning *et al.*, 2024).

Estudos afirmam que a administração organizacional impacta consideravelmente a saúde mental, o bem-estar e a motivação dos trabalhadores. Liderança construtiva e suporte organizacional são fundamentais para fomentar um ambiente laboral saudável. Pesquisas indicam que a falta de controle no emprego e altas exigências podem impactar de forma adversa a saúde mental e a produtividade no trabalho (Oliveira *et al.*, 2022).

De acordo com os depoimentos dos entrevistados, a violência física foi apontada como um dos maiores fatores de risco para a saúde mental dos trabalhadores.

Hoje a gente tem muitos casos, mesmo tendo menos adolescentes, nós temos muitos casos mais graves, tanto do ato infracional, como muitos adolescentes que vêm hoje para a instituição com transtorno, com algum transtorno. (Entrev. 05)

A partir da fala, é possível perceber que o perfil dos adolescentes em atendimento tem se tornado cada vez mais desafiador. Mesmo com a redução no número de internos, os casos que chegam hoje à instituição são significativamente mais complexos. Além da gravidade dos atos infracionais, há um aumento expressivo de adolescentes que apresentam algum tipo de transtorno, o que exige dos profissionais uma atuação muito além do previsto inicialmente.

Diante dessa realidade, a ausência de um suporte adequado nas áreas: estrutural, técnico ou humano, infelizmente acaba proporcionando uma sobrecarregando para o profissional que está na linha de frente. Os profissionais se veem, diariamente, diante de situações que exigem muito mais do que conhecimento técnico. É preciso equilíbrio emocional, empatia e, muitas vezes, criatividade para enfrentar demandas que o próprio sistema não consegue responder de forma efetiva. Esse contexto não apenas desafia o exercício da profissão, como também reflete diretamente no bem-estar e na saúde de quem assume esse trabalho.

Esse medo constante de ser agredido ou de presenciar agressões entre internos coloca os profissionais em uma posição emocionalmente vulnerável, o que pode comprometer sua saúde psicológica.

Então assim, eu fui testemunha de várias mortes, de violências, de violação. E aí, hoje a gente ainda vê, os casos que nos chegam ainda são casos que realmente mexem emocionalmente com a gente. (Entrev. 16)

A exposição a agressões físicas, aliada à imprevisibilidade do comportamento dos internos, cria um clima de tensão constante, o que, de acordo com Dejours (2018), caracteriza um ambiente de trabalho com altas demandas e baixo controle.

Segundo Dejours e Abdoucheli (2009), trabalhadores que enfrentam grandes demandas no trabalho, como aqueles expostos à violência física ou psicológica, e que possuem pouco controle sobre suas condições de trabalho, estão em risco elevado de desenvolver problemas de saúde mental, como ansiedade e depressão. A violência no ambiente de trabalho coloca esses profissionais em uma posição em que não apenas o controle sobre as condições externas é limitado, mas também o suporte institucional é muitas vezes inadequado para lidar com as consequências desse estresse constante.

Dejours (2018) ao analisar a organização do trabalho e o sofrimento psíquico, complementa essa visão ao afirmar que o sofrimento no trabalho ocorre quando a organização não permite que o trabalhador utilize suas capacidades de forma eficaz, exacerbando o estresse e a ansiedade. Para Dejours e Abdoucheli (2009), quando o trabalho é caracterizado por uma alta demanda e baixo controle, sem o devido suporte organizacional, os trabalhadores não conseguem desenvolver estratégias adequadas de enfrentamento, o que aumenta o risco de adoecimento psíquico e emocional.

Dessa forma, a teoria de Dejours (2018) evidencia a importância de um ambiente de trabalho que ofereça o equilíbrio entre exigências e controle, além de um suporte institucional adequado para preservar a saúde mental dos trabalhadores.

Além disso, a violência psicológica, muitas vezes manifestada por ameaças verbais e intimidações, também surge como um fator de risco significativo. Os entrevistados apontaram que, além das agressões físicas, as humilhações e ameaças verbais geram um ambiente emocionalmente desgastante e prejudicado pelo aumento da ansiedade e do desgaste emocional.

A exposição constante à violência psicológica pode resultar em transtornos de saúde mental, como o transtorno de estresse pós-traumático (TEPT), identificado por Maslach; Schaufeli e Leiter (2001) como uma das consequências mais graves para os trabalhadores expostos a situações de violência prolongada.

A violência também impacta diretamente a qualidade do trabalho realizado pelos profissionais. Quando expostos a ambientes agressivos, os trabalhadores não apenas enfrentam riscos para sua saúde mental, mas também se tornam menos eficazes no desempenho de suas

funções. A falta de apoio institucional para lidar com os efeitos dessa violência, aliada à ausência de treinamento adequado para a gestão de crises, agrava ainda mais esse cenário. A psicodinâmica do trabalho, conforme abordada por Souza (2019), sugere que o efeito da violência no trabalho pode levar os profissionais a desenvolver uma desconexão emocional com sua função, resultando em exaustão emocional e diminuição da motivação.

A psicodinâmica do trabalho, conforme proposta por Souza (2019), explica que a incerteza constante sobre a segurança no trabalho pode levar ao desenvolvimento de transtornos psicológicos, como transtornos de ansiedade e depressão. Além disso, a falta de controle sobre as situações de ameaça pode resultar em uma sensação de impotência, o que amplifica o impacto psicológico dessas situações.

Agentes socioeducativos se envolvem em trabalho emocional e práticas baseadas em gênero, priorizando a segurança em detrimento das atividades socioeducativas. O sistema enfatiza processos de normalização, com agentes focando em hierarquia e disciplina para docilizar jovens infratores (Vinuto, 2021).

Uma análise das entrevistas realizadas com os profissionais que atuam nas unidades de internação da FUNDAC revela um panorama significativo de adoecimento entre os agentes socioeducativos, principalmente devido ao seu contato constante com os adolescentes internados. A pressão constante para manter a disciplina e a rotina dentro das unidades de internação, que vai desde a alimentação até a administração das atividades diárias, resulta em um desgaste psíquico específico. Como relatado por um dos entrevistados:

Acho que a maior bronca deles é, normalmente, com os agentes. Eu já ouvi esse depoimento. Esse conflito maior com agentes socioeducativos. É porque os agentes, eu acredito, estão presentes 24 horas com eles. E os agentes são responsáveis por fazer cumprir uma rotina, né? Que vai desde a hora de banho, a hora da comida. É só disciplinar, né? (Entrev. 14)

A fala evidencia que boa parte dos conflitos vivenciados dentro da instituição recai diretamente sobre os agentes socioeducativos. Isso se dá, principalmente, pela função que exercem, já que são os profissionais que convivem com os adolescentes durante todo o tempo, dia e noite.

São eles que fazem cumprir as regras, as rotinas e os limites, desde os horários para banho, alimentação, até outras atividades do cotidiano. Essa função, mais voltada para o disciplinamento, naturalmente gera tensão e resistência, tornando o vínculo mais desafiador. Fica evidente que esse lugar ocupado pelo agente dentro da dinâmica institucional acaba sendo, muitas vezes, mais associado à cobrança do que ao cuidado, o que contribui para o desgaste nas relações.

Além disso, um dos entrevistados discute o estado de alerta constante imposto pelo ambiente de trabalho, particularmente no que diz respeito aos conflitos entre os adolescentes internos, que desencadeiam uma vigilância constante por parte dos profissionais.

Eu me sinto sempre em estado de alerta por se tratar de um ambiente de trabalho onde existem conflitos entre os adolescentes internos na unidade, e isso exige muita atenção e cautela por parte de todos os funcionários. (Entrev. 22)

A fala revela o quanto estar em constante estado de alerta se tornou parte da rotina de trabalho dentro da unidade. A presença frequente de conflitos entre os adolescentes faz com que os profissionais precisem manter uma vigilância permanente, tanto para garantir a segurança, quanto para prevenir situações de risco.

Essa necessidade de estar sempre atento, embora faça parte da dinâmica institucional, também gera desgaste emocional, cansaço e tensão. O ambiente, que deveria ser de ressocialização e cuidado, se transforma, muitas vezes, em um espaço de estresse contínuo, onde o trabalhador precisa lidar, diariamente, com a imprevisibilidade dos acontecimentos. Esse cenário impacta diretamente o bem-estar, tornando a rotina pesada, não só física, mas também psicologicamente. O ambiente de trabalho é caracterizado por rotinas intensas, tomada de decisão rápida e exposição à violência, contribuindo para um estado de alerta e tensão constantes (Morcerf; Marques, 2024).

Esse estresse específico relacionado à tensão constante é um fator de risco significativo para a saúde mental dos profissionais, contribuindo para o desenvolvimento de distúrbios como a síndrome de *burnout*.

A violência no ambiente de trabalho é uma questão central para a saúde mental dos trabalhadores, especialmente aqueles expostos à violência e ameaças. A violência física e psicológica, bem como as ameaças constantes, gera um impacto significativo na saúde mental dos profissionais, criando um clima de insegurança e angústia constante. A falta de suporte institucional para lidar com essas situações e a ausência de políticas claras de segurança agravam ainda mais os efeitos dessas ameaças.

Dejours (2018) e Maslach (2011) concordam que a implementação de estratégias de enfrentamento é essencial para mitigar os impactos negativos da violência e das ameaças no ambiente de trabalho, garantindo a segurança física e emocional dos profissionais.

4.2.3 Estratégias de Enfrentamento

Esta seção abordará duas subcategorias: a) autocuidado físico; b) estratégias psicológicas e emocionais.

Os profissionais entrevistados adotam estratégias de enfrentamento focadas no autocuidado, como priorizar o lazer, cuidar da alimentação, praticar atividades físicas e, principalmente, estabelecer limites entre vida pessoal e trabalho. Essas ações são fundamentais para aliviar o estresse, preservar o equilíbrio emocional e enfrentar os desafios do ambiente socioeducativo.

Tenho meu lazer no final de semana, respeito meu horário de descanso. (Entrev. 02)

Tentando deixar o trabalho no trabalho, levando pra casa só o que for necessário realmente. Separando mesmo as partes e isso é uma questão de escolha que a gente vai aprendendo com o tempo. (Entrev. 03)

E qualidade de vida, caminhada, alimentação mais saudável e buscar um ambiente de mais tranquilidade quando estou em casa, né? (Entrev. 16)

Esses trechos refletem a consciência dos profissionais sobre a importância de estabelecer limites entre o trabalho e a vida pessoal, buscando atividades de lazer, descanso e um ambiente tranquilo em casa como forma de preservar a saúde mental.

As estratégias de enfrentamento, também conhecidas como *coping*, são os mecanismos, ações ou comportamentos adotados pelos indivíduos para lidar com situações estressantes, desafiadoras ou que colocam em risco seu bem-estar e saúde mental (Lisboa, 2001).

No contexto do trabalho, especialmente em ambientes de alta demanda emocional, como as instituições de medidas socioeducativas de internação, onde os profissionais enfrentam condições de trabalho intensas e frequentemente adversárias, Feitoza (2016) diz que essas estratégias se tornam essenciais para o manejo do estresse e para a manutenção da saúde mental.

Eu tento manter uma rotina de exercícios físicos todos os dias, pois isso ajuda a aliviar a pressão do trabalho. (Entrev. 01)

Eu acho que, eu usaria um termo, acho que de psicologia, eu recalco. Eu saio daqui e esqueço. (Entrev. 01)

Tentando deixar o trabalho no trabalho, levando pra casa só o que for necessário realmente. Separando mesmo as partes e isso é uma questão de escolha que a gente vai aprendendo com o tempo. (Entrev. 03)

Pronto, eu faço terapia uma vez por semana, caminhada para ter agilidade física antes de vir pra cá. Hoje mesmo eu já fiz. 5 horas da manhã. Faço aula de dança, faço aula de comida. Tenho meu lazer no final de semana, respeito meu horário de descanso. (Entrev. 02)

Passei por uma autorreflexão. Precisei passar por autocontrole. Autorreflexão. Trabalhar o silêncio emocional, as emoções interiores. E trazendo muita sabedoria. Muita sabedoria. (Entrev. 04)

É a questão mesmo de me antecipar os fatos aqui pra gente não ter problemas. A gente sempre, é uma estratégia que a gente tem criado, né? E qualidade de vida, caminhada, alimentação mais saudável e buscar um ambiente de mais tranquilidade quando estou em casa, né? (Entrev. 16)

As falas revelam que, diante das pressões e desafios do ambiente socioeducativo, os profissionais adotam diferentes estratégias de enfrentamento para preservar sua saúde mental e bem-estar. Práticas como exercícios físicos, terapia, lazer, alimentação saudável e estabelecer limites claros entre trabalho e vida pessoal surgem como fundamentais para aliviar o estresse. Além disso, aspectos subjetivos, como o autocontrole, a autorreflexão e a gestão das emoções, também aparecem como recursos importantes para enfrentar o cotidiano laboral, buscando equilíbrio e qualidade de vida mesmo em um contexto marcado por tensão e sobrecarga.

Implementar estratégias integradas que abordem as dimensões física, emocional, social, espiritual e educacional pode aumentar o bem-estar individual e a responsabilidade organizacional pela saúde do trabalhador (Gomes *et al.*, 2023). Essas abordagens beneficiam não apenas os profissionais, mas também seus colegas e a qualidade do atendimento prestado.

Autocuidado físico envolve atitudes centradas no bem-estar físico do trabalhador, com o intuito de minimizar os efeitos do estresse físico e emocional. A prática de atividades físicas regulares, uma alimentação equilibrada e a manutenção de um sono adequado são fundamentais para reduzir os níveis de cortisol, o hormônio do estresse, e melhorar a qualidade de vida (Lisboa, 2001).

Para Dejours e Abdoucheli (2009), ao adotar práticas que auxiliam na regulação emocional, como a atividade física, o trabalhador consegue melhorar seu equilíbrio psicológico, evitando o sofrimento psíquico e reduzindo os efeitos negativos da pressão constante, como aqueles vivenciados nas instituições de internação socioeducativa. Os referidos autores argumentam que o estresse no trabalho é exacerbado pela falta de controle sobre o ambiente e as tarefas, e práticas como o relaxamento físico e a meditação proporcionam ao trabalhador um controle emocional fundamental para manter o bem-estar. Além disso, Maslach (2011), ao discutir a síndrome de burnout, também destaca a importância de estratégias que ajudem os trabalhadores a recuperarem sua energia emocional. Segundo Maslach (2011), atividades que promovem o relaxamento físico e mental são essenciais para prevenir o esgotamento emocional, pois permitem que o trabalhador recupere suas forças e reduza os níveis de estresse psicológico.

O autocuidado, conforme defendido por Lisboa (2001), envolve também a manutenção de hábitos saudáveis, como a alimentação e o sono. O sono adequado e a alimentação

balanceada são fundamentais para restaurar as energias do trabalhador, permitindo que ele enfrente os desafios diários com maior resiliência.

Portanto, o autocuidado e a gestão da saúde física são estratégias primordiais para os profissionais, pois eles enfrentam desafios diários que desabilitam não só respostas emocionais, mas também capacidades físicas bem preservadas. Lisboa (2001) destaca que o cuidado com o corpo é fundamental para que o trabalhador consiga sustentar sua energia emocional e cognitiva ao longo do tempo.

As falas deixam evidente o quanto o trabalho impacta diretamente na saúde mental dos profissionais, exigindo deles um olhar cuidadoso para si. O uso de medicamentos, o acompanhamento com psicólogos e psiquiatras, aliado à prática regular de atividades físicas, se tornam recursos fundamentais para seguir na rotina. São formas de buscar equilíbrio diante de uma realidade que, muitas vezes, ultrapassa os limites emocionais. Além disso, aprender a não levar certas situações para o lado pessoal, tentando se proteger emocionalmente, é uma estratégia que surge como uma necessidade para continuar exercendo a função, sem se deixar adoecer completamente.

Depois de fazer tratamento com psicólogo, com psiquiatra, tratamento envolvendo até remédio. Hoje eu ainda tomo remédios, mas acrescentei atividades físicas constantes. Hoje, eu dependo muito da atividade física para tentar equilibrá-la ao mesmo patamar de antes de eu entrar na fundação. (Entrev. 10)

Quando a tensão é muita, eu tento me afastar emocionalmente das situações e não levar para o lado pessoal. (Entrev. 04)

Ficar reservada na minha sala é uma estratégia. Me reservar, me isolar. (Entrev. 04)

Fica evidente que os profissionais desenvolvem uma série de mecanismos para lidar com a tensão e o estresse do ambiente, desde o distanciamento social até a busca por atividades que promovam o bem-estar e o equilíbrio mental.

Segundo Souza (2019), as estratégias psicológicas e emocionais são abordagens internas utilizadas pelos trabalhadores para regular suas emoções e pensamentos frente aos desafios no ambiente de trabalho. Essas estratégias envolvem, principalmente, o uso de mecanismos de defesa emocional, como o distanciamento emocional, a resiliência psicológica e o controle cognitivo, que permitem ao trabalhador lidar com a pressão e a pressão sem comprometer sua saúde mental.

De acordo com Souza (2019), essas estratégias estão profundamente relacionadas ao processo de regulação emocional. O distanciamento emocional foi uma das estratégias mais

mencionadas pelos entrevistados como uma forma de proteger-se emocionalmente das adversidades do trabalho.

Dejours e Abdoucheli (2009), ao abordarem as estratégias defensivas no trabalho, argumentam que o distanciamento emocional é uma ferramenta crucial para a preservação da saúde mental, pois permite que o trabalhador lide com situações estressantes sem que estas causem sofrimento psíquico. Ao adotar essa estratégia, o profissional cria uma barreira psíquica que ajuda a reduzir o impacto emocional das demandas externas, permitindo que o trabalhador se proteja de condições de trabalho potencialmente prejudiciais à sua saúde mental.

Já superamos muita coisa, a experiência, a maturidade também, né? Eu acho que a partir do momento que você vivencia o caos, né? Porque a gente já vivenciou muito isso. (Entrev. 17)

A fala destaca a trajetória dos profissionais que, ao longo do tempo, acumulam experiência e maturidade diante das dificuldades enfrentadas no ambiente de trabalho. A vivência constante de situações adversas, ou “caos”, como referido, contribui para o desenvolvimento de uma maior resiliência e capacidade de lidar com desafios. Essa experiência, embora oriunda de contextos difíceis, é fundamental para fortalecer o profissional e promover um enfrentamento mais equilibrado das demandas diárias.

A autoafirmação positiva também foi destacada como uma estratégia importante para o enfrentamento emocional. Ao fortalecer a autoconfiança e a autoeficácia, os trabalhadores tornam-se mais capazes de lidar com as adversidades, o que contribui para a manutenção de sua saúde mental. O conceito de autoafirmação está diretamente ligado à ideia de que pensamentos positivos e atitudes proativas podem melhorar a autoestima e reduzir os efeitos do estresse (Soares, 2019).

Por fim, o suporte psicológico foi uma das estratégias emocionais mais citadas, com muitos entrevistados relatando que o apoio de colegas e supervisores é fundamental para manter o equilíbrio emocional.

Conversar com os colegas e contar com o apoio da coordenação me ajuda a desabafar e a lidar com as dificuldades. (Entrev. 07)

Geralmente as situações de estresse elas advêm do nosso trato com os adolescentes quando eles estão apresentando uma demanda que muitas vezes não conseguimos ou não podemos atender. Então eu sempre chamo a equipe, peço alguma ajuda. (Entrev.15)

As falas ressaltam a centralidade do suporte interpessoal como uma importante estratégia de enfrentamento diante das dificuldades enfrentadas no contexto socioeducativo. O

ato de conversar com colegas e contar com o apoio da coordenação emerge como uma forma significativa de desabafo e acolhimento emocional, que permite a partilha das angústias e o alívio do estresse cotidiano. Essa dinâmica de apoio coletivo não apenas fortalece os vínculos entre os profissionais, mas também contribui para a construção de um ambiente de trabalho mais colaborativo e solidário.

Além disso, quando as demandas apresentadas pelos adolescentes ultrapassam as capacidades individuais, o recurso à equipe evidencia a importância do trabalho coletivo na gestão das situações mais complexas. Essa busca por ajuda reflete uma postura proativa, que reconhece a necessidade de partilhar responsabilidades e ampliar o suporte, reduzindo o isolamento e a sobrecarga emocional. Dessa forma, o suporte social no ambiente laboral se mostra fundamental para promover a resiliência e o bem-estar dos profissionais que atuam em contextos de alta complexidade emocional.

As estratégias de enfrentamento definidas na pesquisa refletem a complexidade do ambiente de trabalho nas instituições socioeducativas de internação. Autocuidado físico e hábitos saudáveis, são essenciais para a manutenção da saúde física e emocional. As estratégias psicológicas e emocionais, como o distanciamento emocional e o suporte social, ajudam os profissionais a lidar com a tensão e a pressão do trabalho.

A aplicação de estratégias de enfrentamento eficazes, alinhadas às teorias de Dejours (2018) e Maslach (2011), podem contribuir significativamente para a melhoria da saúde mental dos trabalhadores, oferecendo-lhes as ferramentas necessárias para lidar com os desafios diários enfrentados nas instituições de internação socioeducativa.

Dejours e Abdoucheli (2009) destacam que a organização do trabalho e o suporte institucional adequado são essenciais para reduzir o sofrimento psíquico e aumentar o controle emocional dos trabalhadores.

4.2.4 Impacto da Saúde Mental na qualidade do serviço prestado

Essa categoria descreve como problemas de saúde mental afetam a produtividade, atenção, tomada de decisões e execução das tarefas. Foca na qualidade geral do serviço ofertado, considerando prazos, atendimento às demandas e eficácia das ações. Nesse sentido identificou-se a subcategoria: desempenho profissional.

Ah, eu acho que quando a gente não está bem, tanto física como mentalmente, a gente tem que procurar ajuda, porque fica difícil a gente desenvolver qualquer atividade. Então, se não tá bem, não desenvolve uma boa atividade, um bom trabalho. (Entrev. 01)

Se eu não estou bem, não posso desenvolver um trabalho com adolescentes e jovens que se encontram em cumprimento de internação. (Entrev. 18)

A saúde mental tem que estar bem para que seja repassado um bom serviço para quem ofertamos. O nosso estado mental é de essencial importância para possamos trabalhar de forma positiva e com qualidade. (Entrev. 20)

Essas falas demonstram a percepção dos entrevistados de que seu bem-estar emocional é fundamental para a eficácia e a qualidade do trabalho que realizam.

As falas expressam, de forma muito clara, que o estado de saúde mental dos profissionais impacta diretamente na qualidade do serviço prestado. Quando não estão bem, seja física ou emocionalmente, reconhecem que não conseguem oferecer um atendimento adequado, especialmente diante da complexidade que envolve o trabalho com adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas.

O impacto da saúde mental na qualidade do serviço prestado é uma questão central no contexto organizacional, especialmente em ambientes onde os profissionais lidam com altas demandas emocionais e físicas, como no caso das instituições socioeducativas de internação.

Em ambientes de trabalho em que a pressão constante, o estresse e a exposição à violência são predominantes, os trabalhadores podem ver seu desempenho comprometido, afetando a qualidade do atendimento e a eficácia das ações realizadas (Codinhoto, 2014; Feitoza, 2016; Kersting 2016).

Neste sentido, a pesquisa corrobora com Kersting (2016) compreendendo que os problemas de saúde mental, como estresse específico, ansiedade e *burnout*, interferem de forma significativa no desempenho profissional, um dos principais indicadores da qualidade do serviço prestado.

Dejours (2018) enfatiza que, quando o trabalhador enfrenta condições de trabalho onde não há um equilíbrio entre as exigências e a possibilidade de controle, o sofrimento psíquico resulta em um desgaste mental que prejudica suas capacidades cognitivas e emocionais. Essa redução da capacidade de resposta e a diminuição da atenção afetam diretamente a produtividade, pois o trabalhador se vê incapacitado de desempenhar suas funções de maneira eficaz.

No caso de estar com a saúde mental afetada, poderia atingir na desorganização e execução do trabalho com eles no que diz respeito aos atendimentos, encaminhamentos, diálogo etc. (Entrev.24)

Se a gente não estiver bem, se a gente não estiver com a saúde mental em dia, eu posso considerar assim, a gente não vai conseguir dar um retorno ao sócioeducando. Eu tenho vários colegas que infelizmente eram excelentes profissionais, e não conseguem

mais, não conseguiram retornar e os que conseguiram retornar não desempenham mais da mesma forma diante do que passaram. (Entev. 19)

As falas trazem à tona, o quanto a saúde mental impacta diretamente não só no bem-estar do profissional, mas também na qualidade do serviço prestado. Quando a saúde emocional está fragilizada, há um reflexo imediato na organização do trabalho, no cuidado com os atendimentos, nos encaminhamentos e, principalmente, no diálogo com os adolescentes.

O adoecimento mental não se limita a um momento passageiro. Ele deixa marcas, muitas vezes profundas, que impactam diretamente a vida e a trajetória profissional. Percebe-se que profissionais extremamente competentes, que antes exerciam seu trabalho com dedicação e qualidade, acabaram não conseguindo mais retornar às suas funções ou, quando retornaram, não tiveram mais a mesma força e disposição de antes. Isso mostra, de forma muito concreta, que a saúde mental não pode ser tratada como algo secundário. Cuidar de si, das emoções e do equilíbrio não é apenas uma escolha individual, mas uma necessidade que deve ser olhada com seriedade tanto pelo próprio profissional quanto pela instituição. Afinal, um trabalho socioeducativo de qualidade só é possível quando quem cuida também é cuidado (Santos, 2017).

Os dados obtidos corroboram as instruções de Maslach (2011), que estudou o impacto do *burnout* na produtividade, destacando que os trabalhadores em exposição constante ao estresse e à pressão emocional são mais propensos a apresentar redução de desempenho e eficiência no trabalho. Assim, uma saúde mental debilitada contribui para a diminuição da produtividade e para um declínio na qualidade do serviço prestado aos internos.

A atenção e a tomada de decisões também são fortemente impactadas por problemas de saúde mental, especialmente em ambientes de trabalho de alta pressão. A atenção sustentada é necessária para o monitoramento contínuo dos internos e para a avaliação constante das situações que interrompem a intervenção imediata. Quando os trabalhadores estão mentalmente exaustos e sobrecarregados, de acordo com Feitoza (2016), sua capacidade de manter o foco nas tarefas diminui consideravelmente, o que compromete a qualidade do trabalho.

Souza (2019) sugere que a exposição a situações de alto estresse pode resultar na diminuição da concentração e na interrupção das percepções, dificultando a tomada de decisões claras e eficientes.

Dejours (2018) confirma que trabalhadores que enfrentam alto estresse e têm pouco controle sobre suas condições de trabalho tendem a apresentar dificuldades nas decisões e na tomada de ações adequadas em situações de pressão. Dejours e Abdoucheli (2009) argumentam que a falta de controle no trabalho, associada a uma alta demanda emocional, compromete a

capacidade do trabalhador de utilizar suas competências de forma eficaz, o que resulta em dificuldades cognitivas e emocionais.

A percepção de estresse excessivo reduz a capacidade de concentração, prejudicando a qualidade das decisões tomadas e, por consequência, a qualidade do serviço prestado. Maslach (2011), ao discutir a síndrome de burnout, acrescenta que o estresse crônico e a sobrecarga emocional impactam diretamente na capacidade de tomada de decisão e na eficácia no trabalho. A falta de suporte e de reconhecimento, aliada à pressão constante, pode gerar exaustão emocional, comprometendo a saúde mental e a performance profissional.

A partir do momento que você não está equilibrado emocionalmente para lidar dentro de uma internação (...) você não tem condição nenhuma de se fazer ser escutado, nem por ele, nem pela própria gestão, e você não consegue trabalhar de forma eficiente. (Entrev. 11)

Este depoimento evidencia que a saúde mental debilitada não apenas interfere na capacidade de atenção, mas também compromete a eficiência na tomada de decisões, com reflexos diretos na qualidade do atendimento.

A execução das tarefas diárias é outra área onde a saúde mental tem um impacto direto na qualidade do serviço prestado. Profissionais que sofrem com problemas de saúde mental podem experimentar dificuldades na organização e execução eficiente das tarefas, afetando a eficácia das ações. Em contextos de alta demanda emocional, como as instituições socioeducativas de internação, a qualidade da execução das tarefas é fundamental para garantir o cumprimento das demandas institucionais e a segurança dos internos.

A psicodinâmica do trabalho proposta por Dejours (2018), sugere que os transtornos psicológicos causados pela exposição ao estresse dificultam a capacidade de concentração e organização do trabalho. Esses déficits cognitivos têm efeitos diretos na eficácia das ações realizadas, prejudicando a execução de tarefas complexas e afetando a qualidade geral do serviço prestado. Profissionais sobrecarregados emocionalmente são mais propensos a cometer erros operacionais, comprometendo a eficiência do trabalho e a qualidade do atendimento.

O desempenho profissional é um dos principais indicadores da qualidade do serviço prestado, e a sua relação com a saúde mental é indiscutível. Quando os trabalhadores enfrentam problemas de saúde mental, como estresse crônico, ansiedade ou *burnout*, há uma redução em sua capacidade de desempenho. Isso demonstra que a saúde mental está diretamente relacionada à qualidade do serviço prestado, pois os trabalhadores não oferecem a atenção necessária e a eficácia em suas ações quando emocionalmente comprometidos.

Os resultados sugerem que a implementação de estratégias organizacionais focadas no bem-estar emocional dos trabalhadores é essencial para garantir que o desempenho profissional não seja prejudicado e que a qualidade do serviço prestado seja mantida em níveis elevados. A saúde mental dos trabalhadores deve ser considerada um fator estratégico para a melhoria contínua das condições de trabalho e a eficácia das ações desenvolvidas na/pela instituição. Além disso, o desenvolvimento de pesquisas nessa área fornece subsídios importantes para a formulação e aprimoramento de políticas públicas, permitindo que a administração pública adote medidas mais eficazes e direcionadas às reais necessidades dos profissionais. Esses reflexos se traduzem não apenas na valorização do servidor, mas também no fortalecimento da qualidade e eficiência dos serviços oferecidos à sociedade.

4.2.5 Estratégias para Promoção da Saúde Mental

Na análise dos resultados, foram identificadas quatro subcategorias principais que se relacionam diretamente à promoção da saúde mental no trabalho: a) apoio psicológico; b) capacitação; c) melhoria das condições de trabalho e d) reconhecimento e valorização. Cada uma dessas subcategorias terá uma análise detalhada, explorando sua relação com a literatura teórica existente e os dados encontrados nas entrevistas realizadas com os profissionais.

O apoio psicológico é uma das principais estratégias apontadas na literatura como essenciais para a promoção da saúde mental dos trabalhadores. Dejours (2018), ao analisar o sofrimento psíquico no trabalho, argumenta que a pressão emocional resultante de um ambiente de trabalho com alta demanda e baixo controle pode desencadear estresse psicológico.

Nesse contexto, o apoio psicológico atua como um importante fator de proteção, ajudando os trabalhadores a lidarem com a tensão emocional e a desenvolver estratégias de enfrentamento mais saudáveis. Dejours e Abdoucheli (2009) enfatizam que o apoio psicológico oferece não apenas um espaço seguro para a gestão emocional em momentos de crise, mas também desempenha um papel preventivo, fortalecendo a resiliência emocional dos profissionais e permitindo que se protejam do sofrimento psíquico crônico.

O apoio psicológico, portanto, não se restringe a intervenções emergenciais, mas se configura como um componente fundamental na prevenção do adoecimento mental e na promoção de um ambiente de trabalho saudável e equilibrado.

As entrevistas confirmaram que o apoio psicológico é um dos pilares mais importantes para os profissionais que trabalham em instituições com adolescentes que cumprem medidas socioeducativas de internação.

Eu acredito que seria interessante um acompanhamento psicológico, assim como se tem acompanhamento dos menores infratores assim dos profissionais também deveria ter. Acredito que seria ideal. (Entrev.09)

Sugiro que a própria fundação propicie aos servidores atendimentos psicológicos sociais com frequência para tentar lidar com as situações conflitantes, visto que atualmente a gente não tem esse atendimento por parte da instituição. (Entrev. 08)

Eu não acredito que colocando psicólogos aqui dentro vai resolver o problema. Não, porque se cria uma relação de amizade. Eu acho que seria interessante criar convênios com universidades, com instituições. Uma coisa mais independente da Fundac. Mas que a gente tivesse acesso. Entendeu? (Entrev. 01)

A gente escuta muito falar do cuidado do cuidador e a gente não tem isso na prática. Quem trabalha aqui tem que ser acompanhado sistematicamente. Profissionais da psicologia, da psiquiatria, das terapias também, a gente não tem, a gente é carente disso. (Entrev.19)

As falas deixam evidente que há uma demanda urgente por ações efetivas voltadas para a promoção da saúde mental dos profissionais. O desejo por acompanhamento psicológico, psiquiátrico e terapias integrativas é recorrente, e surge não como um benefício opcional, mas como uma necessidade frente às constantes situações de estresse, tensão e sobrecarga emocional vividas no ambiente socioeducativo.

Os trabalhadores apontam que, apesar de se falar muito sobre o “cuidar de quem cuida”, na prática, esse cuidado institucionalizado não acontece. Há uma carência de suporte emocional contínuo e estruturado. Além disso, as falas indicam uma preocupação com a neutralidade desse atendimento, sugerindo que ele seja realizado por profissionais externos, vinculados a universidades ou instituições conveniadas, justamente para garantir isenção, acolhimento real e confiança no processo.

Diante disso, fica claro que a promoção da saúde mental no contexto socioeducativo não deve ser pensada como uma ação isolada, mas como parte de uma política institucional permanente, capaz de oferecer suporte emocional, fortalecer os vínculos e garantir condições mais humanas e saudáveis de trabalho.

Lisboa (2001) reforça que o apoio psicológico contínuo permite não apenas a diminuição dos sintomas de estresse, mas também facilita o processo de autoconhecimento, permitindo que o trabalhador gerencie suas emoções e mantenha um equilíbrio emocional necessário para o desempenho de suas funções.

Além disso, o apoio psicológico pode ser essencial para o tratamento de transtornos mentais no estágio inicial, evitando que esses transtornos se agravem. Profissionais que enfrentam situações emocionais desgastantes, como a exposição à violência e à pressão constante, têm mais chances de manter a saúde mental quando contam com o suporte de

profissionais de saúde mental dentro da organização. Dejours (2018) destaca que, em ambientes de trabalho caracterizados por alta demanda e baixo controle, o suporte psicológico desempenha um papel crucial na gestão emocional dos trabalhadores.

De acordo com Dejours (2018), o apoio psicológico não só ajuda os profissionais a lidarem com a pressão do trabalho, mas também atua como uma estratégia de enfrentamento essencial, fortalecendo a resiliência emocional e reduzindo a vulnerabilidade ao estresse e ao adoecimento mental. O apoio psicológico, ao oferecer um espaço para a expressão e reflexão emocional, permite que os trabalhadores preservem sua saúde psíquica e evitam o desgaste emocional causado pela falta de controle e pelo estresse contínuo.

Eu acho que a falta de um acompanhamento, de um treinamento. De um treinamento antes dessa pessoa chegar na instituição. e um acompanhamento, um acompanhamento de saúde mental de todos, porque é um ambiente que agrega muitos professores e que, ao mesmo tempo, que entra em conflito com eles mesmos. (Entrev. 10)

Nota-se no falar do entrevistado, que a falta de preparo adequado e de um cuidado constante com a saúde mental, pesa sobre quem chega para trabalhar na instituição. Não se trata só de aprender tarefas, regras ou rotinas, mas de estar emocionalmente preparado para encarar um ambiente que, muitas vezes, é carregado de tensão, desafios e conflitos.

Quando esse suporte não existe, o próprio local de trabalho acaba se tornando um espaço que adocece, onde, além das dificuldades com os adolescentes, começam a surgir também atritos e problemas no convívio com os colegas. Por isso, ter acompanhamento psicológico, momentos de escuta, acolhimento e formação não deveria ser visto como algo opcional, mas como parte essencial para que esses profissionais consigam não só entrar, mas também permanecer e se manter bem no serviço.

Dessa forma, capacitação e o desenvolvimento profissional são estratégias de promoção da saúde mental que visam aumentar o controle do trabalhador sobre suas funções, diminuindo o estresse causado pela falta de preparo ou pela incapacidade de lidar com as exigências do trabalho. Dejours e Abdoucheli (2009) corroboram com o fato de que o aumento da qualificação do trabalhador e o fortalecimento da autonomia no trabalho estão diretamente ligados à redução do sofrimento psíquico e à melhoria do bem-estar emocional. Quando os profissionais se sentem mais preparados e capazes para lidar com as tarefas, a percepção de estresse tende a diminuir, favorecendo o bem-estar psicológico. Os autores citados ressaltam que a falta de controle sobre as tarefas e a incapacidade de atender às demandas do trabalho resultam em sofrimento psíquico, o que pode ser mitigado com o desenvolvimento de competências e o aumento da autonomia.

Durante as entrevistas, os profissionais destacaram a capacitação contínua como uma das estratégias mais importantes para o gerenciamento do estresse e para o aumento da confiança no desempenho de suas funções.

Assim, eu colocaria em primeiro plano capacitação continuada, eu acho que a capacitação dependendo da forma como ela é ofertada, ela melhora a relação entre os profissionais, entre si, e é uma coisa precisa muito, melhora a relação interpessoal dos profissionais. Entre si, que é um problemático, na minha opinião. (Entrev. 01)

Fica muito claro o quanto a capacitação continuada faz diferença na rotina dos profissionais. Quando é bem planejada e realmente colocada em prática, essa formação não se limita a desenvolver habilidades técnicas, ela vai além. Contribui diretamente para fortalecer as relações, melhorar o convívio dos profissionais com os adolescentes e incentivar a colaboração no local de trabalho de todos os envolvidos no processo.

Nesse contexto, a capacitação deixa de ser apenas uma obrigação formal e passa a ser vista como um recurso essencial para tornar o ambiente de trabalho mais leve, acolhedor, humanizado com menos desgastes e muito mais parceria entre a equipe.

Esse depoimento reflete a teoria de Dejours (2009), que sugere que o aumento do controle sobre as atividades profissionais, proporcionado pela capacitação, é uma das formas mais eficazes de reduzir o sofrimento psíquico e aumentar o bem-estar no trabalho. Dejours também destaca que, ao proporcionar o desenvolvimento contínuo das competências do trabalhador, a organização pode reduzir a vulnerabilidade ao estresse e melhorar a saúde mental dos profissionais.

Além disso, a capacitação pode fortalecer a resiliência emocional dos trabalhadores, permitindo que eles enfrentem as adversidades do trabalho com mais confiança e autonomia. Lisboa (2001) afirma que a formação contínua não só aumenta a competência técnica, mas também tem um impacto positivo na autoeficácia do trabalhador, o que contribui para a redução do estresse e melhoria da saúde mental. A qualificação profissional, portanto, não é apenas um fator de eficiência operacional, mas também uma estratégia de promoção da saúde mental, pois aumenta a sensação de competência e controle sobre o ambiente de trabalho.

A melhoria das condições de trabalho também se configura como uma estratégia fundamental para a promoção da saúde mental, pois as condições físicas e organizacionais específicas podem ser um dos principais fatores de risco para o desgaste emocional. Dejours e Abdoucheli (2009) alertam que ambientes de trabalho com alta demanda e baixo controle são propensos a provocar sofrimento psíquico e adoecimento mental.

Nesse sentido, a melhoria nas condições adequadas ao trabalho, incluindo a infraestrutura necessária, a distribuição equilibrada da carga de trabalho e o suporte institucional, pode reduzir os fatores de risco para a saúde mental, melhorando o bem-estar dos trabalhadores e diminuindo o impacto emocional negativo.

De acordo com os dados encontrados nas entrevistas, muitos entrevistados apontaram que as condições de trabalho impactam diretamente o seu bem-estar emocional.

Hoje tem, assim, reforma, mas a qualidade de trabalho, as condições, claro que ainda precisa melhorar muito, mas já é bem melhor do que já foi. (Entrev. 05)

Bom, melhorar as condições de trabalho, o incentivo remuneratório, isso é importante, né? Bom, porque a gente não vive sem isso. E ter políticas né? Políticas que possam entender as pessoas no seu dia a dia, né? Entender elas como um ser humano, não como um profissional, assim, repartido de tudo, né? Porque a gente tem esse costume de achar que as nossas questões emocionais não podem ser ligadas ao profissional. (Entrev. 07)

Por conta do ambiente mesmo, da falta de conforto, de uma melhor qualidade ao funcionário, de uma sala mais bem equipada, de um banheiro mais estrutural. (Entrev. 02)

A gente não tem acesso a tudo que a gente precisa pra desenvolver um bom trabalho. Materiais pedagógicos, a gente precisa ou comprar ou fazer uma cotinha assim na equipe quando a gente quer fazer uma intervenção diferenciada, porque o que a gente recebe é o básico, então às vezes os próprios materiais e insumos mesmo faltam, né, pra gente fazer uma atividade em grupo, enfim. Então, são insuficientes. (Entrev. 03)

Tá precisando melhorar, assim, na questão de estrutura e de material pra gente trabalhar. Agente sente falta também de ferramentas que a gente não tem, instrumentos, pra gente poder qualificar melhor o trabalho (Entrev. 06)

São vários fatores aí que eu poderia responder. Condições de trabalho, do ponto de vista de instalações, são precárias. está passando por uma reforma na unidade, talvez isso melhore. (Entrev. 07)

Até o presente momento, decorrente da obra da unidade, avaliávamos como um ambiente de insalubre, em que falta a dignidade da pessoa humana para o trabalho dia a dia, para o serviço do público. (Entrev. 08)

Fica claro nas falas é que, mesmo com algumas melhorias nas condições de trabalho, ainda falta muito para que tudo esteja ideal. O reconhecimento financeiro é algo que faz muita diferença no dia a dia de quem trabalha, mas, além disso, as pessoas querem ser vistas como seres humanos completos, com sentimentos e desafios, e não só como profissionais que precisam “deixar os problemas fora do trabalho.

Esse depoimento está em consonância com as observações de Dejours (2018), que destaca que ambientes de trabalho organizados e com suporte institucional adequado são fundamentais para evitar o esgotamento emocional e reduzir os níveis de ansiedade. Dejours argumenta que quando os trabalhadores têm as condições necessárias para desempenharem suas

funções de maneira eficaz e recebem o apoio devido da gestão, isso reduz significativamente o sofrimento psíquico e favorece um ambiente mais saudável, o que contribui para a preservação da saúde mental e o bem-estar emocional.

Lisboa (2001) também discute a importância de ambientes organizacionais que favorecem a saúde mental, promovendo espaços de respeito, cooperação e suporte emocional. Quando os trabalhadores se sentem seguros e valorizados no ambiente de trabalho, sua motivação e disposição emocional aumentam, o que contribui para a redução do estresse e melhoria da saúde mental. A melhoria das condições de trabalho, portanto, deve ser vista como uma prioridade organizacional que, além de beneficiar o desempenho dos trabalhadores, promove um ambiente mais saudável e protetor contra o estresse.

A pouca valorização no trabalho também influencia na saúde mental, como também a pouca valorização na questão salarial. Então, é tudo um somatório de coisas. Se você faz o seu trabalho, se você não é valorizado, se você não é reconhecido e remunerado por isso de forma digna, assim, méritos mesmo, você se sente mal, você não vai trabalhar com a mesma empolgação, com o mesmo empenho do que se você tivesse esse reconhecimento, essa valorização. (Entrev.06)

Sinto também uma certa desvalorização profissional e salarial em todas as esferas. (Entrev. 22)

De acordo com as informações obtidas nas entrevistas, o último concurso público para a equipe técnica foi realizado em 2008. Esse longo intervalo sem novos processos seletivos pode indicar uma defasagem no quadro de pessoal, gerando sobrecarga de trabalho e limitações no atendimento das demandas. Tal contexto afeta diretamente a percepção de reconhecimento e valorização profissional, uma vez que a ausência de reposição e ampliação da equipe pode ser interpretada como falta de investimento institucional nos trabalhadores. O reconhecimento e a valorização, expressos não apenas por meio de remuneração justa, mas também pela garantia de condições adequadas de trabalho e políticas efetivas de contratação, são aspectos fundamentais para a promoção da saúde mental no ambiente laboral, favorecendo a sensação de realização e bem-estar e reduzindo o risco de desgaste emocional e desmotivação.

Maslach (2011), ao abordar o conceito de burnout, acrescenta que o suporte social e a valorização profissional são fundamentais para prevenir o esgotamento emocional, ajudando os trabalhadores a manterem a motivação e a qualidade no desempenho de suas funções, mesmo em ambientes desafiadores.

Isso reflete a ideia de Dejours (2018), que sugere que o reconhecimento atua como um fator protetor contra o sofrimento psíquico no trabalho. Dejours ressalta que o reconhecimento do trabalho realizado contribui para o equilíbrio psicológico do trabalhador, funcionando como

uma forma de recompensa emocional que ajuda a reduzir o estresse e a sobrecarga. Quando o trabalhador sente que seus esforços são valorizados, isso aumenta sua resiliência emocional, permitindo-lhe lidar melhor com as dificuldades do ambiente de trabalho e, conseqüentemente, melhorar a qualidade do serviço prestado.

As estratégias para promoção da saúde mental no ambiente de trabalho são fundamentais para garantir o bem-estar psicológico dos trabalhadores, especialmente em contextos de alta pressão e estresse. O apoio psicológico, a capacitação profissional, a melhoria das condições de trabalho e o reconhecimento e valorização são ações essenciais para preservar a saúde mental e melhorar o desempenho profissional. Ao integrar essas estratégias, as organizações não apenas reduzem o estresse e o risco de *burnout*, mas também promovem um ambiente de trabalho mais resiliente, motivador e eficaz (Santos, 2017).

4.2.6 Desafios Relacionados à Saúde Mental

Essa categoria evidencia a necessidade de atenção aos fatores que dificultam o equilíbrio emocional, oferecendo *insights* para intervenções eficazes e sustentáveis. A análise dos dados elencou como subcategoria: relações interpessoais e gestão de conflitos.

Um ambiente de trabalho tem que ser adequado e harmonioso, quando se há conflitos, desarmonia e desorganização, isso interfere nas relações interpessoais e o somatório de tudo isso vai sobrecarregando o emocional de cada trabalhador. (Entrev. 22)

Essa fala revela uma percepção muito importante sobre o impacto do ambiente de trabalho na saúde mental. Quando o espaço não é harmonioso, e os conflitos e a desorganização aparecem com frequência, as relações entre os colegas ficam comprometidas. Isso não afeta só o convívio diário, mas acumula uma carga emocional pesada para cada profissional. A sobrecarga gerada por esse cenário pode levar ao desgaste físico e psicológico, mostrando como um ambiente de trabalho saudável é fundamental para o equilíbrio emocional e para que o trabalho seja feito com qualidade e bem-estar.

Este relato ilustra como uma dinâmica interpessoal negativa pode gerar um ambiente de estresse psicológico, prejudicando o desempenho profissional e o bem-estar psicológico. Maslach (2011) também alertou que um ambiente de trabalho com relações interpessoais tensas aumenta a probabilidade de *burnout* e fadiga emocional.

Ambos os fatores são discutidos amplamente na literatura de psicologia organizacional, sendo que Dejours e Abdoucheli (2009) abordam como a pressão social no trabalho, muitas vezes resultante de relações interpessoais tensas ou de uma gestão de conflitos ineficaz, pode

ser um dos maiores fatores de estresse ocupacional. Dejours (2018) reforça que o sofrimento psíquico no trabalho ocorre frequentemente quando o trabalhador se vê em um ambiente onde não há suporte adequado para lidar com as exigências emocionais e interpessoais.

Para que as estratégias de promoção da saúde mental sejam adequadas, é necessário compreender os desafios presentes nesses aspectos, propondo orientações sustentáveis e adequadas ao contexto organizacional.

Dejours e Abdoucheli (2009) destacam que a falta de apoio social dentro da organização, aliada a uma comunicação falha e aos relacionamentos desgastados, pode aumentar a percepção de sobrecarga emocional, tornando mais difícil para os trabalhadores lidarem com as demandas do trabalho. Dejours (2018) enfatiza que, quando a organização do trabalho não promove um ambiente de apoio emocional e de boa comunicação, o sofrimento psíquico tende a se intensificar, afetando a capacidade de enfrentamento dos trabalhadores diante das tensões do ambiente laboral.

A administração de conflitos é outro elemento crucial que impacta a saúde mental dos colaboradores em qualquer organização. A maneira como os conflitos são administrados, seja em questões organizacionais, pessoais ou profissionais, pode influenciar de maneira significativa o bem-estar psicológico dos indivíduos (Cunha, Campelo e Roberto, 2023).

Dejours e Abdoucheli (2009) discutem como a falta de controle sobre as situações de conflito e a incapacidade de resolvê-los de forma construtiva podem aumentar os níveis de estresse, gerando um ambiente de sofrimento psíquico. Quando os conflitos não são abordados adequadamente, eles afetam profundamente a saúde mental dos trabalhadores, resultando em ansiedade, desgaste emocional e dificuldade na execução das funções. A gestão ineficaz de conflitos gera um ambiente tóxico, no qual os trabalhadores se sentem impotentes e desprotegidos, o que intensifica o estresse e o mal-estar emocional Dejours e Abdoucheli (2009).

Além disso, Maslach (2011), ao discutir a síndrome de burnout, enfatiza que a incapacidade de lidar com conflitos de maneira saudável é um fator importante para o desenvolvimento do esgotamento emocional. Para Maslach, a falta de estratégias eficazes para resolver conflitos cria um ambiente onde o trabalhador se sente sobrecarregado, desmotivado e emocionalmente drenado, comprometendo sua saúde mental e a qualidade de seu trabalho. Quando os conflitos não são resolvidos de maneira adequada, o trabalhador se sente emocionalmente desgastado, o que afeta não só o seu estado emocional, mas também seu desempenho profissional.

Maslach (2011) identifica a gestão de conflitos como um dos aspectos fundamentais para prevenir o excesso de estresse no trabalho. Quando os conflitos não são resolvidos de maneira eficaz, os trabalhadores podem começar a desenvolver sentimento de frustração e insatisfação, o que pode evoluir para problemas de saúde mental mais graves.

Mas as relações interpessoais com os profissionais é mais desafiador. Porque as vezes é uma cabeça já formada e que não tá aberta pra uma mudança, pra uma flexibilidade. Então fica tendo conflitos. (Entrev. 06)

O desafio não é nem tanto com os adolescentes. O meu grande desafio aqui é com a estrutura de poder da unidade, da fundação. É muito forte a opressão aqui. (Entrev.07)

Além do trabalho com os adolescentes, o maior desafio mesmo está nas relações entre os próprios profissionais. Muitas vezes, as pessoas demonstram rigidez cognitiva, não são abertas para mudanças, e isso acaba gerando conflitos que desgastam as relações. Além disso, a estrutura de poder dentro da instituição é muito rígida e opressora, o que dificulta ainda mais o dia a dia.

Essa pressão interna pode acabar sendo tão pesada quanto o próprio trabalho com os jovens, mostrando como é importante ter um ambiente mais flexível e respeitoso para todo mundo poder trabalhar melhor.

Dejours (2018) e Maslach (2011) corroboram a ideia de que fatores como a qualidade das relações interpessoais, a gestão de conflitos e o apoio social dentro da organização são cruciais para a saúde mental no trabalho. Defendem que um ambiente de trabalho saudável depende da organização que promove um equilíbrio entre as exigências laborais e as necessidades emocionais dos trabalhadores.

Estratégias que promovam o respeito mútuo, a resolução construtiva de conflitos e o fortalecimento das relações interpessoais são fundamentais para reduzir o sofrimento psíquico, aliviar o estresse e melhorar o bem-estar emocional dos trabalhadores. Segundo Dejours (2018), quando as organizações não oferecem suporte adequado ou falham na comunicação, os trabalhadores experimentam um aumento no sofrimento emocional, o que prejudica a qualidade do trabalho e afeta a saúde mental.

Considerando os resultados apresentados, as proposições previamente levantadas para esta pesquisa foram confirmadas.

- O déficit de pessoal e a carga de trabalho em instituições que executam medidas socioeducativas de internação gera um desgaste pelo excesso de trabalho e leva os profissionais ao adoecimento e a afastamentos do trabalho.

- O convívio com a violência, medo e tensão em um contexto que ameaça à integridade física e emocional dos profissionais que atuam em instituições que executam medidas socioeducativas de internação leva ao adoecimento mental dos mesmos.
- O adoecimento mental dos servidores afeta a qualidade dos serviços prestados pelos mesmos.

4.3 Sugestões de melhorias na qualidade do trabalho e saúde mental dos profissionais

A saúde mental dos profissionais que atuam em instituições socioeducativas com adolescentes em cumprimento de medidas de internação é um tema de grande relevância e complexidade. As demandas do trabalho, que incluem lidar com jovens em situação de vulnerabilidade, histórico de violência e envolvimento em atos infracionais, somadas às dificuldades estruturais e de gestão das instituições, podem gerar um ambiente de trabalho desgastante e impactar negativamente o bem-estar dos profissionais.

Diante desse cenário, torna-se imprescindível a implementação de estratégias e sugestões de melhorias que visem promover e preservar a saúde mental desses trabalhadores. As sugestões a seguir foram elaboradas com base nos resultados da pesquisa, sobretudo a partir das vivências dos profissionais, que compartilharam suas experiências, desafios e percepções sobre o que poderia ser feito para aprimorar suas condições de trabalho e bem-estar.

A partir do diagnóstico construído, delineou-se um conjunto de sugestões interventivas voltadas à mitigação dos fatores de risco psicossocial identificados, estruturadas em três eixos complementares:

Eixo de Ações de Melhoria e Preservação da Saúde Mental:

- Implementação de núcleos permanentes de escuta e acolhimento psicológico aos servidores;
- Realização periódica de rodas de conversa com mediação de profissionais especializados em saúde mental e trabalho;
- Firmar parceria com instituições que possam dar suporte em saúde mental;
- Ações práticas de cuidado com o cuidador, como dias de autocuidado, pausas psicológicas e oficinas de bem-estar;
- Constituição de uma equipe multidisciplinar de saúde voltada para os profissionais;
- Fortalecimento de vínculos entre os profissionais.

Eixo Organizacional e de Condições Laborais:

- Reestruturação das escalas de trabalho para redistribuição equitativa das demandas operacionais;
- Ampliação do quadro funcional com vistas à redução da sobrecarga e incremento da eficácia das ações institucionais;
- Realização de concurso público para ampliação da força de trabalho;
- Oportunizar a participação ativa dos trabalhadores nos processos decisórios da instituição;
- Promoção de um ambiente de trabalho harmonioso com canais efetivos para a resolução de conflitos e prevenção de assédio moral.

Eixo Formativo e de Valorização Profissional e Salarial:

- Institucionalização de programas contínuos de formação e capacitação;
- Reconhecimento simbólico e funcional do papel dos profissionais na execução da política socioeducativa, por meio de mecanismos de valorização e estímulo ao pertencimento institucional;
- Implementação e aprovação do Plano de Cargos, Carreira e Remuneração (PCCR).
- Incentivar a qualificação profissional por meio do oferecimento e apoio à formação em nível superior e pós-graduação;
- Desenvolver campanhas institucionais que promovam a valorização e reconhecimento dos profissionais dentro da instituição.

É importante ressaltar que essas sugestões não são exaustivas, podem ser adaptadas e complementadas de acordo com as necessidades e realidades de cada instituição. A promoção da saúde mental dos profissionais é um processo contínuo e que requer o envolvimento e o comprometimento de todos: gestores, trabalhadores e a sociedade como um todo. Ao investir no bem-estar de seus colaboradores, as instituições socioeducativas estarão não apenas cumprindo com sua responsabilidade social, mas também contribuindo para a melhoria da qualidade dos serviços prestados aos adolescentes e para a construção de uma sociedade mais justa e humana.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como objetivo analisar a relação entre trabalho e saúde mental na percepção dos servidores que compõem as equipes multiprofissionais dos centros de internação da FUNDAC no estado da Paraíba. A partir da análise das entrevistas realizadas com os trabalhadores, buscou-se compreender as estratégias de enfrentamento adotadas pelos profissionais, assim como os desafios que impactam sua saúde emocional no contexto do trabalho.

A metodologia de pesquisa utilizada foi a abordagem exploratória para maior familiaridade com o problema, o delineamento de levantamento para coleta de informações através de entrevistas. Os dados obtidos através das entrevistas foram analisados e conduzidos de acordo com os princípios estabelecidos por Bardin (2016), fundamentando-se na teoria da Psicodinâmica do Trabalho, proposta por Dejours (2018), que estuda o sofrimento psíquico no ambiente de trabalho, enfatizando a relação entre as condições laborais e o adoecimento mental.

Os resultados deste estudo foram organizados em categorias temáticas que traduzem, as vivências e percepções compartilhadas pelos participantes. A primeira delas, “Relação entre trabalho e saúde mental, revelou dois aspectos centrais: os fatores de risco presentes no dia a dia dos profissionais e as consequências emocionais e psíquicas que esse contexto pode gerar. Essa categoria deu visibilidade aos elementos que, muitas vezes de forma silenciosa, contribuem para o sofrimento mental no ambiente institucional.

A segunda categoria, “Segurança no Ambiente de Trabalho, trouxe à tona preocupações que vão além das estruturas físicas. Ela abordou tanto a segurança emocional quanto a proteção física dos profissionais, dentro e fora da instituição, evidenciando a constante presença de situações de violência e ameaças, que alimentam um clima de tensão e vulnerabilidade.

A terceira categoria, “Estratégias de Enfrentamento”, refere-se aos mecanismos e práticas utilizados pelos trabalhadores para lidar com as pressões e os desafios do ambiente socioeducativo, incluindo ações individuais e coletivas de cuidado. Em seguida, a categoria “Impacto da saúde mental na qualidade do serviço prestado evidenciou como o comprometimento da saúde emocional pode afetar diretamente a atenção, a produtividade e a capacidade de tomada de decisões dos profissionais.

A quinta categoria, “Estratégias para promoção da saúde mental, destacou a relevância do apoio psicológico institucional e de ações voltadas ao acolhimento e à escuta, conforme indicam as melhores práticas apontadas na literatura especializada.

Por fim, a categoria “Desafios relacionados à saúde mental trouxe à tona os obstáculos enfrentados no cotidiano laboral, com ênfase nas dificuldades emocionais e estruturais. Esta última apresentou como subcategoria as relações interpessoais e a gestão de conflitos, apontando caminhos possíveis para intervenções mais eficazes e sustentáveis.

A análise realizada neste estudo revelou a complexa e desafiadora realidade enfrentada pelos profissionais que atuam nas instituições socioeducativas de internação. As falas dos entrevistados escancararam um cenário marcado por sobrecarga de trabalho, insegurança, deficiências estruturais e ausência de apoio institucional. Esses elementos não apenas comprometem a saúde mental dos servidores, mas também colocam em xeque a qualidade dos serviços oferecidos aos adolescentes em cumprimento de medida. Longe de serem questões pontuais, tais adversidades demonstram um padrão recorrente e estrutural que exige respostas institucionais comprometidas e eficazes.

As experiências compartilhadas pelos profissionais evidenciam que o sofrimento psíquico no ambiente de trabalho não é um fenômeno isolado, mas um reflexo direto da organização do trabalho e das exigências emocionais que atravessam suas rotinas. As estratégias de enfrentamento adotadas, que vão desde o apoio entre colegas até o recurso à espiritualidade, demonstram resiliência, mas também apontam para a carência de políticas permanentes de cuidado e escuta. É preciso reconhecer que a saúde mental dos trabalhadores não pode ser tratada como um tema periférico, mas como um eixo estruturante da gestão pública em contextos de privação de liberdade.

Os dados das entrevistas revelaram que as relações interpessoais são um dos principais fatores de impacto na saúde mental dos trabalhadores. Os depoimentos indicaram que relações tensas e conflituosas dentro da equipe podem aumentar significativamente os níveis de estresse e prejudicar o bem-estar emocional dos profissionais. Este achado reforça a teoria de Dejours (2018), que afirma que a falta de apoio social e a existência de relações interpessoais problemáticas são fatores de risco associados ao sofrimento psíquico no trabalho. O referido autor argumenta que o estresse emocional no trabalho é intensificado quando os trabalhadores não recebem o apoio necessário de seus colegas e gestores, o que contribui para a angústia e o sofrimento psíquico.

Outro achado relevante foi a identificação de que a gestão de conflitos dentro das instituições de internação socioeducativa representa um desafio para a saúde mental dos trabalhadores. A falta de uma gestão eficaz de conflitos contribui para um aumento significativo do estresse e das dificuldades emocionais no ambiente de trabalho (Cunha 2023).

As entrevistas indicaram que conflitos mal resolvidos podem transformar pequenas frustrações em problemas maiores, impactando não apenas o bem-estar individual, mas também o desempenho coletivo. Maslach (2011) também destaca que os conflitos não tratados visam construir um ambiente emocionalmente distorcido, em que a solidariedade e o apoio entre colegas são enfraquecidos, contribuindo para o isolamento e o desgaste mental.

O apoio psicológico surgiu como uma estratégia fundamental para lidar com os desafios emocionais do trabalho. Os entrevistados destacaram a importância do suporte emocional, principalmente para aqueles expostos a condições de alta demanda psicológica, como a violência e a pressão. Dejours (2018), discute a relevância do apoio psicológico institucional como uma intervenção eficaz para a redução do estresse e para a promoção de resiliência emocional.

A implementação de políticas de apoio psicológico, como programas de psicoterapia ou aconselhamento psicológico, pode ser decisivo para reduzir os níveis de estresse e prevenir o *burnout*. Os resultados indicam que, quando os trabalhadores se sentem apoiados emocionalmente, há uma diminuição significativa no impacto do estresse, o que contribui para o bem-estar geral e o desempenho profissional. Lisboa (2001) argumenta que o apoio psicológico contínuo pode ser uma das formas mais eficazes de prevenir transtornos psicológicos, ajudando os trabalhadores a gerenciar as demandas emocionais do trabalho e a preservar a saúde mental.

A capacitação e o desenvolvimento profissional surgiram como fatores essenciais para a promoção da saúde mental. Uma análise das entrevistas revelou que os trabalhadores se sentem mais seguros e preparados para enfrentar os desafios do trabalho quando têm acesso a treinamentos contínuos e oportunidades de aprimoramento profissional. A capacitação, ao fortalecer as habilidades e aumentar a autoconfiança, reduz a percepção de sobrecarga emocional, permitindo que os profissionais se sintam mais preparados para enfrentar as adversidades do ambiente de trabalho.

Além disso, o desenvolvimento profissional contribui para a autoeficácia e autoestima dos trabalhadores. Lisboa (2001) destaca que a capacitação contínua não só aumenta a competência técnica, mas também fortalece o sentimento de realização pessoal e profissional, o que ajuda a reduzir o estresse e a sensação de sobrecarga. A capacitação, portanto, não deve ser vista apenas como uma ferramenta de desenvolvimento técnico, mas também como um instrumento de promoção da saúde mental, que prepara os trabalhadores para lidarem melhor com as demandas do trabalho.

A partir da análise das entrevistas realizadas, também foi possível confirmar as proposições inicialmente delineadas. Os relatos apontaram que a insuficiência de servidores e a sobrecarga de funções são fatores recorrentes nas rotinas de trabalho. Alguns profissionais relataram sintomas de estresse, esgotamento físico e psicológico, além de episódios frequentes de afastamentos por questões de saúde relacionadas ao excesso de trabalho.

As entrevistas destacaram que a constante exposição a situações de violência e tensão cria um ambiente de insegurança permanente. Os profissionais relataram sentimentos de medo, ansiedade e vulnerabilidade, que ao longo do tempo contribuem para quadros de adoecimento mental, como depressão e transtornos de ansiedade.

Alguns entrevistados mencionaram que o cansaço emocional, a desmotivação e a instabilidade psicológica impactam diretamente o desempenho profissional. A queda na qualidade do atendimento, a dificuldade de manter vínculos com os adolescentes e a rotatividade de servidores foram alguns dos efeitos mencionados como consequências diretas do adoecimento mental.

Assim, as organizações devem focar em estruturas de apoio psicológico, capacitação contínua e condições de trabalho adequadas, sempre com o objetivo de promover a saúde mental e o bem-estar psicológico dos trabalhadores, garantindo, assim, a qualidade do serviço prestado nas instituições.

Dessa forma, mais do que lançar luz sobre as dimensões subjetivas do trabalho nas instituições socioeducativas, este estudo ecoa um chamado ético e profundamente humano: é urgente cuidar de quem cuida. As vozes ouvidas ao longo da pesquisa revelam histórias de desgaste, mas também de resistência e compromisso, que não podem mais ser invisibilizadas ou tratadas como meras estatísticas.

Os dados aqui apresentados oferecem subsídios importantes para que gestores, formuladores de políticas públicas e demais atores institucionais pensem e construam estratégias mais sensíveis e eficazes. É preciso reconhecer esses profissionais não apenas como peças de uma engrenagem, mas como sujeitos de direitos, que sentem, adoecem, superam e seguem.

Ademais, os resultados reforçam substancialmente a relevância teórica, social e prática do estudo. Em termos teóricos, a pesquisa contribui para o enriquecimento do debate acerca da saúde mental no ambiente de trabalho, em instituições socioeducativas, enriquecendo a literatura ao lançar luz sobre as especificidades do adoecimento mental nesse setor. No plano social, evidencia a necessidade premente de reformulações nas políticas públicas de atenção à saúde do trabalhador, especialmente em ambientes de alta vulnerabilidade psíquica. Do ponto

de vista prático, oferece subsídios consistentes para que gestores institucionais possam adotar práticas institucionais voltadas ao cuidado e ao apoio aos profissionais, considerando os aspectos psicológicos inerentes ao seu trabalho diário delineando caminhos possíveis para a criação de ambientes laborais mais humanizados e resilientes.

Cumpra, entretanto, reconhecer as limitações deste trabalho. No plano teórico, a escolha por determinados referenciais analíticos pode ter circunscrito a interpretação dos dados a perspectivas específicas, não abrangendo a totalidade das possíveis abordagens teóricas contemporâneas sobre o tema. Metodologicamente, a limitação diz respeito a adoção de apenas um tipo de coleta de dados, bem como redundância nas questões da entrevista. Além disso, as análises e interpretações realizadas carregam a inerente subjetividade própria dos estudos qualitativos.

Com base nas evidências levantadas, propõe-se como agenda de pesquisas futuras: (i) a ampliação do espectro geográfico das investigações, abrangendo instituições socioeducativas de diferentes unidades federativas; (ii) a adoção de delineamentos metodológicos mistos, que integrem abordagens quantitativas e qualitativas; (iii) a realização de estudos longitudinais que possibilitem a análise das trajetórias de saúde mental dos trabalhadores ao longo do tempo; e (iv) a investigação sistemática da eficácia de programas institucionais de promoção da saúde mental, capacitação emocional e gestão de conflitos em ambientes socioeducativos.

Destarte, a consolidação de uma agenda de pesquisas voltada à compreensão aprofundada da relação entre saúde mental e trabalho na socioeducação configura-se como um imperativo científico e social, com potencial para fundamentar políticas públicas mais eficazes e práticas institucionais mais justas e humanizadas. Visa também dar maior visibilidade aos profissionais que prestam um relevante trabalho de ressocialização de adolescentes que cumprem medidas socioeducativas.

REFERÊNCIAS

- ANTONIAZZI, A. S.; DELL'AGLIO, D. D.; BANDEIRA, D. O conceito de *coping*: uma revisão teórica. **Estudos de Psicologia (Natal)**, Natal, v. 3, n. 2, p. 273-294, 1998. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-294X1998000200006>. Acesso em: 17 jan. 2025.
- ALMEIDA, J. G. de. Trajetórias de incerteza: a instabilidade laboral como modo de vida. **Revista Cabo dos Trabalhos**, v.1 n. 9.p.103-122. 2013. Disponível em: https://cabodostrabalhos.ces.uc.pt/n9/documentos/06-Joana_Almeida.pdf. Acesso em: 13 maio 2023.
- ARAÚJO, M. R. M.; DE MORAIS, K. R. S. Precarização do trabalho e o processo de derrocada do trabalhador. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**. São Paulo, v. 20, n. 1. p. 1-13. 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.1981-0490.v20i1p1-13>. Acesso em: 20 jan.2025.
- AUGUSTO, M.M; FREITAS, L.G; MENDES, A.M: Vivências de prazer e sofrimento no trabalho de profissionais de uma fundação pública de pesquisa. **Psicologia em Revista**. v.20, n.1.p.34-55. 2014. Disponível em: https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-11682014000100004. Acessado em 03 ago 2023.
- BASTOS, C. **Saúde do trabalhador: um estudo com servidores da socioeducação do Estado do Paraná**. Dissertação (Mestrado em Psicologia), Universidade Federal do Paraná, 2022. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/xmlui/handle/1884/79030>. Acesso em 03 ago 2023.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2016.
- BRASIL *et al.* Dispositivos de Escuta de Adolescentes Privados de Liberdade e de Agentes Socioeducativos. 2020. **Revista Psicologia: Teoria e Pesquisa**. v. 36, n.1, p. 1-8. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102.3772e36nspe9>. Acesso em 03 fev. 2025.
- BRASIL, Lei Nº 8069, 13 de julho de 1990. **Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)**. Brasília-DF, 1990. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em 01 ago.2023.
- BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. **Levantamento Nacional de dados do SINASE - 2023**. Brasília: 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/crianca-e-adolescente/levantamento-nacional-sinase-2023>. Acesso em: 02 ago 2023.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora. **Portaria nº 1.823, de 23 de agosto de 2012**. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2012/prt1823_23_08_2012.html. Acesso em: 23 fev. 2024.
- BRASIL. **Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012**. Dispõe sobre as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. Conselho Nacional de

Saúde. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2012. Disponível em: <https://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2012/Reso466.pdf>. Acesso em: 18 abr. 2024.

BRASIL. **Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo**. SINASE. Secretaria Especial de Direitos Humanos. Brasília: 2006. Disponível em: https://www.cnmp.mp.br/portal/images/cije/publicacoes/sinase_2006.pdf. Acesso em: 16 ago. 2023.

BRASIL. UNICEF. Pobreza Multidimensional na Infância e Adolescência no Brasil-2017 a 2013. Brasília, 2025. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/media/32121/file/relatorio-pobreza-multidimensional-infantil%20-%20final.pdf.pdf>. Acesso em 03 maio 2025.

BRÜNING, C; RAGNINI, E.C.S; WALGER, C.S; LUZ, L.B.S. Socioeducação: reflexões a partir do relato de trabalhadores. **Revista Caderno Pedagógico**. v.21, n.12, p. 01-21. 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.54033/cadpedv21n12-188>. Acesso em 07 jan 2025.

CARDOSO, A. C. M. O trabalho como determinante do processo saúde-doença. **Tempo Social**, v. 27, n. 1, p. 73–93, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0103-207020150110>. Acesso em 07 maio 2024.

CODINHOTO, E. **Cortinas de Ferro**: o trabalho real de socioeducadores de uma unidade socioeducativa de Internação do Estado de Rondônia. 147fl. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Psicologia) Universidade Federal de Rondônia. Porto Velho, 2014. Disponível em: <https://ri.unir.br/jspui/handle/123456789/1313/>. Acesso em: 03 abris 2023.

COSTA, A. C. **Parâmetros para a formação do Socioeducador**: uma proposta inicial para reflexão e debate. Brasília: Secretaria Especial de Direitos Humanos, 2006. Disponível em: http://ens.ceag.unb.br/sinase/ens2/images/Biblioteca/modulos_dos_cursos/Nucleo_Basico_2015/Eixo_6/4_-_A._Carlos_-_Parametros_Para_a_Formacao_do_Socioeducador.pdf. Acesso em: 15 ago. 2023.

CUNHA, N.C. *et al.* **Estresse dentro das organizações de trabalho**. Getec, v. 5, n. 9, p. 1-17, 2016. Disponível em: <https://revistas.fucamp.edu.br/index.php/getec/article/view/771> . Acesso em: 24 mar. 2024.

CUNHA, D. F; CAMPELO, W. da S; ROBERTO, J. C. A; Souto, S. P. Os desafios da gestão de conflitos nas relações de trabalho. **Revista de Gestão e Secretariado**, v. 14, n. 8, p.13671–13684, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.7769/gesec.v14i8.2615>. Acesso em 05 marc 2024.

CHAGAS, D. Riscos psicossociais no trabalho: causas e consequências. **Revista INFAD de Psicologia**. v2, n1.24-30. 2015. Disponível em: <https://revista.infad.eu/index.php/IJODAEF/article/view/24> . Acesso em: 05 abris 2025.

DEJOURS, C. **A loucura do trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho**. 6. ed., S.P.: Cortez-Oberé. 2018, 224p.

DEJOURS, C.; ABDOUCHELY, E. **Itinerário teórico em psicopatologia do trabalho**. In: DEJOURS, C.; ABDOUCHELY, E.; JAYET, C. *Psicodinâmica do trabalho*. S.P.: Atlas, 2009, p. 119-147.

FEIJÓ, F. R. **Saúde Mental e Qualidade de Vida em Trabalhadores da Fundação de Atendimento Sócio-Educativo do Estado do Rio Grande do Sul**. 2015. 156.f. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2015. Disponível em: https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/URGS_c9467d3ab79b942bd83c72eb066ced46. Acesso em: 15 ago. 2023.

FEITOZA, M.J.S. **Entre a prescrição e o sofrimento: o trabalho de Técnicos de centros socioeducativos em Manaus**. 2016. 100fl. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Psicologia), Universidade Federal do Amazonas, Manaus, AM, 2016. Disponível em: <https://tede.ufam.edu.br/handle/tede/5589>. Acesso em: 03 abril 2023.

FERNANDES, A.P.F.C; PASSOS, J.P. Avaliação de riscos psicossociais no ambiente de trabalho: Contribuições para a saúde dos servidores públicos federais. **Research, Society and Development**, v. 10, n.7, p.1-10, 2021. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/352979485_Avaliacao_dos_riscos_psicossociais_no_ambiente_de_trabalho_Contribuicoes_para_a_saude_do_servidor_publico_federal Acessado em: 03 abril 2023.

FUNDAÇÃO ABRINQ PELOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. **É de Direito: uma incursão pela Proteção, Atendimento e Justiça de Adolescentes e Jovens no Sistema Socioeducativo de Pernambuco**. 1ª Ed. São Paulo: Fundação Abrinq pelos Direitos da Criança e do Adolescente, 2013.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6. ed. – São Paulo: Atlas, 2017.

GOMES, H.A; DOS SANTOS, N.C; DA SILVA, M.O.M; SILVA, A.L.R; DA SILVA, M.C.G; VALENTE, G.S.C; CORTEZ, E.A. Estratégias de promoção da saúde mental para profissionais de saúde: uma revisão integrativa. **Revista Contemporânea**, v. 3, n. 12, p.1-12, 2023. DOI: <https://doi.org/10.56083/rev3n12-371>.

GUIMARÃES, A.P.D; OLIVEIRA, H; DA SILVA, J.M. Violência relacionada ao trabalho e apropriação da saúde do trabalhador: sofrimento anunciado no Sistema Único de Assistência Social. *Physis: Revista de Saúde Coletiva, Rio de Janeiro*, v. 30, n.2, e300224, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/s0103-73312020300224>.

GRECO, P.B.T. **Distúrbios psíquicos menores em agentes socioeducadores dos centros de atendimento socioeducativo do Rio Grande do Sul**. 132 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Enfermagem) Universidade Federal de Santa Maria, RS. 2011. Disponível em: <https://repositorio.ufsm.br/handle/1/7349>. Acesso em jan.2023.

GRECO, P. B. T., *et al.* Estresse psicossocial e distúrbios psíquicos menores em agentes socioeducadores. 2012. **Revista Latino Americana de Enfermagem**. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rlae/a/cWBHPpMKPCQf5BKJsXKyhvS/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 02 abr. 2023.

GRECO, *et al.* 2013. Estresse no Trabalho em agentes dos centros de atendimento socioeducativo no Rio Grande do Sul. **Rev Gaúcha Enferm.**; v.34, n.1, p.94-103, 2013. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/rgenf/article/view/32897/24512>. Acesso em abr. 2023.

JACQUES, M. DA G. C. Abordagens teórico-metodológicas em saúde/doença mental & trabalho. **Psicologia & Sociedade**, v. 15, n. 1, p. 97–116, jan. 2003. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-71822003000100006>

KERSTING, I. “Equipamentos do Século XIX, Profissionais do Século XXI”: Saúde Mental dos trabalhadores da Fundação de Atendimento Socioeducativo do Rio Grande do Sul. 2016. 129f. Dissertação (Mestrado Acadêmico), Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2016. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/152725>. Acesso em: 15 ago. 2023.

LIMA, L.S; MELO, A.N.C; LIMA, F.R.V; GLEICE SANTOS, R.M. Saúde mental da equipe multidisciplinar: desafios, características e meios de prevenção dos transtornos. **Revista Foco**, v.17, n.8, e5716, p.01-22, 2024. Disponível em: <https://ojs.focopublicacoes.com.br/foco/article/view/5716>. Acesso em 01 abril 2025.

LANCMAN, S; GHIRARDI, M.I.G; DE CASTRO, E.D; TUACEK, T.A. **Repercussões da violência na saúde mental de trabalhadores do Programa Saúde da Família**. Revista Saúde Pública, v.43, n.4, p.682-8. 2009. Disponível em: <https://revistas.usp.br/rsp/article/view/32651>. Acesso em: 04 março 2023.

LISBOA, C. S. de M. **Estratégias de Coping e Agressividade**: Um estudo comparativo entre vítimas e não vítimas da violência doméstica. 2001. 122f Dissertação (Pós-Graduação em Psicologia do Desenvolvimento). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, RS.2001. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/1809>. Acesso em: 01 abr. 2024.

MAFFIOLETTI, G. S. L. **Trabalho, ética e saúde mental: uma análise a partir das representações sociais de servidores públicos de uma universidade**. 2023. 261fl. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Regional) - Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Pato Branco, 2023. Disponível em: <https://repositorio.utfpr.edu.br/jspui/handle/1/31184>. Acesso em 04 maio 2024.

MAIA, I.M; DE MORAIS, N.A. Engajamento com o Trabalho e Exaustão Emocional de Profissionais da Socioeducação. **Psicologia: Ciência e Profissão**. v. 43, n.1, p1-15.2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/mjbqdp6vj9LzYCDVQVyLtnH/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 04 marc 2024.

MAIA, I. M. **Profissionais do sistema socioeducativo: um estudo sobre engajamento e exaustão com o trabalho**.2018. 143 fls. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Psicologia) Universidade de Fortaleza. Fortaleza, CE. 2018. Disponível em: https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFOR_506eb160166de93515b72d2169427e30. Acesso em: 04 abril 2023.

- MANSANERA, A.R.; DA SILVA, L.C. A influência das ideias higienistas no desenvolvimento da psicologia no Brasil. **Psicologia em Estudo**, v.05, n.01, p. 115-137. 2000. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pe/a/VSY9ddmBqr4ZmNXgDJr6j9g/?lang=pt> . Acesso em: 04 maio 2024.
- MARINHO, P.R.R; SCHMIDT, M.L.G; VASCONCELOS, M.S. Prazer-sofrimento no trabalho: um estudo de caso com professores de escolas rurais. **Educação**, v 46, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/reeducacao/article/view/43100> . Acesso em: 04 fev 2025.
- MASLACH, C. **Burnout: the cost of caring**.Cambrige, Malor Books, 2011.
- MASLACH, C; SCHAUFELI W; LEITER. Job burnout. **Annual Review of Psychology**. Palo Alto, v. 52, n.1, p. 397-422, 2001.
- MAYO, E. **Problemas humanos de uma civilización industrial**. Tradução: Ana Maria Elguera. 3ª ed. Buenos Aires: Nueva Visión. 1972.
- MOZZATO, A. R.; GRZYBOVSKI, D. Análise de conteúdo como técnica de análise de dados qualitativos no campo da administração: potencial e desafios. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 15, n. 4, p. 731–747, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rac/a/YDnWhSkP3tzfXdb9YRLCPjn/?format=html&lang=pt> Acessado em: 04 fev2025.
- MORCERF, C.C.P; MARQUES, J.M.A. Saúde mental do profissional de saúde no contexto de vulnerabilidades: relato de experiência na construção de rodas de conversas em saúde prisional. **Contribuciones a LasCiencias Sociales**, São José dos Pinhais, v.17, n.13, p. 01-15, 2024. Disponível em: <https://ojs.revistacontribuciones.com/ojs/index.php/clcs/article/view/13778>. Acesso em 20 jun 2025.
- NUNES, T.D; TORRES, A.C.S. Processo de trabalho e saúde mental: percepções de trabalhadores de um Centro de Atenção Psicossocial. **Research, Society and Development**, v. 12, n.8, p.1-12, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.33448/rsd-v12i8.42808>. Acesso em 10 dez 2024.
- OLIVEIRA, F.F; GUIMARÃES, L.A.M. Fatores Psicossociais no Trabalho em Psicologia no Brasil. **Estudos de Psicologia**, v.27, n.2, p. 167-177, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.22491/1678-4669.20220016>. Acesso em 10 dez 2024.
- OLIVEIRA, P.T; FERREIRA, P.T; COSTA, D.H. Liderança e o impacto da saúde mental no clima organizacional. **e-Acadêmica**, v. 3, n. 2, p.1-12, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.52076/eacad-v3i2.173>. Acesso em 15 jan 2024.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. 2015. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/91863-agenda-2030-para-o-desenvolvimento-sustent%C3%A1vel>. Acesso em 08 jan 2024.
- PATRÍCIO, A.C.C; VIEIRA, F.S; APARÍCIO, L.S; ROBERTO, J.C.A; ALMEIDA, V.S. Fatores de risco psicossocial no trabalho e suas consequências para a saúde mental dos

trabalhadores. **Revista Contemporânea**, v. 3, n. 12, p.1-12, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.56083/rcv3n12-227>.

PEDUZZI, M. **Equipe multiprofissional de saúde: a interface entre trabalho e interação**. Tese. (Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva).1998. 268fl. Faculdade de Ciências Médicas, Universidade Estadual de Campinas; 1998

ROBERT, C., *et al.* A gente fica institucionalizado também: cotidiano, saúde mental e processos de trabalho na percepção das equipes de unidades socioeducativas. **Revista Interface**, v.1, n.2, p.1-12, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/interface.210290>. Acesso em 05 fev. 2024.

SAMPAIO, B. O. **O ambiente de Trabalho Materialmente Sadio e Psiquicamente Saudável**. Orientador: Prof.: Dr. Germano Campos Silva. 2023. 02 f. Artigo Científico (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUCGOIÁS), Goiânia-GO, 2023. Disponível em: <https://repositorio.pucgoias.edu.br/jspui/bitstream/123456789/6083/1/TCC%20-%20BARBARA%20LIVEIRA%20SAMPAIO%202023-1.pdf>. Acesso em: 27 abr. 2024.

SANTOS, M. R. Santos. **Prazer e Sofrimento no Trabalho de Agentes de Segurança e Medidas Socioeducativas (ASSE) em Mato Grosso do Sul**. 2017.95fl. Dissertação. Universidade Federal de Mato Grosso do SUL, Corumbá. MT, 2017. Disponível em: <https://ppgecpan.ufms.br/es/maria-rita-ferreira-dos-santos-prazer-e-sofrimento-no-trabalho-de-agentes-de-seguranca-e-medidas-socioeducativas-asse-em-mato-grosso-do-sul/>. Acesso em 03 fev. 2024.

SELIGMAN-SILVA, E. *et al.* O mundo contemporâneo do trabalho e a saúde mental do trabalhador. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, v. 35, n. 122, p. 187–191, 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0303-76572010000200002>. Acesso em 05 jun. 2023.

SOARES, H. R. *et.al.* Juventude e Criminalidade no Contexto Social. **Revista Ibero-Americana De Humanidades, Ciências E Educação**. São Paulo, SP: Arche, v.1, n.2, p.1-12, 2023. Disponível em: <https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/10647> . Acesso em 04 jan. 2023.

SOARES, L. M. B. **Trabalho e Estresse – um Estudo com Agentes Socioeducativos**. 2013. 97f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social). Instituto de Psicologia. Universidade de Brasília. Brasília, DF, 2013. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/13880>. Acesso em: 23 ago. 2023.

SOARES, T. de P. **BURNOUT e a qualidade de vida dos gestores do Sistema Socioeducativo do Distrito Federal: uma análise estatística descritiva em saúde mental**. 2019. 130.fl. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica e Cultura). Universidade de Brasília, Brasília, 2019. Disponível em: <https://www.repositorio.unb.br/handle/10482/38188?mode=full> Acesso em: 08 ago. 2023.

SOUZA, P. B. de. **Saúde mental, trabalho e atuação em serviços de saúde do trabalhador: concepções e intervenções do psicólogo**. 2019. 150 fl. Dissertação (Programa

de Pós-Graduação em Psicologia) Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/214987>. Acesso em: 20 set. 2023.

SCHEIBEL, A; FERREIRA, L.H. **Acolhimento no CAPS: Reflexões acerca da assistência em saúde mental**. Revista Baiana de Saúde Pública. 2012. Disponível em: <https://rbsp.sesab.ba.gov.br/index.php/rbsp/article/view/266>. Acesso em 23 mar.2025.

TAVARES, O. V. L. **Aspectos da Qualidade de Vida de Agentes Socioeducadores de Instituições Privativas de Liberdade**. 2019. 86fl. Dissertação. (Mestrado em Saúde Pública). Fundação Oswaldo Cruz. Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: <https://arca.fiocruz.br/items/0022292c-729c-417e-813e-746942abdb08> . Acesso em: 10 ago. 2023.

TESSARO, L. G. S. **Riscos Psicossociais no Trabalho de Agentes Socioeducadores no Rio Grande do Sul**. 2019. Dissertação (programa Pós-Graduação em Psicologia). Universidade do Vale do Rio do Sino, São Leopoldo, 2019. Disponível em: <http://repositorio.jesuita.org.br/handle/UNISINOS/9801>. Acesso em: 02 ago. 2023.

VERGARA, S. **Métodos de Pesquisa em Administração**, 3.ed. São Paulo: Atlas, 2000.

VINUTO, J. Tudo é questão de postura: o trabalho emocional realizado por agentes socioeducativos em centros de internação do Rio de Janeiro. **Cadernos pagu**, v.10, n.61, p.1-12, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/18094449202100610015>. Acesso em: 04 jan. 2025.

WEBQDA, Software. disponível em <https://www.webqda.net/>. Acesso em 03 dez. 2024

WILL, D. E. M. **Metodologia da pesquisa científica**. Livro digital. 2ª ed. Palhoça. Unisul Virtual, 2012.